

**RELATÓRIO DE
EXERCÍCIO 2021**
GESTÃO 2021 2023



**RELATÓRIO DE
EXERCÍCIO 2021**

GESTÃO 2021 2023

Índice

Desembargadores e Desembargadoras..... **8**

Apresentação
Poder Judiciário do Pará enfrenta desafios com inovações na gestão das finanças..... 10

Institucional

PRESIDÊNCIA
Transformação digital incrementa a migração de processos para o PJe..... 14

SECRETARIA JUDICIÁRIA
Movimentação envolveu mais de 9,4 mil processos 16

“UM NOVO OLHAR”
Comissões atuam na prevenção e combate ao assédio moral, sexual e à discriminação..... 18

IGUALDADE DE GÊNEROS
Mulheres são maioria entre a força de trabalho no TJPA 20

ENFRENTAMENTO
Covid aprimora políticas de prevenção e combate à violência contra a mulher 22

GESTÃO
Vice-Presidência coordena distribuição dos feitos e o sistema de precedentes..... 26

INFÂNCIA E JUVENTUDE
Cejj zela pelo direito de crianças e jovens acolhidos em instituições à convivência familiar 28

LINHA DIRETA
Ouvidoria trabalha para melhor controle das respostas à sociedade 40

ACESSIBILIDADE
Judiciário do Pará elimina barreiras e garante inclusão 42

PERFIL
Pleno decide homenagear duas magistradas e dois magistrados 44

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Núcleo identifica as melhores práticas ambientais no País 46

FORMAÇÃO
Escola Judicial promoveu 95 cursos e eventos em 2021..... 50

JUSTIÇA RESTAURATIVA
Judiciário abre espaços, capacita e faz parcerias por paz e bem viver 52

IMPRENSA
Comunicação produz conteúdo diário, com acessibilidade e para diferentes plataformas..... 54

COMEÇAR DE NOVO
Convênio de digitalização garante 98 bolsas a egressos (as) do sistema penal..... 58

INTEGRIDADE
Comissão zela pela segurança institucional do Poder Judiciário 60

Planejamento & gestão

AÇÕES ESTRUTURANTES	
Judiciário do Pará melhora a qualidade dos gastos e aprimora sua arrecadação	64
PRODUTIVIDADE	
Estatísticas ajudam a aperfeiçoar os processos de gestão judiciária	72
NOVO MODELO	
Gestão mapeará competências a partir de janeiro de 2022	94
CONTROLE INTERNO	
TJPA incorpora conceito de qualidade às auditorias.....	100
ADMINISTRAÇÃO	
Sustentabilidade orienta política e plano de contratações do TJPA	102
SEGURANÇA JURÍDICA	
TJPA trabalha para consolidar o sistema de precedentes judiciais	108
FAZENDA PÚBLICA	
Coordenadoria fez 728 pagamentos de precatórios.....	110

Tecnologia

INFORMÁTICA	
TJPA fortalece a estratégia de TIC e a política de proteção de dados	114

Infraestrutura

INFRAESTRUTURA	
Novas obras ampliam o espaço institucional do Poder Judiciário	132

Serviço jurisdicional

CIDADANIA	
Casa de Justiça aproxima a comunidade do Judiciário.....	140
JUIZADOS ESPECIAIS	
Juizado em Dia torna Justiça mais acessível, célere e eficaz.....	142
CONSENSO	
Nupemec promove a conciliação para solucionar e pacificar conflitos.....	144
INTERMEDIÇÃO	
Ouvidoria Agrária estimula o diálogo para solucionar conflitos fundiários.....	152
GESTÃO	
Comissão atua para garantir mais eficiência à governança judiciária	154
SISTEMA PRISIONAL	
GMF garante direitos e aperfeiçoa a justiça criminal	156
APOIO	
Central abre espaço para despachos de juízas e juizes no prédio-sede do TJPA.....	158

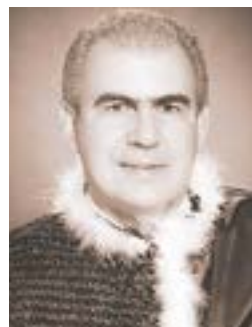
Boas práticas

ABUSO CONTRA CRIANÇAS	
Projeto capacitou mais de 2,6 mil profissionais da educação no Estado.....	164
ACREDITAR NO AMANHÃ	
Trabalho voluntário garante assistência a famílias no Aurá.....	166

Desembargadores e Desembargadoras



Des.ª. Célia Regina
de Lima Pinheiro
PRESIDENTE DO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO



Des. Ronaldo
Marques Valle
VICE-PRESIDENTE DO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO



Des.ª. Rosileide Maria
da Costa Cunha
CORREGEDORA-GERAL
DE JUSTIÇA



Des. Rômulo José
Ferreira Nunes



Des.ª. Luzia Nadja
Guimarães Nascimento



Des.ª. Maria do Céu
Maciel Coutinho



Des.ª. Maria Edwiges
de Miranda Lobato



Des. Roberto
Gonçalves de Moura



Des.ª. Maria Filomena
de Almeida Buarque



Des. Luiz Gonzaga
da Costa Neto



Des.ª. Vania Valente do Couto
FORTES Bitar Cunha



Des.ª. Vânia Lúcia
Carvalho da Silveira



Des. Constantino
Augusto Guerreiro



Des.ª. Maria de Nazaré
Silva Gouveia dos Santos



Des. Ricardo
Ferreira Nunes



Des. Mairton Marques
Carneiro



Des.ª. Ezilda
Pastana Mutran



Des.ª. Maria Elvina
Gemaque Taveira



Des. José Roberto Pinheiro
Maia Bezerra Júnior



Des.ª. Rosi Maria
Gomes de Farias



Des. Leonardo
de Noronha TAVARES



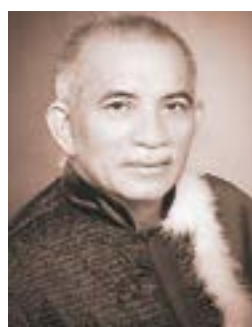
Des.ª. Maria de Nazaré
Saavedra Guimarães



Des. Leonam Gondim
da Cruz Júnior



Des.ª. Gleide
Pereira de Moura



Des. José Maria
Teixeira do Rosário



Des.ª. Eva
do Amaral Coelho



Des.ª. Kédima
Pacífico Lyra



Des. Amílcar Roberto
Bezerra Guimarães

Apresentação

Poder Judiciário do Pará enfrenta desafios com inovações na gestão das finanças

Inovar na gestão financeira e orçamentária com medidas que incrementaram a arrecadação e ajudaram o Poder Judiciário do Estado do Pará a enfrentar a crise econômica e sanitária provocada pela pandemia de Covid-19. Essa foi a resposta do Poder Judiciário do Pará, neste primeiro ano de exercício do biênio 2021-2023, para superar a queda das receitas que financiam políticas judiciárias estruturantes.

Registramos crescimento de 9,4% nas receitas realizadas, com incremento de 9,4% na receita do Tesouro, 8,3% no Fundo de Reaparelhamento do Judiciário e de 43,6% no Fundo de Apoio ao Registro Civil. Com uma receita realizada de R\$ 1.574.329.824 e despesas correntes de R\$ 1.390.831.800, resta ao Tribunal 3,4% do orçamento para investimentos em ações estratégicas.

Em resposta a esse desafio criamos o Núcleo de Apoio à Captação de Recursos para Projetos Estratégicos (NUCRE) e estendemos o Selo Digital às Comarcas do Interior, para aumentar a efetividade da fiscalização judicial e extrajudicial.

Também integramos o nosso

sistema financeiro e orçamentário aos sistemas do Estado – SIAFEM, SIGPLAN e SEO/WEB - e desburocratizamos o processo de pagamento de despesas.

Regulamentamos a Lei do Regimento de Custas e articulamos, concomitantemente, a alteração legal para autorizar o pagamento dessas despesas por meio de cartão de crédito ou débito, até com parcelamento.

Institucionalizamos a política de qualidade dos gastos, fundamental para dar maior transparência e garantir controle, monitoramento e mensuração de resultados, essenciais à efetividade na aplicação dos recursos públicos.

O nosso desafio hoje é garantir os serviços essenciais do Judiciário e pagar a folha e os encargos sociais, que representam 78,2% do orçamento realizado no período.

AUDITORIA

Por isso, fortalecemos a governança e melhoramos o controle interno, por meio de um Plano Anual de Auditoria, cujo objetivo é minimizar

as vulnerabilidades e auxiliar as unidades administrativas a aprimorar constantemente seus processos de trabalho. Nossa meta é melhorar a eficiência na prestação jurisdicional.

Embora estejamos em uma situação-limite, a crise não nos paralisou. Abrimos mais de 99 editais de promoção e remoção, movimentando a carreira da magistratura paraense nas três entrâncias. Também iniciamos a automatização do processo admissional de magistrados, magistradas, servidores, servidoras, estagiários e estagiárias.

Institucionalizamos o plano de sustentabilidade e o programa de contratações responsáveis, cujo objetivo é zelar e estimular ações de preservação do meio ambiente na prestação jurisdicional.

A Tecnologia da Informação é a mão que encurta o distanciamento social e viabiliza o teletrabalho como realidade objetiva do cotidiano. A transformação digital aumentou, em um curto espaço de tempo, o volume de processos em tramitação no sistema de Processo Judicial Eletrônico (Pje).

O robô criado pela Secretaria de



RICARDO LIMA

nosso Índice de Casos Eletrônicos (Icele) para 74,48%. Cinquenta unidades judiciárias de diferentes regiões do Estado foram distinguidas com o selo Unidades 100% PJe.

INFORMAÇÕES

As informações estatísticas sobre as várias frentes de ação do Judiciário são outro setor estratégico ao qual damos atenção especial, sobretudo com a disponibilização dos painéis eletrônicos de gerenciamento que subsidiam a gestão judiciária a partir de indicadores que mensuram a produtividade, geram relatórios e acompanham diariamente essas ações, entre as quais destaco o Digtômetro, por meio do qual é possível verificar a performance de cada unidade judiciária na digitalização e virtualização de processos físicos.

Não nos descuidamos também do dever de casa: zelar pelo bom ambiente de trabalho e por um espaço digno para a prestação jurisdicional ao cidadão e à cidadã paraense, com investimentos em construção, reformas e melhorias em instalações na maioria das comarcas do Estado. E, por fim, o mérito exclusivo conferido

pelo CNJ, pela primeira vez na história, a um Tribunal – o nosso TJPA – por cumprir todas as exigências relacionadas à transparência das informações levadas ao público em seus canais institucionais, merecendo por isso o 1º lugar no Ranking de Transparência do CNJ. De fato, uma grande honra para todas e todos que integram o Judiciário paraense.

Quando assumi a Presidência, disse no meu discurso de posse que o bom timoneiro não é aquele que acredita poder controlar o mar, mas o que controla seu barco, usa o vento a seu favor e só descansa quando cumpre a rota planejada.

Este relatório revela que, apesar dos reveses, não ancoramos no porto seguro da perplexidade e estamos indo em frente para cumprir a missão que nos exige a sociedade.

Encerro essa apresentação dedicando esse trabalho à memória da Desembargadora Edinéa Oliveira Tavares e aos mais de 620 mil brasileiros e brasileiras – mortos pela Covid-19 no País. Que a fé e o conhecimento nos fortaleçam sempre para superar os desafios e cumprir a nossa missão pública.

Des.ª. **Célia Regina de Lima Pinheiro**
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO



INSTITUCIONAL

Transformação digital incrementa a migração de processos para o PJe

Unidades judiciárias podem digitalizar e virtualizar seus acervos e robô migrador aumentou o Índice de Casos Eletrônicos (ICELE)

A transformação digital é a estratégia que aumentou, em um curto espaço de tempo, o número de processos que tramitam no Sistema de Processo Judicial Eletrônico (PJe), por meio de casos novos eletrônicos ou pela digitalização e virtualização dos casos pendentes físicos (LIBRA) em tramitação.

No exercício de 2021, as unidades judiciárias foram autorizadas por meio de portaria - nº 1304/2021-GP, de 05 de abril de 2021 - a virtualizar seus acervos de processos físicos em tramitação e firmar parcerias com entes públicos e privados para digitalizar processos. O objetivo é ampliar o Sistema de Digitalização e Virtualização de Processos.

Foi criado o Painel de Acompanhamento da Digitalização de Processos Físicos, denominado Digitômetro, acessível ao público externo e interno, no Portal Externo

do TJPA, por meio do link: <https://consulta.Consulta2020@powerbi.tjpa.jus.br/Reports/powerbi/DPGE/Estat%C3%AAdstica/digitalizaoprocfisico?rs=embed=true>. O objetivo é fazer o monitoramento diário da digitalização e migração dos processos ao sistema PJe, tanto pelas Centrais de Digitalização quanto pelas unidades judiciárias individualmente.

ROBÔ

A Secretaria de Informática criou o Robô Migrador 4.0, instalado em todas as centrais de digitalização e nas unidades judiciárias para alavancar o número de processos migrados diariamente no Poder Judiciário. A capacidade diária de migração é de aproximadamente 1,5 mil processos, podendo chegar a cinco mil. Cabe ressaltar que, após sua implantação, no pe-

ríodo entre junho e dezembro, o robô foi responsável pela migração de 246.727 processos, 39 vezes mais que os 6.255 migrados no mesmo período do ano anterior.

Em fevereiro de 2021, o Poder Judiciário contava com 618.039 processos físicos pendentes de digitalização e virtualização ao sistema PJe. O Índice de Casos Eletrônicos (ICELE) girava em torno de 45%. Até 30 de dezembro de 2021, o TJPA digitalizou e migrou 295.962 processos e conta, atualmente, com um Índice de Casos Eletrônicos (Icele) de 74,48%.

Foi instalada também a Central de Digitalização do Fórum Criminal e a comunicação interna intensificou a produção de notícias, banners orientativos, comunicados, ofícios circulares e criação de grupos de Whatsapp para solução de dúvidas de migração. O objetivo é estimular as unidades judiciárias a digitalizar e virtualizar seus acervos.

Treinamentos nas unidades judiciárias qualificaram pessoal para elaborar plano de trabalho, gerir o acervo a ser digitalizado e fazer a migração de processos com o novo robô migrador.

De abril a dezembro foram feitas 29 parcerias por meio de convênios interinstitucionais com municípios e subseções da Ordem dos Advogados do Brasil, para a cessão de servidores e servidoras ou fornecimento de equipamentos para digitalização de processos nas comarcas de São Félix do Xingu, Uruará, Medicilândia, Cametá, Brasil Novo,



DIVULGAÇÃO

► **Cerimônia do Selo Unidade 100% PJe concedido em razão da digitalização e da virtualização integral do acervo de feitos físicos**

Alenquer, Monte Alegre, Altamira, Redenção, Óbidos, Portel, Oriximiná, Vitória do Xingu, Belém (Fórum Cível), Castanhal (1ª Vara Cível e Empresarial), Senador José Porfírio, Anapu, Santarém, Abaetetuba, Pacajás, Porto de Moz, Juruti, Santa Izabel, Novo Repartimento, Breu Branco, Tucuruí, Barcarena, Jacundá e São Caetano de Odivelas.

UNIDADES 100% PJE

O TJPA conferiu 50 certificações de "Unidade 100% PJe". Em 02/09/2021, foram certificadas 12 unidades: 10ª Vara do Juizado Especial de Belém, 3ª Vara do Juizado Especial Cível de Ananindeua, 5ª Vara Cível e Empresarial de Santarém, 6ª Vara do Juizado Cível de Belém, 8ª Vara do Juizado Especial Cível de Belém, Juizado Especial Cível e Criminal de Santa Bárbara, Vara Agrária de Santarém, Vara de Família Distrital de Icoaraci, Vara do Juizado Especial Cível de Acidentes de Trânsito de Belém, Vara do Juizado Especial Cível de Santarém, Vara do Juizado Especial das Relações de Consumo de Santarém, Vara Única de Bujaru.

Em 07/10/2021, 15 unidades: 12ª Vara Criminal de Belém, 1ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Xinguara, 2ª Vara da Infância e Juventude de Belém, 3ª Vara Cível e Empresarial de Paragominas, 4ª Vara do Tribunal do Júri de Belém, 5ª Vara do Juizado Especial Cível de Belém, Juizado Especial Cível de Altamira, Juizado Especial Cível e Criminal de Itaituba, Juizado Especial Criminal do Meio Ambiente de Redenção, Vara do Juizado Cível e Criminal de Conceição do Araguaia, Vara do Juizado Especial Cível e Criminal de Redenção, Vara do Juizado Especial Criminal Distrital de Icoaraci, Vara do Juizado Especial Cível e Criminal de Santa Izabel.

Em 10/11/2021, 13 unidades: 1ª Vara Cível e Empresarial de Tucuruí, 2ª Vara Cível e Empresarial de Parauapebas, 2ª Vara do Juizado Especial Cível de Belém, 3ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua, Juizado Especial Cível e Criminal de Marituba, Termo de Bagre, Vara de Infância e Juventude Distrital de Icoaraci, Vara do Juizado Especial Cível Distrital de Icoaraci, Vara do Juizado Especial Cível e Criminal de Parauapebas, Vara Única de Concórdia do Pará, Vara

Única de Inhangapi, Vara Única de Ourém, Vara Única de Terra Santa.

Em 02/12/2021, 10 unidades: 1ª Vara Cível e Empresarial de Itaituba; 1ª Vara do Juizado Especial Cível e Criminal de Marabá; 2ª Vara Cível e Empresarial de Marituba; 3ª Vara Cível e Empresarial de Santarém; Juizado Especial do Meio Ambiente de Altamira; Gabinete do Des. Milton Augusto de Brito Nobre; Termo de Colares; Turma Recursal; Vara Única de Jacareacanga; Vara Única de Rio Maria.

Em outubro, mais 15 unidades foram certificadas: 12ª Vara Criminal de Belém, 1ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Xinguara, 2ª Vara da Infância e Juventude de Belém, 3ª Vara Cível e Empresarial de Paragominas, 4ª Vara do Tribunal do Júri de Belém, 5ª Vara do Juizado Especial Cível de Belém, Juizado Especial Cível e Criminal de Itaituba, Juizado Especial Criminal do Meio Ambiente de Redenção, Vara do Juizado Cível e Criminal de Conceição do Araguaia, Vara do Juizado Especial Cível e Criminal de Redenção, Vara do Juizado Especial Criminal Distrital de Icoaraci, Vara do Juizado Especial Cível e Criminal de Santa Izabel.

Movimentação envolveu mais de 9,4 mil processos

Grupo de Assessoramento e Suporte do 2º Grau (GAS 2º Grau) elaborou 1,4 mil minutas no período entre fevereiro e outubro de 2021

A Secretaria Judiciária do Tribunal de Justiça do Pará movimentou, em 2021, 9,4 mil processos, resultado de 16,8 mil tarefas e 2,9 mil cadastros de documentos nos sistemas de tramitações processuais, segundo o Painel de Gestão de Atividades do 2º Grau.

PAUTADOS

Do total de 337 processos pautados para julgamento, o Tribunal Pleno apreciou 108 por meio de videoconferência e 184 no plenário virtual. O Conselho da Magistratura apreciou 45 processos.

O Pleno julgou mais sete Processos Administrativos Disciplinares (PAD) de magistrados e magistradas e ainda restam três para julgamento.

CARREIRA

Entre fevereiro e outubro de 2021, foram publicados 99 editais de movimentação na carreira da magistratura, dois dos quais de acesso ao desembargo: foram julgados 39 à 1ª Entrância, 54 à 2ª Entrância e quatro à 3ª Entrância. Houve, ainda, mais dois editais para escolha da lista tríplice de membros, efetivo e substituto, da classe jurista, para o Tribunal Regional Eleitoral (TRE-PA).

GAS 2º GRAU

O Grupo de Assessoramento e Suporte, coordenado pela Secretaria Judiciária, deu apoio aos gabinetes de cinco desembargadores, no período entre fevereiro e outubro de 2021, e elaborou 1,4 mil minutas, alcançando 88% da meta estabelecida pela presidência.

DIGITALIZAÇÃO

Entre fevereiro e abril, enquanto esteve sob a coordenação da Secretaria Judiciária, a Central de Digitalização produziu 1,4 mil processos digitalizados, num total de

ENTRE FEVEREIRO E OUTUBRO DE 2021, FORAM PUBLICADOS 99 EDITAIS DE MOVIMENTAÇÃO NA CARREIRA DOS MAGISTRADOS, DOIS DOS QUAIS DE ACESSO AO DESEMBARGO

439 mil páginas, e virtualizou 1,2 mil processos.

E-CARTA

A presidência do TJPA disciplinou o uso da ferramenta e-Carta, serviço desenvolvido com a Secretaria de Administração, para expedir comunicações postais de processos judiciais. A medida aperfeiçoa procedimentos, por meio da tecnologia da informação, acelera a prestação jurisdicional e reduz custos.

PRECATÓRIOS

As ações de execução processual

da Coordenadoria de Precatórios do TJPA, desempenhadas pela Secretaria Judiciária, resultaram na movimentação de 265 processos em fase de execução, na expedição de 328 Requisições de Pequeno Valor (RPV) e 90 precatórios requisitórios. Há 27 processos em fase de execução, que aguardam expedição de novos precatórios e RPV.

ACÓRDÃOS

A Divisão de Registro de Acórdãos publicou 1,8 mil acórdãos do 2º Grau e 55 das Turmas Recursais.

TAQUIGRAFIA

A Divisão de Taquigrafia cobriu um total de 120 sessões do Tribunal Pleno e do Conselho da Magistratura, mais de 248 horas de gravação.

GPE

Por meio do Programa de Gestão de Peças Eletrônicas (GPE) foram enviados 916 recursos ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e 84 ao Supremo Tribunal Federal (STF). Foram recebidas pelo mesmo sistema 1,1 mil decisões do STJ e 185 do STF.

“UM NOVO OLHAR”

Comissões atuam na prevenção e combate ao assédio moral, sexual e à discriminação

Grupos de trabalho organizam canais de escuta e acolhimento, diagnóstico e atenção a integrantes de grupos vulneráveis

As comissões de prevenção e enfrentamento do assédio moral, do assédio sexual e discriminação no Poder Judiciário paraense monitoram, avaliam e fiscalizam o combate a essas violências no âmbito do Judiciário, conforme determinações do Conselho Nacional de Justiça.

Em 2021, as comissões formaram Grupos de Trabalhos para ações específicas relacionadas a Canal de Escuta e Acolhimento; Conscientização; Diagnóstico Institucional/Situacional e Atenção a mulheres, idosos, PCD, LGBTQI+, negros, indígenas, quilombolas.

No site institucional nos portais interno e externo do Tribunal foram publicadas informações sobre as comissões e o seu

funcionamento, com a divulgação do planejamento e agenda inicial do Canal de Escuta e Acolhimento até dezembro de 2021. Foi aprovado o projeto “Um novo olhar”, para planejar ações de conscientização, com a definição prioritária da capacitação dos membros das comissões. Em 28 de setembro, a defensora pública, membra das comissões, Daiane dos Santos, deu palestra sobre “Assédio Moral, Sexual e Discriminação: uma abordagem interseccional”. As comissões também aprovaram os formulários e encaminhamentos sobre o diagnóstico institucional/situacional, para coleta e análise dos públicos-alvo da política preventiva, com a divulgação institucional iniciada em outubro/2021, a ser intensificada em novembro.

WEBINÁRIO EM 24 DE NOVEMBRO TRATOU DE “ASSÉDIO MORAL E SEXUAL”, COMO AÇÃO DE CONSCIENTIZAÇÃO AO PÚBLICO INTERNO E EXTERNO, COM A PRESENÇA DE CONVIDADOS



Comissões de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e do Assédio Sexual

▶ As comissões realizaram diversas ações para o enfrentamento da temática nos Primeiro e Segundo Graus

O diagnóstico compreende a coleta de dados institucionais junto à Corregedoria Geral de Justiça, Secretaria de Gestão de Pessoas e Secretaria de Administração, além de consulta aos magistrados, às magistradas, servidoras e servidores efetivos, terceirizadas, terceirizados, estagiárias e estagiários do

TJPA, por meio de formulário eletrônico, com a disponibilidade no site das comissões por um período mínimo de 30 dias.

ESCUTA

O formato de atendimento pelo Canal de Escuta e Acolhimento foi deliberado no GT específico e aprovado pelas comissões, com diretrizes e orientações disponibilizadas por psicóloga integrante do corpo técnico da Coordenação de Saúde do Tribunal. A partir de

outubro foi disponibilizada uma agenda semanal denominada pelas comissões como Plantão de Escuta, sob a responsabilidade de dois integrantes das comissões, que recebem demandas preferencialmente por meio telepresencial, havendo, porém, no próprio formulário de agendamento a indicação da possibilidade de manifestação da eventual necessidade de atendimento presencial pela parte interessada. Já houve duas escutas em outubro, uma da capital e outra do interior. Webinário em 24 de novembro tratou de “Assédio Moral e Sexual”, como ação de conscientização ao público interno e externo, com a presença de convidados.

IGUALDADE DE GÊNEROS

Mulheres são maioria entre a força de trabalho no TJPA

Levantamento mostra a necessidade de garantir visibilidade à atuação feminina no âmbito do Judiciário

O TJPA TEM 2.772 MAGISTRADAS E SERVIDORAS, QUE REPRESENTAM 50,46% DE UM TOTAL DE 5.493 PESSOAS QUE INTEGRAM A SUA FORÇA DE TRABALHO



ANDREA CORDEIRO

► Comitê de participação feminina reúne magistradas e servidoras de diversos setores do Judiciário paraense

O Tribunal de Justiça do Pará tem 2.772 magistradas e servidoras, que representam 50,46% da força de trabalho, de um total de 5.493 magistradas e magistrados, servidoras e servidores. Há 2.721 magistrados e servidores. A participação feminina é de 51,39% entre servidoras e servidores e de 37,60% entre magistradas e magistrados. Em cargos de chefia, assessoramento e direção, a participação feminina é de 54,66% entre servidoras e de 26,67% entre magistradas. A idade média das servidoras é de 42 anos e das magistradas, 49 anos.

Os dados fazem parte do diagnóstico sobre a participação feminina no TJPA, com informações referentes a agosto de 2021, uma das ações do Comitê Deliberativo sobre a participação feminina no Poder Judiciário paraense, instituído para incentivar, mobilizar e monitorar ações relacionadas à participação das mulheres em âmbito institucional.

WEBINÁRIOS

O comitê também promoveu dois webinários durante a XVII Semana da Justiça pela Paz em Casa,

realizados pela Escola Judicial, no formato on line, por causa da pandemia de covid-19. Em 8 de março, Dia Internacional da Mulher, o tema foi "Mulheres nos Espaços de Poder: a Experiência do Pará", que teve como expositoras as presidentes de tribunais no Pará, que pela primeira vez na história tem mulheres no comando da gestão de todas as cortes do Estado. O objetivo foi fomentar e divulgar a igualdade de gênero, valorizar a participação feminina no sistema de Justiça e demonstrar as contribuições das mulheres no ambiente institucional.

No dia 9 de março, o tema em debate foi "O Acesso das Mulheres Amazônicas ao Sistema de Justiça", que tratou do tema sob a perspectiva de gênero, com a participação de expositoras do sistema de justiça e de entidades da sociedade civil.

PARIDADE

O comitê também pleiteou à Presidência do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) paridade de gênero e raça na composição das bancas

examinadoras nos próximos editais de concursos para a magistratura no âmbito do TJPA, como estímulo à participação feminina, à igualdade de gênero e à diversidade no ambiente institucional.

Para dar visibilidade à participação feminina em âmbito institucional, o comitê solicitou à Secretaria de Engenharia e Arquitetura que adote a flexão de gênero nas placas de identificação de setores e nas que nomeiam profissão ou demais designações do TJPA, em consonância com as orientações

do CNJ. A mesma providência foi solicitada à Secretaria de Gestão de Pessoas em relação a designações de cargos e profissões nos sistemas de recursos humanos da instituição.

À Escola Judicial e à Associação dos Magistrados do Pará, o comitê também solicitou a adoção de paridade de gênero e raça na composição do corpo docente em cursos, palestras, webinários e demais eventos promovidos por essas instituições, como incentivo à participação feminina e à diversidade.

ENFRENTAMENTO

Cevid aprimora políticas de prevenção e combate à violência contra a mulher

Entre outras ações, a coordenadoria mantém formações de agentes de segurança para garantir o cumprimento de medidas protetivas



ELIELSON MODESTO / ASCOM SEGUP

A Coordenadoria Estadual de Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Pará (Cevid) foi criada para aprimorar a estrutura e as políticas do Poder Judiciário de prevenção e enfrentamento à violência contra as mulheres, e melhorar a prestação jurisdicional nessa área.

MANUAL

Um Manual de Rotinas de Violência Doméstica contra a Mulher, lançado em 2021, orienta as Varas com competência em violência doméstica para facilitar a rotina das secretarias e padroniza o fluxograma para as medidas protetivas, evitando inconsistências no sistema.

O manual foi produzido pelo Grupo de Trabalho que reuniu magistradas, magistrados, servidoras e servidores da Cevid e das Varas de

Violência Doméstica e Familiar da Capital. Foi elaborado também guia de orientação do correto cadastro das Medidas de Protetivas, conforme recomenda o CNJ.

ACOLHIMENTO

Em 2021, foi instalado o Serviço de Acolhimento Multidisciplinar das Varas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Capital, um avanço nas ações de proteção à mulher em situação de violência doméstica e familiar. O novo espaço foi instalado em março, durante a 17ª Semana Justiça pela Paz em Casa, na Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher. Após registrar a ocorrência, a vítima é atendida pela equipe multidisciplinar em até 72h.

PARCERIAS

O atendimento psicológico

a mulheres vítimas de violência doméstica e familiar e seus dependentes está assegurado por convênio de cooperação técnica entre o Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) e a Universidade da Amazônia (Unama).

Houve também a implantação da Patrulha Maria da Penha nos municípios de Canaã dos Carajás, Belterra, Mojuí dos Campos, Abaetetuba e Ananindeua, por meio de assinatura de termo de adesão à parceria entre o TJPA, a Polícia Militar e a rede socioassistencial para monitorar as Medidas Protetivas de mulheres inseridas no programa.

Com a Escola Judicial, a Cevid promoveu de 07 a 11 de junho e de 14 a 18 de junho, a formação on-line para a rede de atendimento das Comarcas de Canaã do Carajás e Parauapebas, respectivamente, envolvendo 120 PMs, guardas municipais e rede socioassistencial.

► Des. Rosi Maria Gomes de Farias, coordenadora da Cevid, durante participação em assinatura de convênio com a Segup

Entre 21 e 25 de junho, a formação presencial dada pelas servidoras da Cevid nos referidos municípios atendeu a cerca de 70 profissionais em cada um deles. Já estão programadas duas formações para as equipes das patrulhas de Abaetetuba e Ananindeua.

NAS ESCOLAS

O Projeto Judiciário na Escola foi retomado no segundo semestre e passou a integrar o Projeto "De menina a mulher, tortura que ela não atura", em parceria com o Grupo de Teatro Palha, Governo do Estado do

Pará e Embaixada da França no Brasil. O projeto já atuou nos bairros do Bengui, Cabanagem, Icuí Guajará (Ananindeua) e Nova União (Marituba), todos incluídos no Programa Territórios pela Paz (TerPaz), atendendo a aproximadamente 500 mulheres, com palestras sobre violência de gênero e



► As desas. Célia Regina e Rosi Maria, com a equipe da Cevid, no lançamento do Serviço de Acolhimento Multidisciplinar das Varas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

Lei Maria da Penha, seguidas de capacitação em oficinas de confecção de bolsas, grafiteagem, maquiagem e corte e costura.

CORREIÇÕES

Integrada às ações da Corregedoria-Geral de Justiça do TJPA, a Cevid promove workshops para unidades judiciárias em correição, com orientações sobre o correto cadastramento de decisões nos sistemas de acompanhamento processual e do cumprimento da Meta 8.

DIREITO

A 3ª Vara Criminal de Icoaraci desencadeou o projeto-piloto “Pro direito chegar antes”, em parceria com a Defensoria Pública, Câmara de Belém e OAB, para atender necessidades básicas de saúde, educação, assistência social, em-

prego e renda de mulheres e seus familiares em situação de vulnerabilidade. O projeto se iniciou em Cotijuba e atenderá também o bairro do Tenoné, onde se concentra o maior número de casos de feminicídio naquela jurisdição.

PAZ EM CASA

Na 17ª Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa, a Cevid promoveu dois Webinários, o primeiro dos quais sobre “Mulheres no espaço de poder: A experiência do Pará”, dando início ao evento e em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, alcançando um público de 110 pessoas.

O segundo webinário foi sobre “O acesso das mulheres amazônidas ao Sistema de Justiça”, que deu voz às mulheres ligadas a movimentos sociais em diferentes regiões do Pará, com a participação de 90 pessoas.

DIVULGAÇÃO



► Em parceria com o TerPaz, Cevid fez palestra sobre o combate à violência contra a mulher no bairro da Cabanagem, em Belém



DIVULGAÇÃO

18ª

Na 18ª Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa, a Cevid promoveu a palestra “De menina a mulher, tortura que ela não atura”, na Escola Cristo Redentor, além de círculos de construção de paz com mulheres com Medidas Protetivas, no Espaço de Acolhimento do ParáPaz Mulher/DEAM.

SANTARÉM

A Comarca de Santarém promoveu duas rodas de conversa com o tema “Cuidando da saúde mental e enfrentando a violência doméstica contra Mulher”, para mulheres do Projeto Audiência de Acolhimento Psicossocial e Jurídico, e “Masculinidade Saudável no enfrentamento à

► A formação de agentes de segurança pública que integram a Patrulha Maria da Penha é outra atribuição da Cevid

Violência Doméstica contra Mulher”, para homens em cumprimento de pena, participantes do Grupo Reflexivo na Vara da Violência Doméstica e Familiar de Santarém/PA.

Também foi realizado o curso “Violência Doméstica e Familiar contra as Mulheres sob Perspectiva de Gênero e Antidiscriminatória”, para magistradas e magistrados do Poder Judiciário paraense.

ESFORÇO CONCENTRADO

Durante a 17ª Semana da Justiça pela Paz em casa, as unidades

ainda em meio ao pico da pandemia, com um lockdown no período, e produziram: 13 concessões de Medidas Protetivas, 299 sentenças de conhecimento com resolução de mérito em Violência Doméstica, 112 sentenças de conhecimento sem resolução de mérito em Violência Doméstica, 07 Audiências Preliminares de acolhimento.

Durante a 18ª Semana Nacional da Justiça pela Paz em casa, as unidades Judiciárias produziram 3.495 sentenças ou decisões, terminativa ou não, 96 audiências de instrução realizadas, 1.289 despachos, 298 concessões de Medidas Protetivas, 1.043 sentenças de conhecimento com resolução de

mérito em Violência Doméstica, 01 sentença de conhecimento com resolução de mérito em feminicídio, 404 sentenças de conhecimento sem resolução de mérito em Violência Doméstica.

A 19ª Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa, entre 22 e 26 de novembro, produziu três webinários, tendo como temática “Os impactos da violência de gênero sobre mulheres negras”; “A violência psicológica e suas interfaces na rede de atendimento a mulheres em situação de violência” e os “Os impactos da desigualdade de gênero para mulheres do Poder Judiciário: mobilidade na carreira; produtividade; formação; produção acadêmica”.

Vice-Presidência coordena distribuição dos feitos e o sistema de precedentes

Por delegação da Presidência, decide também sobre a admissibilidade de recursos ao STJ e ao STF



ÉRIKA NUNES

► O des. Ronaldo Valle, vice-presidente do TJPA, coordena a distribuição de ações e o sistema de precedentes

A Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Pará coordena a distribuição dos feitos de competência dos órgãos de julgamento do TJPA; supervisiona e controla os serviços de protocolo, distribuição e autuação processual e também os vinculados à central de mandados; preside a Comissão de Organização Judiciária, Regimento, Assuntos Administrativos e Legislativos; e, por delegação da Presidência, decide sobre a admissibilidade dos recursos ao Superior Tribunal de Justiça e ao Supremo Tribunal Federal.

No exercício de 2021, a Vice-Presidência despachou 19 processos em tramitação física e 26 processos pelo PJe; na Comissão de Organização Judiciária, Regimento, Assuntos Administrativos e Legislativos, presidiu sete reuniões

ordinárias e duas extraordinárias, nas quais foram analisados 19 propostas de atos normativos, recebidos 30 processos administrativos, restando 7 em estudo, 3 arquivados por determinação da Presidência e um devolvido para adequações.

A Central de Mandados do 2º Grau recebeu 8.454 expedientes e deu cumprimento a 7.823. Por delegação da Presidência foram proferidas 3.251 decisões em sede de admissibilidade de recursos extremos, com apoio da Coordenadoria de Recursos Extraordinários e Especiais (CREE). Para aprimorar a tramitação dos processos com Recursos Extraordinários e Especiais foi editada a Ordem de Serviço nº 1/2021-VP, de 28 de junho de 2021, regulamentando o andamento dos feitos na (CREE).

**FORAM
PROFERIDAS
3.251 DECISÕES
EM SEDE DE
ADMISSIBILIDADE
DE RECURSOS
EXTREMOS,
COM APOIO DA
COORDENADORIA
DE RECURSOS
EXTRAORDINÁRIOS
E ESPECIAIS**

PRECEDENTES

O Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e Ações Coletivas (Nugepnac) realizou, sob a coordenação da Vice-Presidência, a migração para o PJe de 643 processos sobrestados em meio físico e a CREE foi autorizada a fazer a migração para tramitação eletrônica de todos os processos que aportem fisicamente ao setor.

A Vice-Presidência integra e participa das reuniões bimestrais da Comissão Gestora de Precedentes e de Ações Coletivas (Cogepac), com atribuições para organizar a gestão da sistemática dos precedentes qualificados no TJPA; e também integra e participa das reuniões semanais do Centro de Inteligência da Justiça Estadual do Pará (Cijepa), cujo objetivo principal é identificar o ajuizamento de demandas repetitivas ou de massa e os grandes litigantes, no âmbito do Poder Judiciário do Pará.

Ceij zela pelo direito de crianças e jovens acolhidos em instituições à convivência familiar

Programa Conta Comigo garante formação básica a pessoas interessadas em apadrinhamento afetivo

O programa Conta Comigo proporcionou formação básica a 60 pessoas, divididas em duas turmas interessadas em apadrinhamento afetivo. A Ceij orientou também as que pretendem assumir outros trabalhos voluntários nos serviços de acolhimento conveniados. Os cursos foram feitos na modalidade Educação a Distância, entre 21 de janeiro e 19 de fevereiro, e de 9 de setembro a 7 de outubro, na Região Metropolitana de Belém, dirigidos às pessoas interessadas em conhecer e realizar atividades voluntárias, com ênfase em apadrinhamento afetivo. O objetivo foi expandir a estrutura necessária ao depoimento especial da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência.

CONVIVÊNCIA

O programa interinstitucional de apadrinhamento afetivo Conta Comigo garante a crianças e adoles-

centes acolhidos institucionalmente acesso a direitos, em particular, à convivência familiar e comunitária, para que possam construir e manter vínculos afetivos duradouros, com experiências positivas que promovam seu desenvolvimento e sua autonomia. Além da formação dos pretendentes ao apadrinhamento afetivo, houve 13 reuniões interinstitucionais para fortalecer, efetivar, divulgar e orientar as ações conjuntas dos profissionais e instituições conveniadas, entre elas a Ceij, os serviços de acolhimento e as Varas de Infância e Juventude. A preparação de profissionais envolvidos na execução do programa promoveu reflexões, debates, esclarecimentos de dúvidas e compartilhamento de experiências sobre as etapas do Conta Comigo, especialmente a preparação, seleção (estudo interprofissional) e acompanhamento individual e coletivo pré e pós-celebração do apadrinhamento afetivo. A formação foi realizada em

formato de rodas de conversa entre outubro e novembro de 2021.

ENTREVISTADORES (AS)

A formação inicial para entrevistadores e entrevistadoras em depoimento especial assegura a oitiva de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, de maneira qualificada, de acordo com os critérios legais e com os protocolos mais relevantes. Houve duas turmas de analistas judiciários de pedagogia, psicologia, serviço social e direito que estavam exercendo ou em vias de exercer a função de entrevistadores em salas de depoimento especial. Na modalidade a distância, o curso envolveu 50 servidoras e servidores de Marituba, Belém, Bragança, São Félix do Xingu, Novo Progresso, Xingua, Tailândia, Uruará, Canaã dos Carajás, Óbidos, Santana do Araguaia, Ipixuna do Pará, Maracanã, Ourilândia do Norte, Oriximiná, Almeirim, Salvaterra,



DIVULGAÇÃO

► *Coordenadoria Estadual de Infância e Juventude (Ceij) atua em parceria com outras instituições públicas para garantir o direito de crianças e adolescentes*

Acará, Breu Branco, Prainha, Tucumã, Portel, São Geraldo Araguaia, Capitão Poço, Novo Repartimento, Goianésia do Pará, Medicilândia, Juruti, Cachoeira do Arari, Bujaru, Rondon do Pará, Melgaço, Anapu, Gurupá, Limoeiro do Ajuru, São Domingos do Araguaia. O curso foi feito em parceria com a Escola Judicial do Estado do Pará. As duas turmas funcionaram no período de 8 a 29 de novembro.

SÉRIE INFORMATIVA

A Série Informativa sobre temas relacionados à infância e juventude foi lançada pela Ceij em outubro de 2018. A publicação periódica é feita no Portal do TJPA, destinada a magistradas e magistrados, servidoras e servidores, com destaque às equipes interprofissionais. O objetivo é disseminar informações e procedimentos relacionados à Justiça

da Infância e Juventude e demais matérias correlatas no âmbito do Judiciário. Projetada e desenvolvida para oferecer uma leitura dinâmica, apropriada aos formatos eletrônicos, a publicação aborda temas da prática cotidiana de magistradas e magistrados, servidoras e servidores, na esfera da infância e juventude. Em 2021 foram publicadas as seguintes edições da série: 11ª - Medidas Socioeducativas: a execução da medida socioeducativa em meio fechado; e 12ª - Justiça Restaurativa. Todas as edições estão disponíveis em:

<<https://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/institucional/Infancia-e-Juventude/400245-serie-informativa.xhtml>>.

BOLETIM INFORMATIVO

O Boletim Informativo da

Ceij divulga semestralmente algumas das principais ações para incrementar a convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes acolhidos, enfrentar a violência sexual, aperfeiçoar o sistema socioeducativo, combater o trabalho infantojuvenil e aprimorar a justiça da infância e da juventude. O boletim também divulga cursos e formações sobre a justiça infantojuvenil a magistradas e magistrados, servidoras e servidores do Judiciário e às demais instituições do sistema de garantia de direitos, estudantes e sociedade civil. O lançamento da publicação virtual foi feito em agosto de 2021, na página da Ceij. Para mais informações acesse:

<<https://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/institucional/Infancia-e-Juventude/6243-Boletins-Informativos.xhtml>>.

FUNDO PARA A INFÂNCIA

A aplicabilidade no Fundo para a Infância e Adolescência – FIA é tema de cartilha, editada pela Ceij, com o passo a passo completo para a doação no programa de Declaração de Ajuste Anual de Imposto de Renda. Há também uma lista com instituições que podem ser beneficiadas com os valores. A ação é contínua e mobiliza doadores e doadoras aos fundos da criança e do adolescente por meio da Declaração Anual de Imposto de Renda. A colaboração com ações voltadas ao público infanto-juvenil rende deduções ou reembolsos no IRPF. O lançamento da publicação virtual atualizada foi em abril de 2021, na página da Ceij. Para mais informações acesse: <<https://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/institucional/Infancia-e-Juventude/551276-irpf-e-fundo-para-a-infancia.xhtml>>.

ENTREGA PROTEGIDA

A Ceij propôs e forneceu subsídios teóricos à Coordenadoria de Imprensa para a campanha de orientação sobre a entrega voluntária de crianças para adoção, lançada em setembro de 2021, com publicação no Portal Externo do TJPA conforme o link a seguir: <https://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/imprensa/noticias/Informes/1233218-programa-orienta-sobre-entrega-protegida.xhtml>. A divulgação será estendida às redes sociais de modo gradativo, com o intuito de efetivar monitoramento das repercussões sobre a temática.

ADOÇÃO

Contribuir para aprimorar a rede de apoio e proteção de crianças e adolescentes e garantir direitos fundamentais, entre os quais à convivência familiar e comunitária. Cada edição do projeto Rede em Ação conta com uma temática diferente. A 1ª edição teve o apoio da Escola Judicial do Poder Judiciário do Pará (EJPA) e do Grupo de Estudo e Apoio à Adoção de Belém (Renascer), abordando a temática Adoção de Crianças e Adolescentes Acolhidos, em Cametá; Mocajuba; Tucuruí; Marabá; Rio Maria; Tucumã; Conceição do Araguaia; Redenção; Altamira; Itaituba; Monte Alegre; Santarém. Nessa edição houve cinco reuniões interinstitucionais on-line, entre 21 de janeiro e 6 de maio, na Plataforma Microsoft Teams, das 9 às 11h, à exceção da 8ª, no horário das 16h às 18h. Houve 144 participações de quadros técnicos e judiciários do TJPA, que atuam nas unidades judiciárias com competência em infância e juventude, e de equipes interprofissionais dos serviços de acolhimento e voluntários e voluntárias de grupos de apoio à adoção. Houve cinco rodas de conversa online com especialistas em adoção, entre 28 de janeiro e 20 de maio, com frequência total de 798 magistrados e magistradas, assistentes sociais, psicólogos, psicólogas, pedagogos e pedagogas do TJPA, que atuam nas unidades judiciárias com competência em infância e juventude, e equipes interprofissionais dos serviços de acolhimento e voluntários e voluntárias de grupos de apoio à adoção. A 2ª edição do projeto abordou a preparação de profissionais envolvidos na execução do Programa Conta Comigo em comarcas da Região Metropolitana de Belém, Castanhal,

Capanema e Dom Eliseu.

NÓS DO AFETO

O projeto Nós do Afeto, em parceria com o Grupo de Estudo e Apoio à Adoção de Belém Renascer, proporciona espaço de orientação, escuta e apoio aos pretendentes e pais interessados em adoção de crianças maiores de dois anos e de adolescentes. E também dá suporte, por meio de reflexões e troca de experiências, às famílias que enfrentam os desafios do processo de adoção. Houve dez encontros sistemáticos com essas famílias, no formato de círculos de diálogo. As rodas de conversas, de caráter livre, são coordenadas pela equipe de trabalho do projeto e buscam dialogar

A CEIJ CRIOU UMA CARTILHA PARA ORIENTAR O (A) CONTRIBUINTE INTERESSADO (A) EM DOAR AO FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA (FIA), NO PROGRAMA DE DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL DE IMPOSTO DE RENDA



► Um dos cards de divulgação do programa de Entrega Protegida no Pará

com os participantes, a partir de suas necessidades tais como diferentes configurações familiares relacionadas com as especificidades da adoção; processo de adaptação; entre outros temas. Já as oficinas pedagógicas foram coordenadas por convidadas. Para mais informações sobre o Projeto Nós do Afeto acesse: <<http://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/institucional/Infancia-e-Juventude/686278-nos-do-afeto.xhtml>>.

TRABALHO SOCIOEDUCATIVO

O convênio com a Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará (Fasepa), para incluir adolescentes e jovens assistidos pela instituição em

atividades laborais de cunho socioeducativo, atende aos preceitos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase). O acompanhamento é feito por meio de reuniões virtuais semestrais com as comarcas executoras, Marabá, Santarém e Belém, na região metropolitana da capital. Na primeira reunião de monitoramento do Termo de Cooperação, em junho, as comarcas expuseram as dificuldades e potencialidades na execução.

DEPOIMENTO ESPECIAL

A Comissão Intersetorial para Implantação das Salas de Depoimento Especial definiu que a

Secretaria de Engenharia e Arquitetura atualizasse o cronograma de instalação, que enfrentou imprevistos no exercício passado. Há 24 salas de depoimento especial instaladas, sete das quais em Belém e Ananindeua, 13 nas demais comarcas do Grupo 1 (composto pelas comarcas com maior quantitativo processual e populacional do Pará) e quatro salas no Grupo 2. O Pará dispõe de 77 entrevistadores e entrevistadoras formadas em depoimento especial. Esses quadros se deslocam para onde ainda não há sala de depoimento especial instalada e o magistrado ou a magistrada providencia um local reservado e acolhedor para o depoimento.

COVID-19

O monitoramento dos casos e óbitos por covid-19 no sistema socioeducativo é feito por comitê, que presta informações ao Conselho Nacional de Justiça sobre as medidas de prevenção e tratamento para evitar a propagação da doença entre os adolescentes que cumprem medida socioeducativa em meio fechado, sob a tutela do Estado, conforme as recomendações do CNJ. Participaram das reuniões a Ceij; 2ª Vara da Infância da Capital; 3ª Vara da Infância da Capital; 4ª Vara da Infância da Capital; Vara da Infância da Comarca de Santarém; Vara da Infância da Comarca de Marabá; Vara da Infância e Juventude Distrital de Icoaraci; Ministério Público do Pará;

Defensoria Pública do Pará; Ordem dos Advogados do Brasil; Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará; Secretaria Estadual de Saúde; Secretaria Estadual de Educação; Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente; Polícia Civil; Conselho Nacional de Justiça; e Sindicato dos Professores do Pará. As reuniões contam com a participação permanente de um socioeducando e de uma socioeducanda em cumprimento de medida socioeducativa em unidades da Fasepa. Houve 26 reuniões e a Ceij envia, quinzenalmente, ao CNJ, a planilha de dados da Fasepa com as ações no Sistema Socioeducativo do Pará de prevenção e combate à covid-19.

CENTRAL DE VAGAS

A Ceij participou do Grupo de Trabalho que elaborou a minuta de regularização e normatização da Central de Vagas do Pará, que está em apreciação pela área jurídica da Fasepa para posterior publicação. Da mesma forma está a minuta do Programa de Acompanhamento a Adolescentes Pós-cumprimento de Medida Socioeducativa.

SNA

A orientação e monitoramento sobre a utilização e correta alimentação do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA) ocorre em ciclos. Em 2021 foram realizados quatro ciclos, conforme quadro abaixo:

CICLO	PÉRIODO DE REALIZAÇÃO	OFÍCIO CIRCULAR	QUANTIDADE DE UNIDADES JUDICIÁRIAS	INCONSISTÊNCIAS E/OU NECESSIDADE DE VERIFICAÇÃO/CONFIRMAÇÃO MAIS COMUNS IDENTIFICADAS	STATUS
2º				<ul style="list-style-type: none"> ● Processo de destituição atrasado: com 44 registros encontrados, concentrados em 13 unidades Judiciárias. 	
3º	13/07 a 03/09/2021	Ofício Circular nº 005/2021-CEIJ	89 unidades judiciárias com competência em Infância e Juventude da Região Metropolitana de Belém e das Comarcas do Interior	<ul style="list-style-type: none"> ● Acolhimentos excedidos há mais de 3 meses e com prazos a vencer: com 484 registros encontrados, concentrados em 69 unidades Judiciárias; ● Adoções sem conclusão há mais de 240 dias e com prazos a vencer: com 27 registros encontrados, concentrados em 13 unidades Judiciárias; ● Processos distribuídos e redistribuídos a incluir no SNA (de 01/01 a 30/06/2021 - Fonte: PJE e LIBRA): com 202 registros encontrados, concentrados em 58 unidades Judiciárias; ● Sentenças de Adoção e Destituição a incluir no SNA (de 01/01 a 30/06/2021 - Fonte: PJE e LIBRA): com 157 registros encontrados, concentrados em 45 unidades Judiciárias. 	Ciclo finalizado Ciclo em andamento
4º	13/09 a 20/10/2021	Ofício Circular nº 007/2021-CEIJ	84 unidades judiciárias com competência em Infância e Juventude da Região Metropolitana de Belém e das Comarcas do Interior	<ul style="list-style-type: none"> ● Acolhimentos excedidos há mais de 3 meses e com prazos a vencer: com 423 registros encontrados, concentrados em 62 unidades Judiciárias; ● Adoções sem conclusão há mais de 240 dias e com prazos a vencer: com 92 registros encontrados, concentrados em 23 unidades Judiciárias. ● Pretendentes a pais e mães por adoção cuja situação cadastral requer atenção: com 12 registros encontrados, concentrados em 24 unidades Judiciárias; ● Serviços de Acolhimento cuja situação cadastral requer atenção: com 138 registros encontrados, concentrados em 77 unidades Judiciárias; 	

CICLO	PÉRIODO DE REALIZAÇÃO	OFÍCIO CIRCULAR	QUANTIDADE DE UNIDADES JUDICIÁRIAS	INCONSISTÊNCIAS E/OU NECESSIDADE DE VERIFICAÇÃO/CONFIRMAÇÃO MAIS COMUNS IDENTIFICADAS	STATUS
1º	09/02 a 17/05/2021	Ofício Circular nº 001/2021-CEIJ	74 unidades judiciárias com competência em Infância e Juventude da Região Metropolitana de Belém e das Comarcas do Interior	<ul style="list-style-type: none"> ● Acolhido excedido 3 meses: com 792 registros encontrados; ● Adoção sem conclusão há mais de 240 dias: com 24 registros encontrados; ● Processo de destituição atrasado: com 41 registros encontrados. 	Ciclo finalizado
2º	23/05 a 05/07/2021	Ofício Circular nº 004/2021-CEIJ	72 unidades judiciárias com competência em Infância e Juventude da Região Metropolitana de Belém e das Comarcas do Interior	<ul style="list-style-type: none"> ● Acolhido excedido 3 meses: com 633 registros encontrados, concentrados em 71 unidades Judiciárias; ● Adoção sem conclusão há mais de 240 dias: com 26 registros encontrados, concentrados em 09 unidades Judiciárias; ● Processo de destituição atrasado: com 44 registros encontrados, concentrados em 13 unidades Judiciárias. 	Ciclo finalizado

FONTE: CEIJ

Apresentamos abaixo um resumo dos principais resultados

alcançados até a finalização do 3º ciclo:

SITUAÇÃO NO SNA ANTES DO INÍCIO DO 3º CICLO DE ORIENTAÇÃO E MONITORAMENTO DO SNA	SITUAÇÃO NO SNA AO FINAL DO 3º CICLO DE ORIENTAÇÃO E MONITORAMENTO DO SNA	RESULTADOS ALCANÇADOS
484 registros de acolhimentos excedidos há mais de 3 meses ou com prazo a vencer no SNA	Dos 484 registros de "acolhimentos excedidos há mais de 3 meses" sem reavaliação e com "prazo do acolhimento a vencer nos próximos 30 dias" identificados no dia 13/07/2021, 303 casos foram atualizados no sistema, o que corresponde a 61,78% do total referido;	62,60% (303) dos casos foram atualizados
27 registros de adoções sem conclusão há mais de 240 dias ou com prazo a vencer no SNA	Das 27 registros de "adoções sem conclusão há mais de 240 dias" e com "prazos a vencer" identificadas na consulta realizada dia 13/07/2021, 16 casos foram atualizados no sistema, o que corresponde a 59,26% do total referido;	59,26% (16) dos casos foram atualizados no sistema
202 processos distribuídos e redistribuídos a incluir no SNA	Dos 202 processos distribuídos e redistribuídos a incluir no SNA, identificados no dia 13/07/2021, 124 processos foram cadastrados no sistema, o que corresponde a 61,39% do total referido.	61,39% (124) dos processos foram cadastrados no sistema
157 sentenças de adoção e destituição a incluir no SNA	Das 157 sentenças de adoção e destituição a incluir no SNA, identificados no dia 13/07/2021, 110 processos foram cadastrados no sistema, o que corresponde a 70,10% do total referido.	70,10% (110) dos processos foram cadastrados no sistema

FONTE: CEIJ

INSPEÇÃO EM UNIDADE E PROGRAMAS SOCIOEDUCATIVOS

O novo cadastro nacional está em fase de elaboração pelo Conselho Nacional de Justiça, e a Ceij

aguarda sua efetivação, orientações e encaminhamentos para direcionar a proposta de formação e

a campanha sobre o uso adequado do novo cadastro.



MPPA

► Ceij participou de evento promovido pelo Ministério Público sobre escuta protegida para crianças e adolescentes vítimas de violência

ESCUA PROTEGIDA

O Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAOIJ) do Ministério Público do Pará promoveu, em março, evento virtual aberto à sociedade para dar publicidade às ações para o cumprimento do termo de cooperação para o cumprimento da Lei nº. 13.431/2017 – Escuta Protegida de Crianças e Adolescentes vítimas ou testemunhas de violência no Estado do Pará. Participam das reuniões interinstitucionais MPPA, TJPA, DPPA, Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social, Polícia Civil, Secretaria de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda, Secretaria de Estado de Saúde, Fundação Pró-paz, Fasepa,

Centro de Perícias Científicas Renato Chaves.

PESQUISA

O Instituto Alana, organização da sociedade civil de âmbito nacional, que trabalha em prol dos direitos de crianças e adolescentes, solicitou à Ceij apoio institucional para pesquisa sobre audiências por videoconferência no âmbito da Justiça Juvenil. Reuniões entre magistrados e magistradas das Varas da Infância, Ceij e o instituto esclareceram dúvidas e os objetivos da pesquisa. Magistrados, magistradas, servidoras e servidores das Varas da Infância das comarcas de

Belém, Santarém e Marabá participaram da pesquisa. Também foram feitas articulações para a participação de defensores, defensoras, promotoras e promotores de Justiça vinculados às Varas. Além da observação das audiências, resguardado o sigilo, as pesquisadoras entrevistaram magistrados, magistradas, promotores, promotoras, defensoras e defensores sobre suas impressões a respeito da audiência via videoconferência. Espera-se obter, com a pesquisa, um panorama sobre as estratégias para efetivar as garantias processuais e direitos de adolescentes em conflito com a lei durante as audiências por videoconferência.

PLANO DE GESTÃO

Em 8 de fevereiro, de 11h às 12h, houve reunião entre a Coordenadoria de Gestão Estratégica e a Ceij, na Plataforma Microsoft Teams, para alinhar as etapas do Plano de Gestão 2021–2023 e definir as ações de responsabilidade da coordenadoria.

GRAVIDEZ PRECOCE

Webinário tratou da prevenção primária ao risco sexual precoce e gravidez na adolescência, por meio de uma abordagem técnico-científica, englobando temas como acolhimento, diálogo familiar e a importância dos estágios fisiológicos e psíquicos de desenvolvimento humano na conscientização sobre sexualidade. No dia 2 de fevereiro, entre 15h e 18h, com transmissão por meio do link: <https://www.facebook.com/events/1055395744968025/>.

ESCOLAS DO CAMPO

Seminário reuniu gestores e gestoras de secretarias municipais e estaduais de Educação, conselheiros e conselheiras municipais e estadual de educação, promotores, promotoras, defensoras e defensores públicos federais e estaduais, deputados e deputadas federais, vereadores e vereadoras, representantes de organizações governamentais e não governamentais, de movimentos sociais e sindicais, professores, professoras e estudantes das universidades e redes de ensino, para refletir sobre o fechamento das escolas do campo, indígena e quilombola no Pará. No período entre 2000 e 2018 foram fechadas 7.513 escolas

no Estado, das quais 6.158 rurais e 1.355 urbanas. Em 26 de fevereiro, de 9h às 12h e das 15 às 18h, com transmissão por esse link:

www.facebook.com/educam-poparaensewww.facebook.com/educa.

PUBLICAÇÃO

Em 3 de abril, a Ceij apresentou em plataforma de comunicação virtual a publicação “Orientações básicas para a preparação de crianças e adolescentes acolhidos para adoção”, em reunião com o Grupo de Estudos sobre Adoção e Parentalidade na SBPSP, a convite de sua coordenadora, Gina Khafif Levinzon, autora de diversos livros voltados para a temática da adoção. A publicação foi apresentada também, em 2 de outubro, na I Jornada sobre Adoção, a convite do Instituto Brasileiro de Psicanálise Winnicottiana – IBPW, pela assistente social da equipe interdisciplinar da Ceij.

FAZENDO JUSTIÇA

A Coordenadora Estadual do Programa Fazendo Justiça se reuniu com a Ceij em 7 de maio, das 11h às 12h30, via Plataforma Teams, coordenada pela Vice-Coordenadora da Ceij, com participação da equipe do Núcleo de Apoio Técnico-Administrativo, sobre as ações do programa.

AULA TEMÁTICA

Em 15 de abril, das 18h às 19h30, a Analista Judiciário/Pedagoga do Núcleo de Apoio Técnico-Administrativo da Ceij deu aula temática, em plataforma de comunicação virtual, à turma de pedagogia da Universidade do Estado do Pará, polo de



DIVULGAÇÃO

► *O des. José Maria Teixeira do Rosário, coordenador da Ceij, recebe a ordem do Mérito conferida pelo Corpo de Bombeiros do Pará*

Cametá, no Baixo Tocantins, sobre “O papel do pedagogo na assistência jurídica”. Para contribuir com a formação dos alunos e alunas articulou-se conteúdo teórico e experiência prática em debates e discussões sobre o papel do pedagogo e da pedagoga no âmbito da pedagogia jurídica.

AMEAÇADOS DE MORTE

A proposta de nova redação para normativa da Ceij sobre o Programa de Proteção à Criança e aos Adolescentes Ameaçados de Morte, em 5 de maio, deliberou pela submissão do material à análise de magistrados e magistradas da comarca da Capital, de Marabá e de Santarém, para os ajustes necessários. Sobre o tema, em 12 de maio, a Ceij se reuniu com magistrados e magistradas da Infância e da Juventude da Vara de Icoaraci, 3ª Vara da Infância e Ju-

ventude de Belém, 4ª Vara Cível e Empresarial de Marabá, 5ª Vara Cível e Empresarial de Santarém e Juíza Auxiliar da 2ª Vara de Família da Capital, via Plataforma Teams. O grupo deliberou por avaliar as propostas de fluxo e de alteração de normativa do programa e depois submetê-las à análise da Corregedoria Geral de Justiça, para uma proposta final.

PREPARAÇÃO PARA ADOÇÃO

Onze comarcas foram identificadas com pretendentes que aguardavam preparação para adoção, segundo levantamento feito pela Ceij, para coletar informações em todas as unidades judiciárias com competência em Infância e Juventude. O objetivo foi oferecer preparação psicossocial e jurídica a postulantes à adoção em cursos da Escola Judicial, conforme quadro abaixo.

Nº	DATA	COMARCA	QUANTITATIVO
1.	09/04/2021	Bragança	02
2.	12/04/2021	Capanema	02
3.	13/04/2021	Abaetetuba	04
4.	15/04/2021	Ipixuna do Pará	02
5.	15/04/2021	Santarém	06
6.	15/04/2021	Tucuruí	03
7.	16/04/2021	Altamira	02
8.	16/04/2021	Marabá	13
9.	16/04/2021	Xinguara	04
10.	23/04/2021	Castanhal	16
11.	26/04/2021	Breves	04
TOTAL			58

FONTE: CEIJ

CORREGEDORIA

Em reunião com a Corregedoria Geral de Justiça do TJP (CGJ), nos dias 6 e 21 de maio, a Ceij apresentou o trabalho de acompanhamento no Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA) e avaliação de possibilidades de acompanhamento articulado e planejado, com base em relatório específico emitido pela coordenadoria. Na reunião constatou-se a necessidade de trabalho integrado com a CGJ, cada uma dentro de suas atribuições.

MÉRITO

Em 7 de maio, o Coordenador Estadual da Infância e da Juventude (Ceij) foi agraciado com a Ordem do Mérito Dom Pedro II do Corpo de Bombeiros Militar do Pará (CBMPA), grau Comendador, nos 164 anos

do Corpo de Bombeiros Militares do Brasil, pelo Governo do Estado e pelo Comando Geral dos Bombeiros. Foram distinguidas personalidades com relevantes serviços ao Estado. A notícia completa da Coordenadoria de Imprensa do TJP (CIDI) pode ser acessada em:

<http://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/impressao/noticias/Informes/1212169-desembargador-e-condecorado-com-ordem-do-merito-dom-pedro-ii.xhtml>

COMBATE AO ABUSO

Em 18 de maio, a Vice-Coordenadora da Ceij participou da mesa de abertura do Webinário do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAOIJ), do Ministério Público do Pará (MPPA). O evento, de 18 a 20 de maio, marcou o Dia Nacional de Combate ao Abuso e

à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. O tema abordado foi "O fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes no Estado do Pará: Realidades e Desafios", transmitido ao vivo, por meio do canal do MPPA, via plataforma do Youtube:

https://www.youtube.com/watch?v=6Bk_GqcR00U

INCLUSÃO SOCIAL

Adolescentes e jovens em regime de internação e de semiliberdade têm a perspectiva de inclusão social e de aprimoramento profissional e pessoal em atividades em algumas unidades administrativas do Judiciário paraense. A capacitação socioeducativa é feita por meio de Termo de Cooperação, firmado entre a Ceij, do Tribunal de Justiça do Pará (TJP), e

a Fasepa. Adolescentes e jovens em acolhimento na instituição são selecionados e lotados para uma bolsa-auxílio de trabalho em unidades do Judiciário paraense. As Varas da Infância e Juventude, com competência de execução de medidas socioeducativas, selecionam e avaliam as habilidades e competências de jovens e adolescentes, para orientar em quais unidades e em quais atividades desempenharão, com-

partilhando as tarefas ao perfil dos socioeducandos e socioeducandas.

Todos e todas passam por avaliação regular das equipes multiprofissionais das Varas da Infância e Juventude nos dois anos de execução das atividades, que abrangem as Comarcas de Belém, Marabá e Santarém, onde há unidades da Fasepa. As atividades não configuram vínculo empregatício e ocorrem em conformidade com o

Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase). A notícia completa da Coordenadoria de Imprensa do TJP (CIDI) pode ser acessada em:

<http://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/impressao/noticias/Informes/1220207-convenio-garante-inclusao-social-e-empregabilidade-para-socioeducandos.xhtml>

TERMO DE COOPERAÇÃO ENTRE A CEIJ E O TJP GARANTE A ADOLESCENTES E JOVENS EM REGIME DE INTERNAÇÃO E DE SEMILIBERDADE APRIMORAMENTO PROFISSIONAL E PESSOAL EM UNIDADES ADMINISTRATIVAS DO JUDICIÁRIO

LINHA DIRETA

Ouvidoria trabalha para melhor controle das respostas à sociedade

Um novo sistema eletrônico foi solicitado à Secretaria de Informática para garantir o efetivo direito constitucional à informação



FREEPIK

► Ouvidoria tem um novo sistema eletrônico para melhorar o controle dos prazos de respostas de cada relato recebido dos cidadãos e cidadãs paraenses

Para fortalecer a relação institucional do Poder Judiciário do Pará com a sociedade e se credenciar para alcançar a pontuação máxima do Prêmio CNJ de Qualidade, a Ouvidoria Judiciária pediu o apoio da Secretaria de Informática para produzir um novo sistema eletrônico que melhore o controle dos prazos de respostas de cada relato recebido dos cidadãos e cidadãs paraenses, em especial os da Ouvidoria do CNJ.

A ouvidora judiciária, desembargadora Rosi Maria Gomes de Farias, participou de forma remota da reunião promovida pelo Colégio Nacional de Ouvidores Judiciais, em 15 de setembro de 2021, que dis-

cutiu as sugestões, ainda em análise, do Grupo de Trabalho instituído pelo CNJ para disciplinar a atuação das ouvidorias judiciais. Em parceria com a Ouvidoria do Ministério Público do Pará, a Ouvidoria Judicial promoveu, em novembro, a palestra "Ouvidorias Judiciárias: agentes potencializadoras da mediação e conciliação", na Escola Judicial do Poder Judiciário do Pará.

PARTICIPAÇÃO

A Ouvidoria Judiciária é um canal de comunicação direta, cujo objetivo é orientar, transmitir informações e colaborar com

A OUVIDORIA É UM CANAL DE COMUNICAÇÃO DIRETA COM O PÚBLICO, QUE ORIENTA, TRANSMITE INFORMAÇÕES E COLABORA COM O APRIMORAMENTO DAS ATIVIDADES DO TJPA

o aprimoramento das atividades desenvolvidas pelo Tribunal. É um espaço de participação social e de construção da democracia, permi-

te a cooperação ativa das pessoas no controle da qualidade dos serviços públicos. Os relatos recebidos na Ouvidoria são analisados individualmente e respondidos conforme o caso. Se a questão apresentada se encontrar dentro do âmbito de atuação da Ouvidoria, a demanda será tratada e en-

caminhada de forma a permitir a sua solução. A participação registrada na Ouvidoria, considerada em conjunto com outras manifestações, servirá de base para a adoção de medidas e implementação de ideias que ajudarão na melhoria do Tribunal. A Ouvidoria do TJPA também é responsável pelo Serviço de Informações ao Cidadão e à Cidadã (SIC), que garante o efetivo direito constitucional à informação e a ampliação da transparência.

Judiciário do Pará elimina barreiras e garante inclusão

Grupo de Trabalho estabelecerá política de promoção de direitos para as pessoas com deficiência que atuam no âmbito do Poder

NUMA INICIATIVA INÉDITA, O TJPA TAMBÉM APROVOU A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDIODESCRIÇÃO E INTERPRETAÇÃO EM LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS



▶ Vídeos institucionais disponibilizam a tradução do intérprete em Libras como recurso de acessibilidade

Ampliação dos recursos para o acesso à informação, inclusive dos conteúdos disponíveis nas redes sociais, e implantação de serviços de autodescrição e interpretação em Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Essas são algumas das ações já adotadas pelo Poder Judiciário do Pará, no exercício de 2021, para garantir direitos fundamentais, eliminar barreiras, combater o preconceito e a discriminação e assegurar acessibilidade e inclusão às pessoas com deficiência que atuam no âmbito do Judiciário.

A Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão (CPAI) do Tribunal de Justiça do Pará e seu núcleo executivo (NPAI) articularam com o Departamento de Comunicação a ampliação do acesso à informação às pessoas com deficiência e já é possível, por exemplo, às pessoas com deficiência visual, acompanhar as matérias dos portais interno e externo através de áudios gravados com os principais conteúdos produzidos pela Coordenadoria de Imprensa.

Numa iniciativa inédita, a atual

gestão do TJPA também aprovou a contratação de serviços de audio-descrição e interpretação em Língua Brasileira de Sinais – Libras para garantir às pessoas com deficiência auditiva e visual acesso às manifestações públicas do Poder.

A composição da CPAI foi ampliada para dez integrantes e a Presidência nomeou servidor técnico e designou estagiário para compor os quadros do NPAI, adequando-o às diretrizes do CNJ e do próprio TJPA. Da mesma forma, foi solicitada a criação de unidades no Sistema Sigadoc tanto para a CPAI quanto para o NPAI.

GT

Com base em pesquisa sobre a realidade das pessoas com deficiência no âmbito do Judiciário, bem como em reuniões específicas, o NPAI elaborou minuta, analisada e aprovada pela CPAI, de criação do Grupo de Trabalho cuja missão é estabelecer a política de promoção de direitos de todas as pessoas com deficiência que atuam no âmbito do Judiciário paraense.

O GT está incumbido de atualizar os procedimentos pré-admissionais, a partir das normas legais, estabelecer o fluxo para atender às

necessidades específicas das pessoas com deficiência e definir parâmetros para atividades continuadas de orientação e avaliação que fortaleçam as práticas inclusivas.

Nessa linha de atuação, o NPAI deu suporte à Escola Judicial na promoção de dois cursos e de um webinar sobre os direitos das pessoas com deficiência e tem mobilizado unidades do Judiciário em busca de informações relacionadas aos indicadores de que trata a Resolução nº 401/2021, do CNJ (que dispõe sobre o desenvolvimento de diretrizes de

acessibilidade e inclusão), e para estimular novas ações que fortaleçam as iniciativas do Tribunal para efetivar os direitos das pessoas com deficiência.

O NPAI também propôs à Secretaria de Engenharia e Arquitetura a elaboração de um plano de promoção da acessibilidade espacial, que estabeleça uma ordem de prioridade a partir da constatação do grande número de prédios que necessitam de intervenções, além de articulação com as prefeituras para adotar medidas que facilitem o acesso aos prédios, mediante rotas acessíveis e outras iniciativas.

PERFIL

Pleno decide homenagear duas magistradas e dois magistrados

Tribunal escolhe as desembargadoras Maria Helena D'Almeida Ferreira e Maria Angélica Ribeiro Lopes dos Santos e os desembargadores Jaime dos Santos e Claudio Montalvão

A série "Perfil dos Magistrados" homenageará duas desembargadoras e dois desembargadores nos próximos números. A escolha foi feita pelo Tribunal Pleno, na 16ª Sessão, em 12 de maio de 2021. As desembargadoras são Maria Helena D'Almeida Ferreira e Maria Angélica Ribeiro Lopes dos Santos; e os desembargadores, Jaime dos Santos Rocha e Claudio Augusto Montalvão das Neves.

Em fase de reunião de material e produção de entrevistas a série "Perfil dos Magistrados" prepara as edições dos desembargadores Humberto de Castro, escolhido na gestão anterior, e Jaime dos Santos Rocha. Os nomes dos homenageados foram propostos pela

Comissão Permanente de Súmula, Jurisprudência, Biblioteca e Revista, que, entre outras atribuições, cuida da política editorial do Judiciário paraense na esfera judiciária.

REVISTA

A comissão lançou, em 30 de agosto, a edição 118 da Revista do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, exclusivamente em meio eletrônico, com a jurisprudência atual da Corte estadual e artigos de doutores, doutoras, professores, professoras e integrantes do Judiciário em âmbito estadual e federal. Já estão sendo organizados os julgados e artigos enviados à comissão para a edição 119 da Revista do TJPA.

A SÉRIE "PERFIL DOS MAGISTRADOS" PREPARA AS EDIÇÕES DOS DESEMBARGADORES HUMBERTO DE CASTRO E JAIME DOS SANTOS ROCHA



CAPA: AIRTON NASCIMENTO / FOTO: RICARDO LIMA

► A edição 118 da Revista do TJPA reúne artigos e a jurisprudência da Corte

Núcleo identifica as melhores práticas ambientais no País

Estudo analisa as ações sustentáveis dos sete melhores tribunais brasileiros na área socioambiental

LANÇADA EM AGOSTO, A CAMPANHA SE-PA-RE UTILIZA CONTEÚDO DIGITAL PARA FACILITAR O ENTENDIMENTO SOBRE A COLETA SELETIVA DE RESÍDUOS

O Núcleo Socioambiental elaborou um relatório analítico das ações desenvolvidas pelos sete melhores tribunais brasileiros, segundo o 4º Balanço Socioambiental, do CNJ, em ordem de aferição dos Indicadores de Desenvolvimento Sustentável/2019 (IDS/2019). O documento é resultado de benchmarking entre os tribunais de Justiça para elencar as melhores estratégias desenvolvidas para atingir o IDS e melhorar a performance do TJPA.

FAÇA A DIFERENÇA!

De 07 a 11 de junho, a Semana do Meio Ambiente teve como tema “Pequenas atitudes fazem a diferença”, realizada de forma virtual em face da pandemia. A programação envolveu oficinas de reaproveitamento de alimentos e de óleo vegetal para a produção de sabão ecológico; foram divulgadas “ecodicas”,

os impactos positivos do Plano de Logística Sustentável do TJPA nos últimos 5 anos. Na oportunidade, foi lançado o vídeo institucional “Consumo Consciente” e, encerrando a semana, o I Encontro de Boas Práticas entre Biomas da Região Norte, momento em que foram expostas as ações de sucesso deste Núcleo Socioambiental.

“ECODICAS”

As “ecodicas” tiveram boa repercussão na mídia externa, com destaque nos principais jornais locais e disseminação ao longo do ano nas redes sociais do TJPA, como forma de sensibilização contínua, atendendo às diretrizes do PLS-TJPA.

CAMPANHAS

A sensibilização do corpo funcional foi feita por meio de campanhas informativas nas mídias da instituição, destacando-se as

principais datas alusivas à sustentabilidade e às suas dimensões, todas publicadas no site do Núcleo.

PLÁSTICO

O TJPA também aderiu ao movimento mundial “Julho sem Plástico”, com produção de conteúdo digital semanal em vídeos e banners, sobre a necessidade de substituição dos plásticos de uso único. O mês se encerrou com um mosaico de fotos enviadas voluntariamente por servidoras, servidores, magistradas, magistrados, terceirizadas e terceirizados utilizando seus copos pessoais para bebidas quentes ou frias.

A inovadora Portaria nº3319/2021 encerrou o mês de julho com chave de ouro ao interromper definitivamente a distribuição de copos plásticos descartáveis ao público interno, atitude sustentável que conta com 73% de adesão nos órgãos judiciários do País.



▶ Campanha ressalta a importância da coleta seletiva de resíduos produzidos pela atividade do Judiciário

SE-PA-RE

A campanha “SE-PA-RE”, veiculada nas mídias sociais, portal do TJPA, e-mails e site do Núcleo Socioambiental, abordou a destinação dos resíduos. Lançada em agosto, a campanha se utiliza de conteúdo digital para facilitar o entendimento sobre a coleta seletiva de resíduos produzidos durante a atividade do

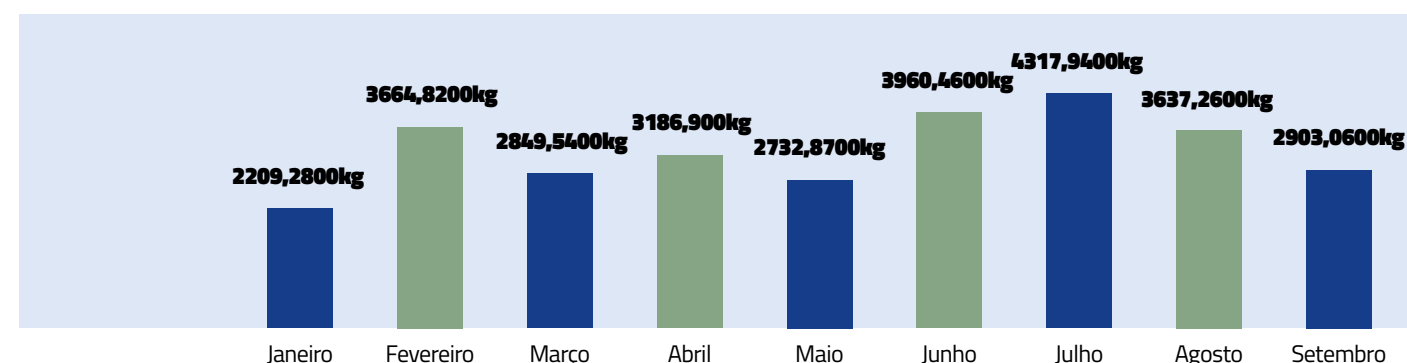
Judiciário, além de orientar sobre como separar os resíduos gerados em casa.

COLETA SELETIVA

A coleta seletiva no âmbito do TJPA recolheu 29,4 mil quilogramas de resíduos sólidos, que receberam

tratamento ambiental adequado e garantiram a inclusão socioeconômica de três cooperativas de catadores de materiais recicláveis, dentre elas a Cooperativa de Trabalho de Catadores de Resíduos Sólidos da Amazônia - Cooperpresam, formada com público do Projeto Começar de Novo.

TOTAL GERAL RESÍDUOS 2021



FORNTE: NÚCLEO SOCIOAMBIENTAL

BOLETINS

O Núcleo Socioambiental também divulga mensalmente os “Boletins Sustentáveis”, pelo e-mail do corpo funcional e também no site do Núcleo Socioambiental, com informações sobre sustentabilidade.



CURSOS

Núcleo Socioambiental articulou também a execução do Curso sobre os “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e os desafios para implementação da agenda 2030”, do Superior Tribunal de Justiça, disponibilizado pela

Escola Judicial em 10 turmas.

Um webnário intitulado “Jornada da Sustentabilidade e Poder Judiciário” foi também articulado em parceria com a Escola Judicial, abordando os seguintes temas: Panorama da Agenda 2030 no Poder

Judiciário; ODS 12 - Consumo consciente e sustentável; ODS11 – Cidades e comunidades sustentáveis; ODS15 – Vida terrestre e ODS8 – Trabalho Decente e crescimento econômico.

O PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL FOI APROVADO ATRAVÉS DA PORTARIA Nº 3475/2021-GP, DE 15 DE OUTUBRO DE 2021, PARA O PERÍODO DE 2021 A 2026



DIVULGAÇÃO

▶ *Plantio de mudas em Marabá mostra o engajamento socioambiental no âmbito do Judiciário paraense*

SUSTENTABILIDADE

Em setembro, a presidência recebeu a minuta da Política de Sustentabilidade do TJPA, elaborada pela Secretaria de Administração. O Núcleo Socioambiental normatizou os aspectos estratégicos da sustentabilidade no âmbito do TJPA, em consonância com o Plano de Logística Sustentável, instrumento alinhado à Estratégia Nacional do Judiciário e ao Plano Estratégico do TJPA. Há objetivos e responsabilidades definidas, indicadores, metas, prazos de execução, mecanismos de monitoramento e avaliação de resultados, para estabelecer e

acompanhar práticas de sustentabilidade, racionalização e qualidade, para uma melhor eficiência do gasto público e da gestão dos processos de trabalho, considerando a visão sistêmica do órgão. A elaboração do PLS exigiu 18 reuniões setorizadas por temas indicados na Resolução nº400/2021, do CNJ, desenvolvidas pelo NS em parceria com o Departamento de Planejamento Estratégico. Após, o NS elaborou a minuta e encaminhou à Presidência em 07/10/2021. O Plano de Logística Sustentável foi aprovado pela Portaria nº 3475/2021-GP, de 15 de outubro de 2021, para o período de 2021 a 2026.

SEMEAR

Foi submetido à Presidência o Projeto Semear, cujo objetivo é otimizar a horta no Prédio Sede, transformando-a em um jardim medicinal, onde serão cultivadas plantas medicinais, hortaliças e ervas aromáticas. Esse projeto buscará promover vivências e a integração do corpo funcional da instituição a uma cultura da sustentabilidade, como também alinhar o TJPA a atividades sustentáveis concretas, uma vez que as hortas comunitárias representam uma possibilidade de desenvolvimento incluyente e de construção de uma nova racionalidade ambiental.

FORMAÇÃO

Escola Judicial promoveu 95 cursos e eventos em 2021

Mais de duas mil pessoas participaram dessas iniciativas, a maioria das quais magistradas e magistrados, servidoras e servidores do Judiciário

A Escola Judicial do Poder Judiciário do Pará “Dr. Elder Lisboa” promoveu 95 cursos e eventos, incluídos cursos autoinstrucionais, regulares e webinários. Até outubro foram 1.947 horas-aula e 2.028 concluintes que participaram de ao menos uma das ações formativas, 189 dos quais magistradas e magistrados, 921 servidoras e servidores e 918 pessoas do público externo.

O início do ano letivo de 2021, em março, foi marcado por duas Aulas Magnas, no formato virtual: “O que é isto – O Direito?”, com o Dr. Lenio Streck; e “Cooperação Judiciária Nacional – Resolução 350 do CNJ”, com o Dr. Alexandre Freitas Câmara.

PÓS-GRADUAÇÃO

É destaque também a conclusão do primeiro curso de Pós-Graduação Lato Sensu realizado exclusivamente pela EJPA, em Gestão

em Unidade Judiciária. Com carga-horária total de 400 horas-aula, o curso especializou 10 magistradas e magistrados e 20 servidoras e servidores. Os novos especialistas produziram trabalhos acadêmicos para superar entraves às atividades do Judiciário paraense.

FORMAÇÃO INICIAL

O Curso de Formação Inicial de Magistradas e Magistrados teve a participação de 30 juízas e juizes no primeiro semestre e, em outubro, se iniciou a segunda turma, com 24 recém-empossadas e empossados e mais dois magistrados do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e do Tribunal de Justiça da Bahia. A etapa teórica é realizada no formato remoto, em razão da pandemia de Covid-19, e a etapa presencial será desenvolvida no exercício da atividade judicante, como auxiliares de unidades judiciais da Capital.

AUTOINSTRUCIONAL

A Formação Inicial de Servidoras e Servidores foi adequada para autoinstrucional, com a participação de 54 que tomaram posse no mês de julho e, em novembro, mais 47 servidoras e servidores. O novo formato se baseia na construção do conhecimento por meio de duas trilhas de aprendizagem para cada participante, que focam na prática das competências profissionais exigidas pelo TJPA.

FORMAÇÃO CONTINUADA

Para a Formação Continuada de servidoras e de servidores foram disponibilizados novos cursos na modalidade autoinstrucional, organizados conforme a categoria e para desenvolver habilidades e competências, como fluxos de PJE, treinamentos SEEU, SIGADOC, LIBRAS, TEAMS.



ÉRIKA NUNES

► Concluintes do curso de pós-graduação em unidades judiciárias recebem o certificado de conclusão da Escola Judicial do Poder Judiciário

SECRETARIAS

A otimização das rotinas de trabalho das secretarias judiciárias também foi objeto de curso para diretoras e diretores de secretaria

das comarcas do Estado, divididos em turmas de rotinas cíveis, criminais, varas únicas e de juizados especiais. Em novembro, houve

mais turmas com magistradas e magistrados, direcionados à otimização das rotinas de trabalho dos gabinetes.

SUSTENTABILIDADE E MARIA DA PENHA

Violência doméstica e familiar e sustentabilidade foram referenciais para o planejamento de cursos e eventos da EJPA.

Houve quatro cursos sobre a Lei Maria da Penha, nas Comarcas de Canaã dos Carajás e Parauapebas, sudeste do Pará.

Foram ofertadas outras quatro turmas do curso “Violência Doméstica e Familiar Contra as Mulheres sob a Perspectiva de Gênero e Antidiscriminatória” e, de igual forma, os webinários sobre “Mulheres no Espaço de Poder: A Experiência do Pará” e “O Acesso das Mulheres

à/na Justiça: O Caso da Amazônia Paraense”.

No âmbito da sustentabilidade, está disponível o curso autoinstrucional Agenda 2030 e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e foi realizada a Jornada Sustentabilidade e Poder Judiciário, com 5 webinários que abordaram os seguintes temas: “Panorama da Agenda 2030 no Poder Judiciário”, “ODS 12 - Consumo Consciente e Sustentável”, “ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis”, “ODS 15 - Vida Terrestre” e “ODS 8 - Trabalho Decente

e Crescimento Econômico”.

INOVAÇÃO

A inovação também norteou as ações da EJPA em 2021. Foi lançado o Projeto EJP@INOVA, com a criação de Grupo de Trabalho para definir ações que promovam a cultura de inovação aplicada à gestão judiciária. Assim, foram realizados os webinários “Inovação no Judiciário” e a Centralidade no Ser Humano” e “Conversas sobre Inovação: Um Dia Diferente no Tribunal”, além do curso Design Thinking para Gestores.

Judiciário abre espaços, capacita e faz parcerias por paz e bem viver

Desenvolvidas no Pará desde 2015, práticas restaurativas foram institucionalizadas pelo TJPA em 2018 e avançam por meio de parcerias

CRIADA EM 2018, A COORDENADORIA DE JUSTIÇA RESTAURATIVA INTEGRA A ESTRUTURA DO NÚCLEO PERMANENTE DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS (NUPEMEC)



▶ Juíza Josineide Gadelha Pamplona Medeiros, coordenadora de Justiça Restaurativa, participa de encontro regional on-line do CNJ

Implantação de espaços para práticas restaurativas, capacitação inicial e continuada de facilitadores e facilitadoras, parcerias com outras instituições do sistema de justiça e da sociedade civil para difusão, implantação, implementação, expansão e acompanhamento do plano de ação denominado “Justiça Restaurativa: construindo paz e bem viver”. Essas são as ações prioritárias da Coordenadoria de Justiça Restaurativa do TJPA para o biênio 2021/2023, para dar efetividade à Política Judiciária Nacional de Justiça Restaurativa. Criada em 2018, a coordenadoria integra a estrutura do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec) e promoveu os seguintes cursos em 2021:

- Em parceria com a Escola Judicial do Pará, curso inicial de Justiça Restaurativa, em formato EAD, com 40 h/a, para três turmas dos polos de Belém, Marabá e Santarém, para magistrados, servidores e outros integrantes do sistema de justiça e da comunidade.
- Em parceria com a Clínica de Direitos Humanos da Amazônia/ Ufopa e o Creas de Santarém, curso de facilitadores de processos circulares, em formato presencial, com 40h/a, de habilidades práticas de justiça restaurativa para a atuação profissional na execução de medidas socioeducativas em meio aberto.
- No segundo semestre de 2021, em parceria com a Clínica de Justiça Restaurativa da Amazônia, primeiro curso de Conferência Víctima Ofensor, em formato presencial, com 24h/a, para capacitar mediadores do 7º Cejus/ UFPA em práticas restaurativas com o uso da metodologia VOC em 5 (cinco) unidades jurisdicionais com competência criminal, numa iniciativa piloto.
- De 3 a 19 de novembro, em parceria com a EJPA, curso de aprofundamento em Justiça Restaurativa, com 30h/a, em formato remoto, para formação continuada de facilitadores e facilitadoras, com a participação

de magistrados, magistradas, promotores e promotoras de Justiça, advogados, advogadas, servidoras e servidores do Judiciário.

- Com a 5ª Unidade Regional de Ensino da Secretaria de Estado de Educação (Seduc) e com o projeto “Minha Escola, Meu Refúgio”, a CJR garantiu o acesso de professores da rede pública de ensino, em Belém e em Santarém, ao curso on-line Círculos em Movimento, especialmente voltado à formação de habilidades práticas de facilitação de círculos de construção de paz para ambientes escolares.

- A CJR está entre as instituições de apoio da Semana Restaurativa do Brasil, iniciativa do Programa Círculos em Movimento, da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul (Ajuris) e do Instituto Terre des Hommes Brasil.

BOAS PRÁTICAS

Desde 2015, experiências em justiça restaurativa desenvolvidas em unidades judiciárias do TJPA se destacam como boas práticas no Brasil, o que se repetiu em 2021 com a participação da coordenadora da CJR em atividades de formação

da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento dos Magistrados (Enfam), do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (TRT8) e em importantes eventos, tais como:

- I Fórum Nacional de Justiça Restaurativa (FONAJURE), na mesa pós-abertura intitulada “A Justiça Restaurativa como Política Judiciária Nacional”.
- II Webinário “Justiça Restaurativa: Boas Práticas”, com a palestra de abertura “Avanços na Política Nacional de Justiça Restaurativa”.

IMPrensa

Comunicação produz conteúdo diário, com acessibilidade e para diferentes plataformas

O trabalho é voltado para duas frentes: a comunicação externa e a interna

A Coordenadoria de Imprensa, vinculada ao Departamento de Comunicação, produziu, no exercício de 2021, 3.420 matérias jornalísticas e produtos de comunicação, entre os quais

audiovisuais e vídeos com recursos de acessibilidade e peças gráficas para as redes sociais digitais. A produção diária de matérias jornalísticas e conteúdos de Comunicação sobre o Poder Judiciário do

Pará foi veiculada em diferentes plataformas, mídias e meios de comunicação. O trabalho está dividido em duas grandes áreas: a comunicação externa e a comunicação interna.

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

ASSESSORIA DE IMPRENSA

Produção de textos, sugestões de pautas, atendimento às demandas da imprensa e produção de

clipping e relatório mensal sobre as notícias do TJPA.

Foram publicadas 1.900 matérias

entre espontâneas (por iniciativa dos jornais e portais de notícias) e provocadas pela Coordenadoria de Imprensa.

Das 1900 matérias jornalísticas:



Das 1900 matérias jornalísticas:



Das 1900 matérias jornalísticas:



Publicação eletrônica fica disponível no Portal do TJPA www.tjpa.jus.br

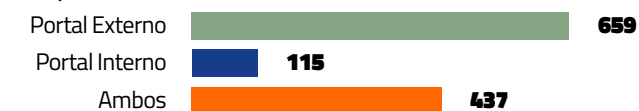


COORDENADORIA DE IMPRENSA

► A Coordenadoria de Imprensa cuida da produção diária de matérias jornalísticas e conteúdos de Comunicação sobre o Judiciário do Pará

MATÉRIAS E FOTOS PARA O PORTAL

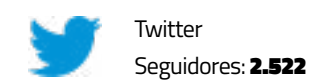
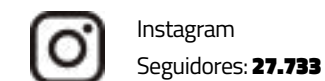
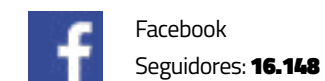
Das 1.211 matérias jornalísticas no Portal do TJPA:



PERFIS EM REDES SOCIAIS

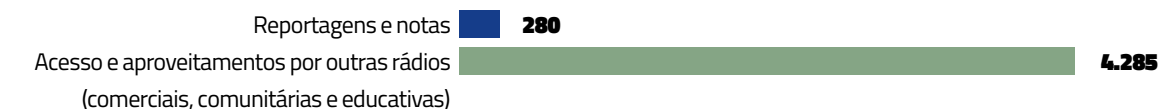
Campanhas educativas, serviços e informes no Facebook, Instagram,

Youtube, Flickr e audiovisuais digitais em listas de transmissão no Whatsapp.



WEB RÁDIO JUS

Matérias produzidas pela Web Rádio Jus e distribuídas a rádios de todo o país por meio da Agência Rádio Web.



COMUNICAÇÃO INTERNA

MÍDIA INDOOR - TVER

Exibição de vídeos de interesse da empresa TVER, instalados em público em cerca de 200 monitores em shoppings, acadêmias, livrarias.



Produção de vídeos  59

MATÉRIAS E FOTOS PARA O PORTAL INTERNO

Notícias publicadas  115

ACESSIBILIDADE

AUDIOVISUAIS (VÍDEOS)

Legenda  32
 Audiodescrição  18
 Libras  9

MATÉRIAS JORNALÍSTICAS DISPONIBILIZADAS EM FORMATO ACESSÍVEL

Descrição de imagens  146
 Texto sonoro (transcrição textual)  110

► *Mídia indoor exibiu vídeos de interesse público em cerca de 200 monitores da empresa TVER*

RICARDO LIMA



RICARDO LIMA

► *A Coordenadoria de Cerimonial e Relações Públicas coordenou 155 eventos institucionais em 2021, entre eles a Cerimônia de Outorga da Ordem do Mérito Judiciário*

CERIMONIAL

No exercício de 2021, a Coordenadoria de Cerimonial e Relações Públicas, vinculada ao Departamento de Comunicação, coordenou 155 eventos institucionais, emitiu 5,5 mil telegramas e e-mails institucionais, fez a entrega de 775,8 mil convites, sendo 775 mil virtuais, para eventos e produziu 304 peças gráficas para campanhas e eventos da instituição. Entre os projetos coordenados pelo Cerimonial, destacam-se: outorga da medalhas; posse de juízes e da Presidência do TJPA; Aula Magna da Escola Judicial; atualização e inclusão de dados na Mala Direta; webinários na Escola Judicial e no TJPA; instalação do Centro de Inte-

ligência; visita da Imagem Peregrina de Nossa Senhora de Nazaré aos prédios do TJPA; organização da visita guiada de estudantes e outros grupos ao edifício-sede do TJPA, entrega do Prêmio Segurança Humana ao ministro Kassio Nunes Marques, do STF, evento envolvendo a ONU, com público nacional e internacional; evento Justiça 4.0, Região Norte – CNJ e TJPA; parceria e organização de eventos de outros órgãos públicos, como o Governo do Pará, o Tribunal Regional Eleitoral (TRE-PA) e o Tribunal Regional do Trabalho – 8ª Região (TRT-8), CNJ, Ministério Público; elaboração de documentos

administrativos para a contratação de serviços (gráficas/impressos, buffet e decoração, fotografia e Libras); acompanhamento, com fiscalização do contrato de passagens aéreas; criação da Resolução Única referente às Medalhas Outorgadas pelo Poder Judiciário; vetorização das medalhas; restauração de fotos e galeria dos diretores do Fórum Cível da Capital; criação da Galeria de Ouvidores Agrários do Pará; criação da Galeria dos Diretores do Fórum de Ananindeua; editoração do Relatório da Ouvidoria Agrária, do Livro Atos e Autos e da Revista da EJPA; Casamento Comunitário Virtual e Presencial.

COMEÇAR DE NOVO

Convênio de digitalização garante 98 bolsas a egressos (as) do sistema penal

Em 2021 houve ampliação de vagas para a Central da Comarca de Castanhal



AIRTON NASCIMENTO

▶ Participantes do Começar de Novo preparam documentos para serem digitalizados pelo Migrador 4.0

O Programa Começar de Novo promove ações afirmativas de reinserção social de apenados, apenadas, custodiadas e custodiados do Sistema Penitenciário do Pará, para reduzir a reincidência criminal. O programa atua nos eixos proteção social, capacitação profissional e inclusão produtiva. O Começar de Novo foi criado pelo Conselho Nacional de Justiça em 2009 e no mesmo ano foi implantado pelo Tribunal de Justiça do Pará (TJPA).

Em abril de 2021, o Convênio Digitalização entre o TJPA e a Secretaria de Estado de Adminis-

tração, celebrado em 2013, foi renovado por mais dois anos. O êxito da experiência é atestado pela contínua ampliação do número de beneficiados e beneficiadas, que envolve 98 bolsistas, 78 em Belém, nove em Santarém e seis em Marabá. Em 2021 foram ampliadas cinco vagas para a Central de Castanhal, embora os bolsistas ainda estejam em Belém, aguardando lotação no Fórum.

Na Região Metropolitana de Belém, os 78 bolsistas atuam nas centrais de digitalização do 1º e do 2º Grau, Central do Fórum Cível,

do Fórum Criminal, da Pedreira, de Ananindeua e no Arquivo Regional.

Foram feitas 35 substituições de bolsistas antigos por candidatos e candidatas novas, que seguem em acompanhamento. As substituições ocorreram após encerramento de contratos prorrogados além do prazo de dois anos, por necessidade dos postos e devido à pandemia de Covid-19.

O convênio com o Tribunal Regional Eleitoral do Pará merece ser ressaltado, pela garantia de empregabilidade para quatro bolsistas, selecionados e acompanhados pelo programa.

O CONVÊNIO DE DIGITALIZAÇÃO ENVOLVE 98 BOLSISTAS, 78 DOS QUAIS EM BELÉM, NOVE EM SANTARÉM E SEIS EM MARABÁ. EM 2021 FORAM AMPLIADAS CINCO VAGAS PARA CASTANHAL.

Comissão zela pela segurança institucional do Poder Judiciário

No exercício de 2021, CPSI deliberou sobre 14 ocorrências relacionadas a ameaças a magistradas e magistrados, servidoras e servidores e seus familiares

A Comissão Permanente de Segurança Institucional (CPSI) deliberou sobre diversas questões ligadas à segurança de magistrados, magistradas, servidoras, servidores e patrimônio do Poder Judiciário do Pará, tendo solicitado auxílio à Coordenadoria Militar do TJPA, às autoridades policiais, militares ou civis, no âmbito de suas atribuições, para as providências necessárias à garantia da incolumidade física de magistradas, magistrados, servidoras e servidores hostilizados no exercício de suas funções.

Entre fevereiro e outubro houve 14 ocorrências relacionadas à segurança e três reuniões ordinárias e uma extraordinária da CPSI, para deliberar sobre pedidos de proteção a magistradas e magistrados, servidoras e servidores, além de outros assuntos relativos à segurança. Atualmente, 13 magistradas e magistrados contam com serviço de

escolta policial, após ameaças.

A CPSI também é responsável por apresentar à gestão todas as demandas de conservação e manutenção da segurança do patrimônio do Judiciário, que consiste nos prédios dos fóruns das comarcas do interior, com a recomendação de manutenção das cercas concertinas, sensores de incêndio e presença de pessoas, arcos detectores de metais, dentre outros.

COORDENADORIA MILITAR

A Coordenadoria Militar fez três viagens a três comarcas do interior e recolheu 27 armas de fogo, quantidade muito inferior à do ano passado, pois o serviço agora é de responsabilidade da Secretaria Estadual de Segurança Pública, o que reduziu consideravelmente os custos financeiros com mobilização para essa atividade.

O EFETIVO DA COORDENADORIA MILITAR GARANTE SEGURANÇA E APOIO A 11 PRÉDIOS DO TJPA NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM E NO INTERIOR DO ESTADO.

SEGURANÇA

O efetivo da Coordenadoria Militar garante segurança e apoio a 11 prédios do TJPA na Região Metropolitana de Belém e no interior do Estado. Com o acréscimo dos policiais militares da reserva, foi possível estender a segurança a mais 25 unidades do Judiciário, além de ampliar o contrato de vigilância armada de 27 para 47 comarcas atendidas, entre o ano passado e o exercício de 2021.

CFTV

A equipe militar responsável pelo Circuito Interno de TV fez 42 visitas a unidades da RMB e 26 ao interior, quando instalou quatro equipamentos de gravação de imagem (DVR) em novas comarcas e fez reparos em 51 equipamentos de imagem danificados.

MISSÕES

Houve 198 ordens de serviços para diversas missões, das quais 154 atenderam a solicitações de segurança de magistrado e magistrada, providência que assegura o exercício da prerrogativa de autonomia funcional, sem influência de ameaças à sua integridade por causa de seus processos decisórios. As 44 ordens restantes atenderam a diversas áreas, desde a segurança patrimonial, segurança orgânica, segurança de servidores e segurança contra incêndio e emergência.

INTELIGÊNCIA

O Setor de Elaboração e Planejamento de Estratégias Militares (Sepem) produziu 24 relatórios de inteligência sobre ameaças de riscos à integridade física de magistradas e magistrados, servidoras e servidores e familiares. Foram produzidos 17 relatórios de segurança orgânica, com identificação das vulnerabilidades após visita técnica aos prédios; 301 informativos diários sobre as notícias do Pará, blogs, redes sociais, sites diversos ou outros meios de notícias; 5 monitoramentos de manifestações relacionadas ao Judiciário paraense, com a finalidade de garantir a segurança institucional; 8 acompanhamentos e monitoramentos de ameaças à integridade física de integrantes do Judiciário, para subsidiar ações preventivas da CPSI na gestão de riscos e avaliação de ameaças contra membros do Judiciário paraense.

VISTORIAS

Todos os prédios da RMB foram vistoriados pelos agentes do Corpo de Bombeiros Militar da Coordenadoria. Houve recarga dos extintores e adequação das sinalizações de emergência, além da emissão do auto de vistoria do Corpo de Bombeiros para quatro prédios novos. Houve visitas técnicas em 50 comarcas do interior para adequar as unidades às exigências do Corpo de Bombeiros Militar.

AQUISIÇÕES

Para otimizar as atividades de segurança institucional, foram adquiridos:

- Cones de Sinalização para o prédio-sede;
- Componentes para Rádios de

Comunicação das equipes de segurança do prédio-sede, Fórum Criminal, Fórum Cível e Fórum de Icoaraci;

- Componentes para manutenção dos Pórticos Detectores de Metais instalados nos prédios do TJPA da Capital e Interior do Estado;
- Dez botões de pânico instalados na sala de conciliação do Fórum Criminal;
- Bandeiras e Mastros para atender às demandas do prédio-sede;
- Materiais e Equipamentos de CFTV, para os prédios do TJPA da Região Metropolitana de Belém;
- Instalação de 15 (quinze) Pórticos Detectores de Metais, para os prédios da Vara de Execuções de Penas e Medidas Alternativas, Fórum de Soure, Fórum de São Sebastião de Boa Vista, Fórum de Ponta de Pedras, Fórum de Baião, Fórum de Curuçá, Fórum de Dom Elizeu, Fórum de Ipixuna do Pará, Fórum de Santa Maria do Pará, Fórum de Salinópolis, Fórum de Irituia, Fórum de Óbidos, Fórum de Peixe Boi, Fórum de Marapanim e Fórum de Oriximiná;
- Cem extintores de incêndio tipo ABC 6kg novos, para complementar o atendimento das demandas dos prédios no interior do Estado.
- Placas de Sinalização de Emergência, para complementar o atendimento das demandas dos prédios no interior do Estado;
- Renovação do Contrato de Vigilância Eletrônica (sistema de alarme), instalados nos prédios do TJPA da capital e interior do Estado;
- Renovação dos Contratos de Vigilância Armada, (29 postos de 44h, 11 postos de 12h diurno e 01 postos de 12h noturno), nos prédios do TJPA do interior.



**PLANEJAMENTO
& GESTÃO**

AÇÕES ESTRUTURANTES

Judiciário do Pará melhora a qualidade dos gastos e aprimora sua arrecadação

Pandemia exigiu capacidade de inovação e planejamento rigoroso na aplicação dos recursos públicos

A implantação da política de qualidade dos gastos e o aprimoramento da arrecadação são as duas ações estruturantes adotadas pelo Tribunal de Justiça do Pará para aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira no biênio 2021-2023.

No exercício de 2021 foram executadas 70% das 22 ações e etapas previstas, embora a pandemia de covid-19 exija, cada vez mais, elevada capacidade de inovação e extrema responsabilidade com o planejamento rigoroso e aplicação correta e racional dos recursos públicos disponíveis.

Esses princípios norteiam a agenda de compromissos do TJPA para disponibilizar recursos orçamentários

e financeiros à garantia da prestação jurisdicional e ao pagamento de magistradas, magistrados, servidoras, servidores e quadro de apoio.

O aprimoramento dos processos de gestão orçamentária e financeira permitiu o investimento em estratégias que aumentaram a capacidade e melhoraram os instrumentos de planejamento, orçamento e de arrecadação judicial e extrajudicial. Dessa forma foi possível compatibilizar necessidades orçamentárias de custeio, investimentos e pessoal e aprimoramento da prestação jurisdicional.

Trata-se de uma cultura de adequação dos gastos ao atendimento das necessidades prioritárias e essenciais dos órgãos da justiça,

que se baseia no tripé: pessoas, conhecimento e inovações tecnológicas, realizada por meio das seguintes estratégias:

- valorização e aprimoramento do trabalho em equipe, por meio de alinhamento, integração e capacitação do quadro funcional;
- modernização dos processos e fluxos de trabalho;
- inovações no desenvolvimento de tecnologias de gestão e informação como ferramentas de suporte, capazes de otimizar, automatizar rotinas e procedimentos de trabalho, ao mesmo tempo em que conferem maior capacidade de gestão, transparência e controle na aplicação dos recursos públicos.



RICARDO LIMA

▶ *Aprimoramento da gestão financeira e orçamentária permitiu que o Judiciário do Pará investisse nas ações prioritárias*

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

As receitas realizadas no exercício superaram em 9,4% as receitas previstas, com incremento de 9,4% na receita do Tesouro, 8,3% no Fundo de Reaparelhamento do Judiciário e 43,6% no Fundo de Apoio ao Registro Civil, conforme Tabela 1.

PREVISÃO E REALIZAÇÃO DAS RECEITAS PRÓPRIAS E TRANSFERIDAS – 2021*

FONTE	RECEITA PREVISTA	RECEITA REALIZADA
Tesouro	R\$ 1.264.616.089	R\$ 1.383.950.873
Fundo de Reaparelhamento do Judiciário	R\$ 167.818.067	R\$ 181.763.208
Fundo de Apoio ao Registro Civil	R\$ 6.000.000	R\$ 8.615.743
Total	R\$ 1.438.434.156	R\$ 1.574.329.824

FONTE: SEO/WEB – SIAFEM. ELABORAÇÃO ASSESSORIA TÉCNICA/SEPLAN.

RECEITAS

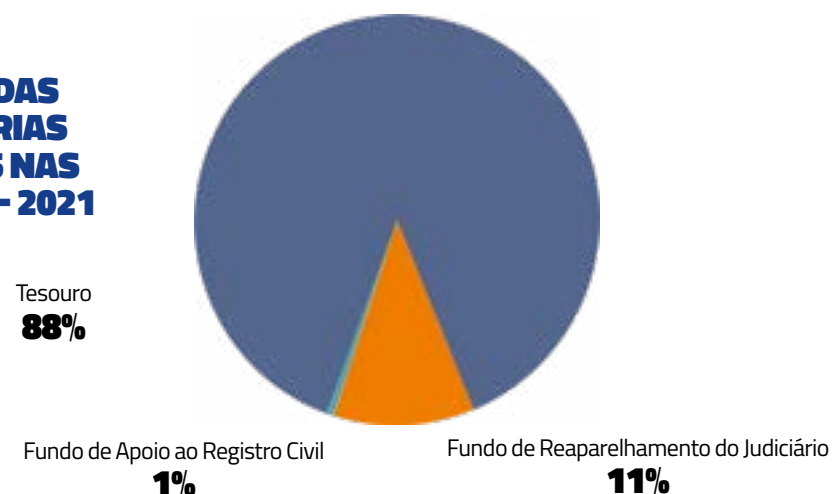
Das receitas realizadas no exercício de 2021, 88% são de transferências constitucionais devidas ao Poder Judiciário pelo Tesouro Esta-

dual; 11% são do Fundo de Reparelhamento do Judiciário; e 1% do Fundo de Apoio ao Registro Civil.

O Gráfico 1 demonstra a impor-

tância das medidas para ampliar e aprimorar os mecanismos de arrecadação e captação de recursos para financiar as políticas administrativa e judicial.

PARTICIPAÇÃO DAS RECEITAS PRÓPRIAS E TRANSFERIDAS NAS RECEITAS TOTAIS – 2021



FONTES: SEO/WEB – SIAFEM. ELABORAÇÃO: ASSESSORIA TÉCNICA/SEPLAN.

DESPESAS

Despesas com pessoal e encargos constituem a maior parcela dos gastos executados no exer-

cício, 78,2%, enquanto 18,4% correspondem a despesas correntes. A rubrica de investimentos corres-

pondeu a 3,4% das despesas realizadas, conforme Tabela 2.

DETALHAMENTO DAS DESPESAS POR GRUPO E UNIDADE GESTORA – 2021*

GRUPO DE DESPESA / UNIDADE GESTORA	DESPESA EXECUTADA (R\$)	%
UG 04101 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO - TJE	1.261.923.577	100%
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.087.269.570	86%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	174.654.007	14%
UG 040102 - FUNDO DE REAPARELHAMENTO DO JUDICIÁRIO - FRJ	123.151.785	100%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	81.710.852	66%
INVESTIMENTOS	41.440.933	34%
UG 040103 - FUNDO DE APOIO AO REGISTRO CIVIL - FRC	5.756.438	100%
INVESTIMENTOS	5.756.438	100%
TOTAL - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.087.269.570	78,2%
TOTAL - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	256.364.859	18,4%
TOTAL - INVESTIMENTOS	47.197.371	3,4%
TOTAL GERAL	1.390.831.800	100%

FONTES: SEO/WEB – SIAFEM. ELABORAÇÃO: ASSESSORIA TÉCNICA/SEPLAN.

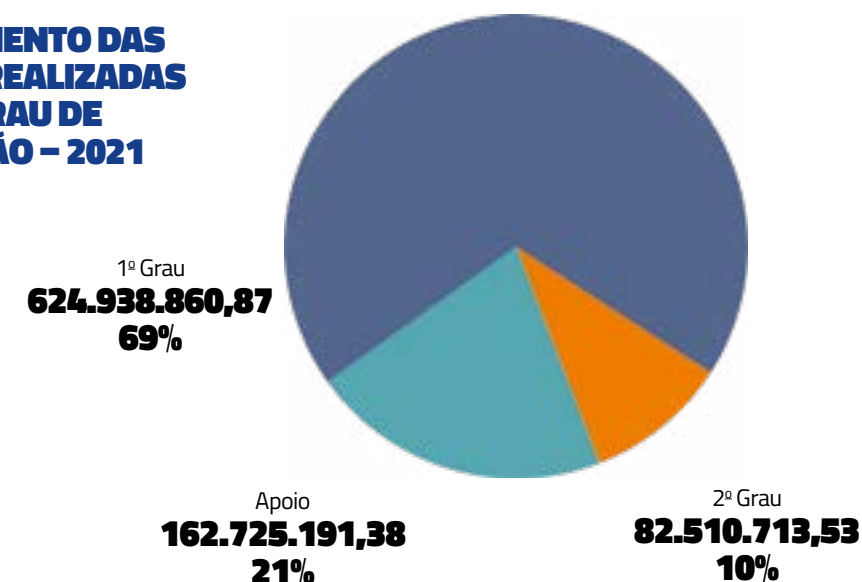
PRIORIZAÇÃO

A política de prioridade ao 1º Grau na alocação dos recursos financeiros está configurada no per-

centual de 69% das despesas realizadas no período, enquanto 10%

foram destinados ao 2º Grau e 21% ao Apoio, conforme Gráfico 2.

DETALHAMENTO DAS DESPESAS REALIZADAS POR GRAU DE JURISDIÇÃO – 2021



FONTES: SEO/WEB – SIAFEM. ELABORAÇÃO: ASSESSORIA TÉCNICA/SEPLAN.

AÇÕES CONCLUÍDAS

- Elaboração do planejamento estratégico e planos de ações de todas as unidades administrativas;
- Implantação do Núcleo de Apoio à Captação de Recursos para Projetos Estratégicos – NUCRE, com o objetivo de ampliar o orçamento do Poder Judiciário para o financiamento de projetos estruturantes;
- Inovações na gestão orçamentária e financeira, com ampliação da participação das unidades administrativas do Tribunal e articulação com o Poder Executivo na construção da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2021, Lei Orçamentária Anual – LOA/2021, traduzindo-se em

- estratégia de concepção que amplia o atendimento às necessidades orçamentárias e financeiras do Poder Judiciário;
- Elaboração de Vídeos institucionais – Desmistificando o Orçamento, visando a ampliar a compreensão sobre os conceitos orçamentários;
- Implementação de melhorias nos sistemas de arrecadação judicial e extrajudicial, com a automatização de diversos procedimentos e com a criação dos painéis de gestão;
- Definição de novo fluxo de solicitação de Suprimento de Fundos do tipo ordinário (quadrimestral);
- Atualização do site do

- Departamento Financeiro, visando a ampliar o acesso às informações ao público interno e externo;
- Publicação dos valores repassados aos cartórios do Fundo de Registro Civil, a fim de atender à Lei 12.527 – Lei de Acesso à Informação e as Resoluções CNJ nº. 215/2015 e 265/2018;
- Simplificação da rotina assinatura em lote de processos para autorização de empenho de perícia;
- Retorno de funcionamento do “Fale Conosco” na página do Departamento Financeiro, a fim de ampliar a capacidade de respostas às demandas direcionadas ao setor;

- Criação da unidade gestora 040103 Fundo de Registro Civil, visando ao aprimoramento da transparência e controle na gestão desses recursos;
- Implementação das solicitações de despesa no sistema GRP, no modelo para atendimento quadrimestral, facilitando a rotina dos pedidos de empenho por parte das unidades demandantes;
- Implementação de nova rotina para autorização de empenho de perícias por meio de modelo de autorização e assinatura de Nota de Empenho, tendo por base lotes de processos com o mesmo objeto;
- Revisão dos fluxos de tramitação de processos de pagamento, objetivando a desburocratização e a celeridade;
- Elaboração de proposta de Regulamentação da Lei nº 9.217/2021, que alterou disposições do Capítulo VI da Lei nº 8.328, de 29 de dezembro de 2015, dispondo sobre o Regimento de Custas e outras despesas processuais no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará;
- Elaboração de proposta de alteração da legislação das Custas Judiciais, visando à sua atualização, no intuito de autorizar o recolhimento por diferentes meios de pagamento (cartão de débito e de crédito) e ampliar a possibilidade de parcelamento de débitos;
- Elaboração de proposta de regulamentação do Procedimento Administrativo de Cobrança (PAC), para orientar a recuperação de custas e despesas processuais;
- Elaboração do diagnóstico do funcionamento das unidades de arrecadação da capital e do interior

- (abrangendo 1º e 2º graus);
- Elaboração de plano de cooperação remota entre as unidades de arrecadação, com o fim de mitigar os impactos decorrentes da implantação da cobrança administrativa dos devedores de custas processuais nas unidades de arrecadação, tendo em vista as novas atribuições que os servidores dessas unidades receberão;
- Realização de 216 fiscalizações judiciais, conforme detalhamento abaixo:
 - 41 fiscalizações aos editais de correições, com a análise de 7.223 boletos bancários e documentos relacionados à comprovação do pagamento de custas processuais, com potencial de pagamento de 1.226 boletos, correspondendo ao montante de R\$ 1.585.471,94 (um milhão, quinhentos e oitenta e cinco mil, quatrocentos e setenta e um reais e noventa e quatro centavos);
 - 152 fiscalizações referentes a processos do PJE COR;
 - 23 fiscalizações a partir de solicitações das Unidades de Arrecadação Local e Regional, via Siga-Doc;
 - Realização de fiscalização extrajudicial nos 20 maiores cartórios;
- Elaboração de projeto para a implementação de Relatório de Produtividade da Fiscalização, para acompanhar o desempenho e racionalizar as atividades de fiscalização;
- Ajustes em relatórios de controle e prestação de contas do FRC (Fundo de Registro Civil);
- Atualização do sistema de solicitação de diárias e passagens (SAD), para maior agilidade e diminuição do fluxo de processos;

- Reativação da unidade do Serviço de Prestação de Contas, visando a implementar maior controle da prestação de contas do Fundo de Registro Civil – FRC;
- Negociação com o Banpará para aumentar a liquidez diária das aplicações financeiras, resultando em percentual de 104% CDI, tendo todas as contas de aplicação liquidez diária;
- Elaboração de Sumário das Receitas Próprias do Tribunal, objetivando facilitar a compreensão dos conceitos pelas unidades administrativas;
- Negociação junto aos Bancos – Depósitos Judiciais: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banco da Amazônia quanto à transferência dos Depósitos Judiciais nessas instituições à Conta Única de Depósitos Judiciais (Banpará), visando ao maior controle e rentabilidade ao Poder Judiciário;
- Alteração dos valores de Ressarcimentos e de Renda Mínima – FRC, conforme estabelecido pela legislação que rege a matéria;
- Elaboração de conteúdo do Curso de Formação em Gestão da Arrecadação;
- Elaboração de proposta de regulamentação do Sistema de Gestão de Custos;
- Treinamentos em parceria com a equipe do Sistema Thema/Polis sobre as funcionalidades dos módulos do sistema de gestão de recursos públicos - GRP;
- Implementação de Nova Funcionalidade de Despesa no sistema de gestão de recursos públicos - GRP;
- Integração tecnológica do

sistema de Gestão de Recursos Públicos – GRP, do TJPA com os sistemas de gestão orçamentária e financeira do Poder Executivo: SIAFEM, SIGPLAN E SEO/WEB, estando concluídos os módulos de: Empenho; Reforço do Empenho; Anulação do Empenho e Notas de Liquidação;

- Implantação do Painel de Gestão de Custos (BI), objetivando disponibilizar painel de

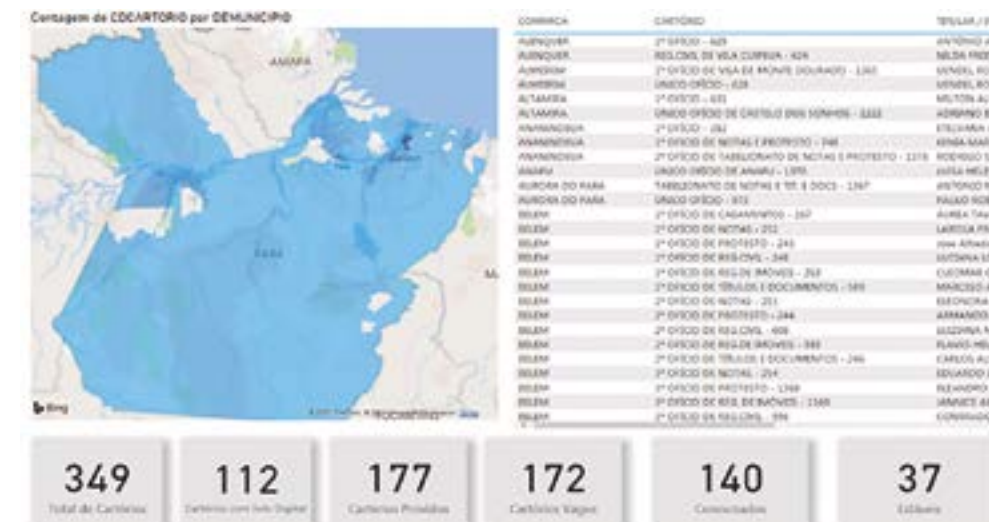
acompanhamento dos gastos do Poder Judiciário;

- Construção do diagnóstico dos sistemas de arrecadação judicial e extrajudicial, objetivando a elaboração do projeto de atualização tecnológica;
- Integração do sistema de arrecadação ao sistema de gestão de recursos públicos - GRP;
- Implantação do Selo digital em 113 cartórios, dos seguintes

polos: Marabá, Redenção, Santarém, Paragominas, Altamira, Capanema e Abaetetuba, com as seguintes etapas concluídas: Planejamento da Implantação; definição do processo interno de implantação; revisão do protocolo de comunicação; construção de FAQ (Perguntas mais frequentes); publicação de página no portal exclusiva para o selo digital;



- Construção de painel analítico de selos não declarados e de inadimplência dos cartórios;



● Construção da ferramenta de aplicação de inscrição em dívida ativa, que já permitiu o volume

de 3.558 (três mil, quinhentos e cinquenta e oito) processos inscritos, com um valor de R\$ 4.038.989,08

(quatro milhões, trinta e oito mil, novecentos e oitenta e nove reais e oito centavos).

O APLICATIVO DE INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA JÁ DISPÕE DE 3,5 MIL PROCESSOS INSCRITOS, COM UM VALOR DE MAIS DE QUATRO MILHÕES DE REAIS

- Capacitação dos servidores da unidade através do curso "Auditoria e Fiscalização das Serventias Extrajudiciais", ministrado por meio da Escola Judicial do Estado do Pará;
- Elaboração de cronograma e articulação de providências para implementação das fiscalizações in loco;
- Elaboração de estudos e minuta de Portaria, que dispõe sobre o provisionamento obrigatório para as serventias vagas;

- Atuação da equipe de fiscalização extrajudicial, por meio de notificações, face à disponibilização do painel de Selos não declarados;
- Mapeamento e estruturação dos fluxos e processos de trabalho relativos à: fiscalização extrajudicial por atribuição; análise de prestações de contas de serventias vagas; análise de capacidade financeira de serventias vagas;
- Elaboração de projeto para a implementação de Relatório de

Produtividade da Fiscalização, que objetiva acompanhar o desempenho e racionalizar as atividades de fiscalização judicial e extrajudicial;

- Revisão dos procedimentos de cálculos e cobranças de custas, por meio da emissão exclusiva pela internet;
- Implementação de ferramenta integrada de gestão, controle e emissão de boleto bancário da Taxa de Fiscalização Judicial do TJPA;

AÇÕES EM ANDAMENTO

- Conclusão da Integração do Sistema GRP do TJPA com o SIAFEM, SIGPLAN e SEO/WEB, em andamento a integração dos documentos de liquidação (NL) e ordem bancária (OB), a previsão para conclusão da integração é 30/07/2022;

- Padronização de Relatórios Gerenciais do sistema GRP, em relação à gestão de custos, tendo em vista a necessidade de conclusão da integração com o SIAFEM, cuja previsão de conclusão é 30/07/2022;
- Atualização da legislação de

Custas Judiciais no intuito de autorizar o recolhimento das mesmas por diferentes meios de pagamento (cartão de débito e de crédito) e ampliar a possibilidade de parcelamento de débitos;

- Elaboração de estudos e Termo de Referência para a

- contratação de solução de pagamento eletrônico capaz de realizar captura, roteamento, transmissão, processamento, compensação e liquidação de transações financeiras à vista e/ou parceladas, por meio de sistema e-commerce, realizadas com cartão de crédito e cartão de débito, sem ônus para o Tribunal de Justiça do Estado do Pará;
- Conclusão do módulo de conciliação bancária que se encontra em fase de ajustes relacionados à alimentação de dados de contas-correntes e estudo dos modelos de relatórios a serem gerados;
- Conclusão da integração do registro mensal do controle patrimonial de depreciação, baixas de bens, amortizações e doações;
- Conclusão do Sistema de Solicitação de Diárias e Passagens;
- Implementação de mecanismos

- de gerenciamento e controle automatizado no Sistema de Arrecadação Extrajudicial;
- Implementação de ferramenta integrada de gestão, controle e emissão de boleto bancário da Taxa de Fiscalização Judicial do TJPA;
- Desenvolvimento de ferramenta de gestão e controle do Fundo de Registro Civil;
- Conclusão da implantação do Selo Digital em 236 cartórios do interior do Estado, integralizando 349 cartórios, ou seja, 100% com o Selo Digital implantado;
- Conclusão da revisão e normatização dos fluxos e processos de trabalhos da arrecadação extrajudicial;
- Atualizar as ordens de serviço de competência da Seplan relativas à arrecadação extrajudicial;
- Conclusão das ferramentas de aferição da produtividade dos

- fiscais de arrecadação judicial e extrajudicial;
- Implementação do plano de recuperação de créditos judiciais e extrajudiciais;
- Elaboração de estudos e melhorias nos procedimentos de auditoria dos valores devidos ao Fundo de Reparelhamento do Judiciário e ao Fundo de Registro Civil com vistas à implementação de mecanismos de recuperação de crédito;
- Elaboração de estudos e minuta do Manual de Prestação de Contas dos Delegatários Efetivos, visando à ampliação do controle das obrigações fiscais;
- Revisão e atualização do Código de Normas dos Serviços Notariais e Registrars no âmbito da competência da unidade de arrecadação extrajudicial – Provimento Conjunto n.º 02/2019-CJRM/CJCI.

Estatísticas ajudam a aperfeiçoar os processos de gestão judiciária

Painéis geram informações e relatórios que permitem o planejamento das ações e o monitoramento dos resultados

O Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística do Tribunal de Justiça do Pará atua em três frentes de ações relacionadas ao plano de gestão do Tribunal de Justiça do Pará para o biênio 2021-2023: agilidade e produtividade na prestação jurisdicional, aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária e na consolidação dos sistemas de precedentes obrigatórios, com as seguintes ações:

NOVAS FUNCIONALIDADES DO PAINEL DE GESTÃO JUDICIÁRIA

Criado e disponibilizado em 2019, o painel incorporou novas funcionalidades em 2021, a partir das necessidades apontadas pelas próprias unidades, entre as quais:

Dados agregados por Unidade de Processamento Judicial (UPJ), funcionalidade que mostra indicadores e dados agregados por UPJ e que permite a gestão das atividades. Por meio do filtro na tela principal, o usuário e a

usuária selecionam a UPJ para acessar os indicadores de gestão judiciária e as listas de processos consolidados, o que possibilita planejamento de ações e monitoramento de resultados.

Criação de lista de processos com pendência de cadastro, atendendo a uma demanda do CNJ que ajusta os dados do TJPA à Base de Dados Nacional (DataJud) e permite às unidades judiciárias visualizarem

as pendências de cadastro dos seus processos judiciais.

Criação da página do Índice de Conciliação (IC), na aba do "Conteúdo Extra" do Painel, onde as unidades acompanham o desempenho do Índice de Conciliação (IC), o que facilita o monitoramento e ações para melhorar esse indicador.

Criação da página de Audiências, por meio da qual as unidades

A LISTA DE PROCESSOS CONCLUSOS MONITORA AS AÇÕES PARA JULGAMENTO, DESPACHO E DECISÃO E FILTRA OS DADOS POR DATA E SISTEMA

acompanham os dados das audiências designadas, realizadas e não realizadas. Os dados se referem a audiências de instrução e julgamento, conciliação, preliminar, interrogatório, audiências definidas no art. 334, do Código de Processo Civil - justificativa, custódia, admonitória, julgamento - e outras audiências

organizadas em gráfico e tabela.

Resumo por classe do acervo ativo e lista de pendentes, extremamente importantes porque permitem que as unidades filtrem os dados do acervo e dos processos pendentes e gerem relatórios customizados de acordo com as classes processuais desejadas.

Criação da lista de processos conclusos, funcionalidade que atende a uma demanda das unidades judiciárias para uma melhor gestão dos processos em gabinete, pois monitora os processos conclusos para julgamento, despacho e decisão e possibilita filtrar os dados por data e sistema.

PAINEL DE ACOMPANHAMENTO DA DIGITALIZAÇÃO DE PROCESSOS FÍSICOS - DIGITÔMETRO

Criada para gerenciar a migração de processos do sistema Libra para o Pje, a ferramenta permite visualizar o andamento da migração, a redução dos casos pendentes

físicos, o aumento dos processos eletrônicos, as baixas de processos físicos, o Índice de Processos Eletrônicos (Icele). Dispõe de diversos filtros de dados por unidade judiciária,

por classe processual, entre outros. O painel possui ainda gráfico de acompanhamento mensal e diário da migração e agregação dos dados por centrais de digitalização.

PAINEL OPERACIONAL DA DIGITALIZAÇÃO DE PROCESSOS FÍSICOS

Ferramenta auxiliar do Digitômetro, acompanha as atividades das centrais de digitalização e mostra os dados dos processos recebidos

e digitalizados pelas centrais. Isso permite saber, diariamente, o total de processos que falta digitalizar. Os dados são alimentados diretamente

pelas centrais de digitalização do 2º grau, Ananindeua, Fórum Cível, Marabá, Parauapebas, Santarém, Fórum Criminal e Pedreira.

PAINEL DE GERENCIAMENTO DE MANDADOS

Ferramenta desenvolvida em Microsoft Power BI mostra relatórios dinâmicos com os dados da operacionalização de mandados, abrangendo distribuição, devolução e mandados pendentes no âmbito do TJPA. As informações estão dispostas em dados gerais agregados do TJPA, acumulados até a última data de atualização da base de dados do Tribunal e dados gerenciais, desagregados por servidor ou servidora e por unidade de lotação com granularidade diária. As funcionalidades permitem visualizar dados com filtros dinâmicos, de acordo com a necessidade do usuário e usuária, e criar relatórios dinâmicos que podem ser exportados para Microsoft Excel. A ferramenta oferece a visualização dos dados de mandados distribuídos

e devolvidos, com apuração mensal acumulada; mandados pendentes total, pendentes no prazo, pendentes fora do prazo, acumulado com filtro mensal.

O painel oferece os seguintes relatórios:

- 1 Mandados distribuídos, devolvidos, pendentes, por servidor, mensal, detalhado por natureza do mandado;
- 2 Processos com detalhamento dos mandados, servidor ou servidora, data do evento e o sistema judicial onde foi movimentado.
- 3 Mandados distribuídos contendo nome do servidor ou servidora, unidade, número do processo e a natureza do mandado com agregação mensal;
- 4 Mandados cumpridos contendo nome do servidor ou servidora,

unidade, número do processo e a natureza do mandado com agregação pela situação (no prazo ou fora do prazo);

5 Resultado da diligência contendo nome do servidor ou servidora, unidade, número do processo e a natureza do mandado com agregação pelo status (cumprido com finalidade atingida, cumprido com finalidade não atingida, cumprido em parte, mandado cancelado, não cumprido e para a redistribuição)

Os dados podem ser filtrados em: 1º grau, 2º grau e Juizado Especial; Sistemas: Libra, PJe e SEEU; Unidades; calendário para selecionar períodos específicos; nome do servidor ou servidora; natureza do mandado; situação e status.

A ferramenta está publicada e atualizada no Servidor de Relatórios Power BI do TJPA.

PAINEL DE GESTÃO DE ATIVIDADES (ÁREA JUDICIÁRIA)

Totalmente remodelado e aprimorado em 2021, a nova versão incorporou os dados dos processos movimentados divididos em 1º grau e 2º grau. Para cada

instância é possível visualizar os dados gerenciais, de forma agregada para mostrar resultados gerais, bem como os relatórios com os dados desagregados, tais como

por unidade judiciária, UPJ e servidor(a). É possível também utilizar diversos filtros, entre os quais filtro de data, sistema e por tipo de ato praticado.



► O digitômetro gerencia a migração de processos do sistema Libra para o Pje, com gráfico de acompanhamento mensal e diário

PAINEL DE MAPEAMENTO DA JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE

Lançado em outubro de 2021, o painel permite acompanhar o desempenho das unidades judiciárias nas ações judiciais cujo objeto é o direito à saúde, inclusive os relacionados à covid-19 em todo o Estado. Expõe de forma organizada, em nível estratégico, analítico e operacional, informações sobre a tramitação de processos de saúde pública e de saúde suplementar por região, comarca e unidade judiciária. Há demonstrativo de audiências, despachos, decisões e sentenças e indi-

cadores de produtividade e controle de movimentação do acervo, entre os quais processos paralisados há mais de 100 dias e processos conclusos para decisão e julgamento.

O painel apresenta ainda comparativos anuais de entrada e saída de processos, a possibilidade de avaliação estatística em períodos específicos, identificação de comarcas com hospitais regionais e gestão do cadastramento dos assuntos específicos inerentes ao Direito da Saúde.

Desenvolvido pelo DPGE, trata-se de mais uma ferramenta de gestão de processos e de transparência, previsto no Plano de Gestão do Biênio 2021-2023, no Macrodesafio: Garantia dos Direitos Fundamentais, sob a Iniciativa Estratégica do Fortalecimento de Ações Destinadas ao Enfrentamento da Judicialização da Saúde. Está disponível no Portal externo do TJPA, na barra cinza superior, no menu "Estatística", e também no portal do NatJus.

PAINEL DE GESTÃO DE ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Esse painel de uso interno tem como base de dados o sistema de gerenciamento de tarefas Redmine, utilizado pelas secretarias do TJPA para cadastrar e monitorar projetos e

atividades desempenhadas por servidoras e servidores. A partir da evolução do mapeamento de processos no âmbito das unidades administrativas, que permitirá a utilização plena

de um sistema de tarefas e a consolidação da base de dados, será possível visualizar de maneira integral, por meio do painel, as diversas atividades administrativas.

PAINEL ELETRÔNICO DE GERENCIAMENTO DE PROCESSOS SOBRESTADOS

Criado para acompanhar os precedentes no âmbito do TJPA, contém dados de Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR), dos Recursos Especiais Repetitivos (RR) e dos Recursos Extraordinários

com Repercussão Geral (RG). O painel mostra os dados por tema e contém um relatório que pode ser filtrado pela unidade judiciária, pelo precedente, pela situação e/ou pelo número do processo. Na página de tema

é possível visualizar uma agregação por classe e por 1º grau, 2º grau, julgados e turma recursal. Ainda passa por ajustes nos visuais e deve ser homologado pelo NUGEP-NAC para ser publicado.

PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO PERMANENTE - PAP

O 4º Fórum Nacional das Corregedorias, em seu Glossário e Esclarecimentos (FONACOR), determinou em sua Diretriz Estratégica 1 que fosse desenvolvido projeto de trabalho junto às unidades jurisdicionais com maiores dificuldades em atingir as metas Nacionais 1 e 2 ou com recorrente excesso de prazo de conclusão.

A Corregedoria Geral de Justiça (CGJ) baixou o Provimento nº 05/2021-CGJ, que regulamenta o Programa de Acompanhamento Permanente de Unidades Jurisdicionais (PAP), a fim de cumprir a Diretriz Estratégica estipulada.

O DPGE produz relatórios e faz monitoramento diário de produtividade das 11 unidades jurisdicionais com maior dificuldade em atingir a Meta 2, com apresentação da evolução do grau de cumprimento da meta, evolução das sentenças, entradas e saídas e acervo para análise da necessidade de julgamentos, cujos dados são gerados e extraídos diretamente do Painel das Metas, obedecendo ao Glossário de Metas Nacionais do CNJ.

As 11 unidades que fazem parte do monitoramento são as seguintes: 3ª Vara de Execução Fiscal de Belém, Vara Criminal de Benevides, 2ª

Vara Cível de Redenção, Vara Criminal de Redenção, Vara Única de Muaná, Vara Única de Maracanã, Vara Única de São Félix do Xingu, Vara Única de Igarapé-Açu, 1ª Vara de Tailândia, Vara Única de Vitória do Xingu e Vara Criminal de Xinguará.

Para cada uma delas foi elaborado um Plano de Ação para atingirem 70% da Meta 2 dentro de um determinado prazo acordado, de tal forma que a partir do momento em que a unidade atinge essa meta sai do PAP. Até o dia 22 de outubro de 2021, as seis primeiras unidades supramencionadas já haviam alcançado tal meta.

METAS NACIONAIS

META 1 (PRODUTIVIDADE)

O Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) recebeu 221.231 ações de conhecimento em todas as unidades judiciárias do estado, a maior

parte das quais (66%) em unidades de 1º grau, seguida dos julgados, com quase 35 mil ações, ou 15% do total. Foram 220 mil senten-

ças em ações de conhecimento, a maior parcela das quais produzida em unidades de 1º grau, com 69% do total.

SEGMENTO	PROCESSOS DISTRIBUÍDOS EM 2021	PROCESSOS JULGADOS EM 2021	GRAU DE CUMPRIMENTO
1º Grau	146.963	151.774	103,27%
Julgados Especiais	34.259	34.961	102,05%
2º Grau	28.645	26.202	91,47%
Turma Recursal	11.364	6.691	58,87%
Total	221.231	219.628	99,27%

FONTE: BANCO DE DADOS DO TJPA

FONTE: POWER BI

Em 2021, apenas o segmento 1º grau e o segmento Jui-

zados Especiais alcançaram a Meta 1, com percentual

de cumprimento acima de 100%.

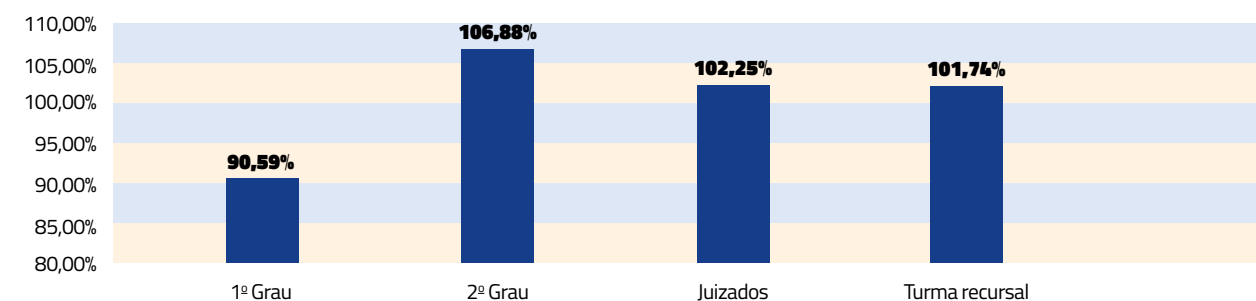
META 2 (CELERIDADE – PROCESSOS ANTIGOS)

Foram julgados 90,59% dos processos distribuídos até 31/12/2017 no 1º grau. O 2º grau cumpriu a meta 2, julgando

106,88% dos processos distribuídos até 31/12/2018. Os julgados especiais e as turmas recursais também cumpriram a meta 2, jul-

gando 102,25% e 101,74%, respectivamente, dos processos distribuídos até 2018.

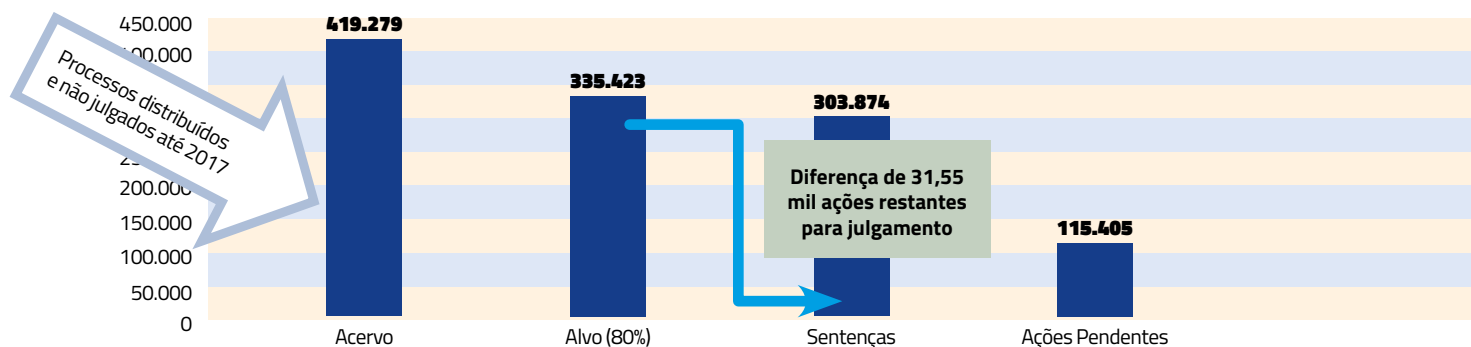
Resultado da Meta 2 de 2021 por segmento de justiça



FONTE: BANCO DE DADOS DO TJPA

Levando em consideração apenas o resultado do 1º grau em 2021, esse segmento precisaria ter julgado pelo menos 31,5 mil processos, do total de ações pendentes até dezembro, para fins de cumprimento da Meta 2 de 2021.

Meta 2 de 2021 - Resultado do 1º Grau



FORTE: BANCO DE DADOS DO TJPA

META 3 - (CONCILIAÇÃO)

O Tribunal de Justiça do Pará cumpriu a Meta 3, com percentual de 102,03%, segundo os dados disponíveis no Módulo de Produtividade do CNJ até 17/01/2022. O

resultado é consequência direta do Índice de Conciliação produzido em 2021 (17,86%), mais de dois pontos percentuais acima do índice de 2020 (15,51%).

A Meta 3 de 2021 tinha como objetivo elevar em 2 pontos o índice de conciliação de 2020, considerando apenas a fase de conhecimento.

VARIÁVEIS	2020	2021
TOTAL DE SENTENÇAS E DECISÕES HOMOLOGATÓRIAS + CONCILIAÇÕES PRÉ-PROCESSUAIS	22.617	26.209
SENTENÇAS E DECISÕES TOTAIS	145.838	146.720
ÍNDICE DE CONCILIAÇÃO	0.15508	0.17863
PERCENTUAL DE CONCILIAÇÃO	15,51%	17,86%

FORTE: CNJ

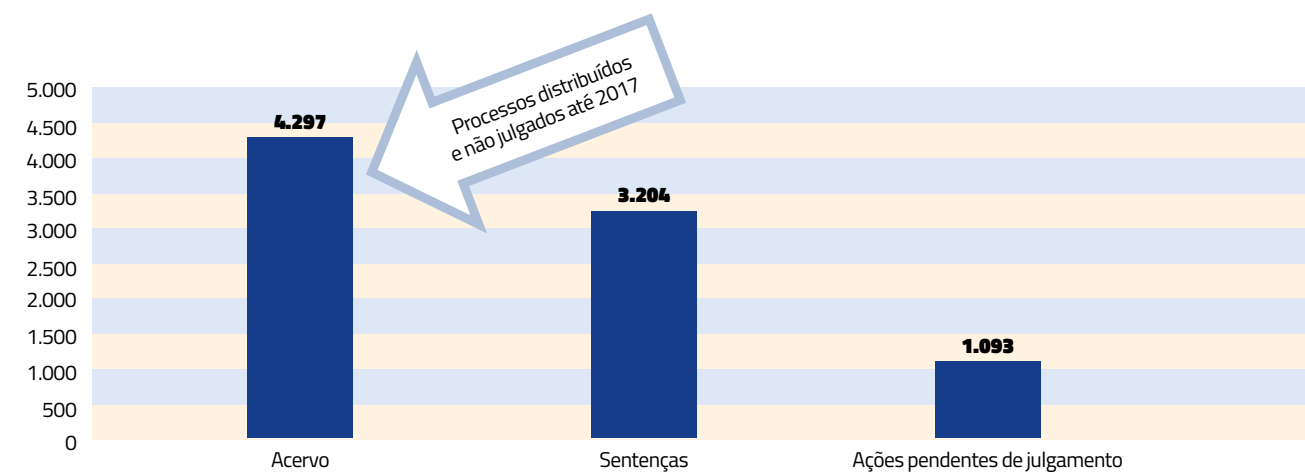
META 4 (CORRUPÇÃO – AÇÕES DE IMPROBIDADE E CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA)

O TJPA cumpriu integralmente a Meta 4 pela primeira vez desde 2013, quando essa meta foi instituída pelo CNJ. Foram 843 sentenças prolatadas ao longo do ano, das quais 495 (59%) foram produzidas

pelo Grupo de Auxílio Remoto - GAR, responsável pela análise dos processos da Meta 4.

A soma dos resultados do 1º grau, 2º grau e julgados especiais totaliza 3.204 ações julgadas

pelo TJPA, no período entre 2018 e 2021, o equivalente a 106,52% do total de processos distribuídos até 31/12/2017 às três instâncias.



FORTE: BANCO DE DADOS DO TJPA

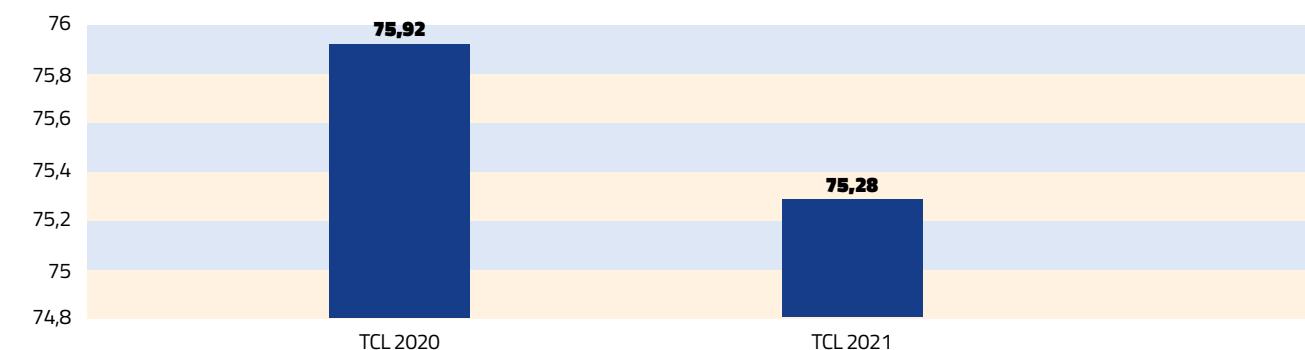
META 5 - (TAXA DE CONGESTIONAMENTO)

O objetivo da Meta 5 foi reduzir em 2 pontos percentuais a Taxa de Congestionamento Líquida de processos de conhecimento, em

relação ao resultado de 2020. O TJPA cumpriu 98,19% dessa Meta, conforme os dados disponíveis no Módulo de Produtividade do CNJ

até 17/01/2022. Esse resultado está relacionado à redução de 0,64 pontos percentuais na taxa de congestionamento entre 2020 e 2021.

Meta 5 de 2021



FORTE: BANCO DE DADOS DO TJPA

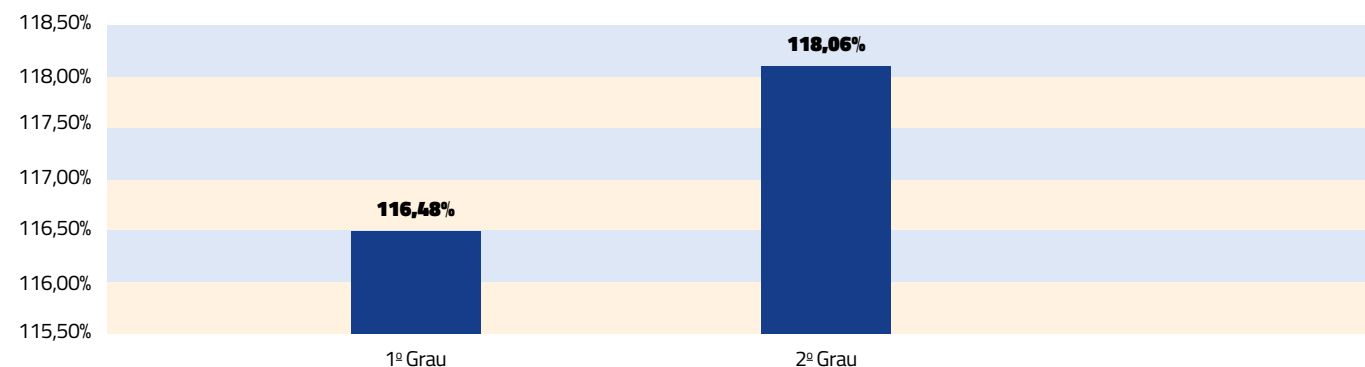
META 6 - (AÇÕES COLETIVAS)

O TJPA atingiu 108,39% da Meta 6 de 2021, com o julgamento de 65% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017 no 1º

grau. O 2º grau também cumpriu a Meta 6, julgando mais de 94% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2019, o que significa, pelas

regras do CNJ, grau de cumprimento igual a 118,06%.

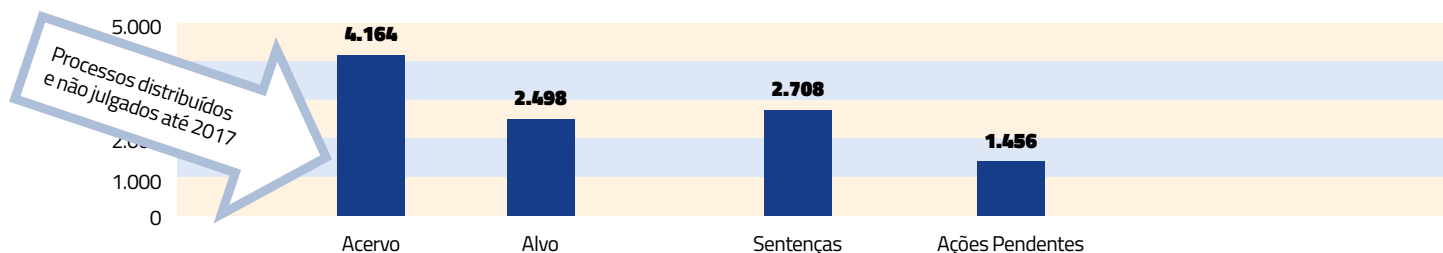
Meta 6 de 2021 - Resultado por segmento



FONTE: BANCO DE DADOS DO TJPA

Levando em consideração apenas o resultado do 1º grau, esse segmento julgou 2.708 ações coletivas em 2021, ou 210 sentenças acima do estipulado para o ano.

Meta 6 de 2021 - Resultado do 1º Grau



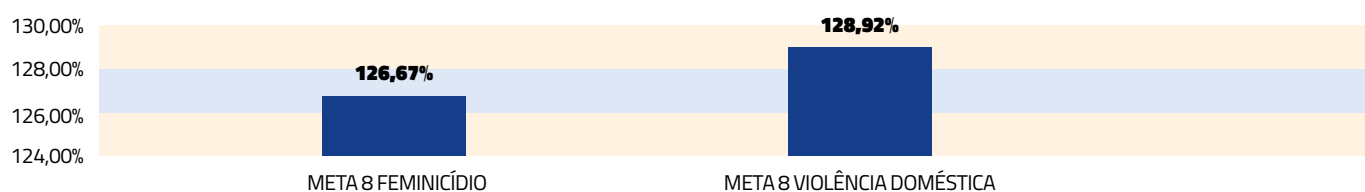
FONTE: BANCO DE DADOS DO TJPA

META 8 – (VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FEMINICÍDIO)

O TJPA julgou 38 ações penais de competência do tribunal do júri sobre violência doméstica, cumprindo, pela primeira vez, a Meta de Feminicídio do CNJ, com grau igual a 126,67%. A equipe técnica da Coordenadoria de Violência Doméstica atuou em cada processo, monitorando as pautas de audiências e entrando em contato com cada unidade.

Cumpriu-se também 128,92% da parte de Violência Doméstica da Meta 8, julgando 16.992 processos, de um total de 26.361, incluindo medidas protetivas de urgência.

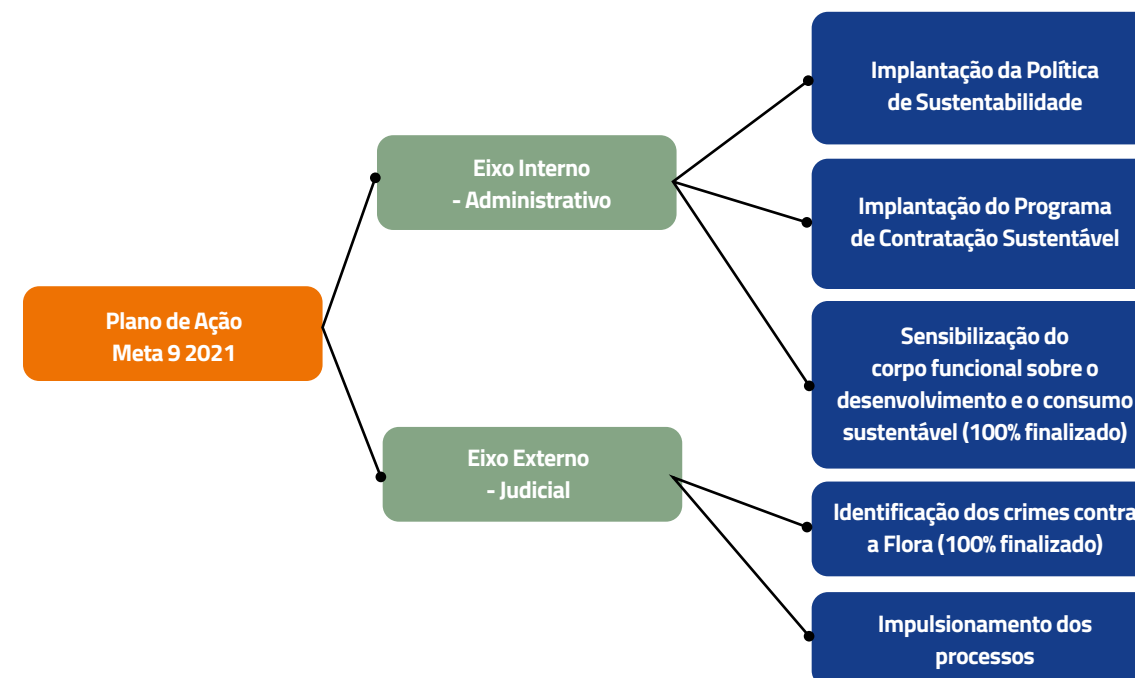
Meta 8 de 2021 - Resultado por tipo



FONTE: BANCO DE DADOS DO TJPA

META 9 (INTEGRAÇÃO DA AGENDA 2030 AO PODER JUDICIÁRIO)

O TJPA cumpriu 100% da Meta 9, que visa a integrar o Poder Judiciário à Agenda 2030. O Plano de Ação focou sua atenção no ODS nº 12 (Consumo e Produção Responsáveis), com cinco ações divididas em dois eixos: Interno (administrativo) e externo (judicial).



SUSTENTABILIDADE

Em 16/12/2021, o TJPA instituiu a Política de Sustentabilidade, em busca de mais eficiência, racionalidade e qualidade do gasto público, além do aperfeiçoamento contínuo de processos, serviços, produtos e ações, baseados em critérios sustentáveis.

A Secretaria de Administração desenvolveu, concomitantemente, o Plano de Contratações Sustentáveis, concebido para proporcionar eficiência e sustentabilidade nas contratações de maior relevância, entre as quais água tratada, servi-

ços de impressão, energia solar e serviço de transporte.

O plano também pretende melhorar o Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) do Poder Judiciário do Pará, apurado conforme o Plano de Logística Sustentável do Conselho Nacional de Justiça.

PROCESSOS

Para impulsionar os processos relacionados a crimes contra a flora, assunto 3620 da Tabela processual Unificada do CNJ, fo-

ram identificadas duas mil ações em todo o estado, encaminhados ofícios às unidades com maior volume de processos e disponibilizado painel com demonstrações das ações ambientais pendentes na Meta 12, identificação dos casos passíveis de acordo de não persecução e digitalização dos processos.

Para fins de cumprimento dessa Meta, a elaboração e o envio do PA representam 50% do cumprimento, sendo os outros 50% correspondentes à execução.

META 12 - (AÇÕES AMBIENTAIS)

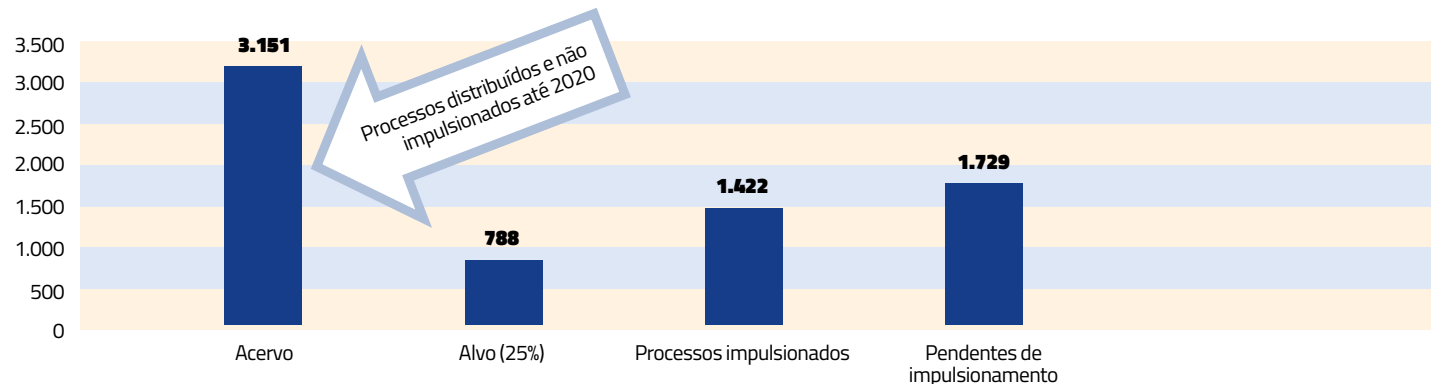
Em 2021 o TJPA impulsionou 1.422 processos da Meta 12, relacionados às ações ambientais distribuídos até 31/12/2020, ob-

tendo 180,51% de cumprimento dessa meta.

Decisões interlocutórias, audiência, assim como a própria sen-

tença, funcionaram como impulso desses processos.

Meta 12 de 2021 - Ações Ambientais



FONTE: BANCO DE DADOS DO TJPA

PIB INSTITUI A CULTURA DA BAIXA PROCESSUAL

O novo Programa de Incremento de Baixa Processual (PIB) foi instituído para apoiar as unidades judiciais de 1º grau de jurisdição a incrementar e acelerar as baixas processuais, a partir de metas mensais.

Com vigência entre 1º de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2022, o PIB garante maior continuidade dos trabalhos e difusão da cultura da baixa processual.

O reconhecimento às unidades judiciais que cumprirem as metas do PIB foi dividido em duas etapas: a primeira delas em janeiro de 2022, referente ao resultado alcançado até o final de dezembro de 2021; e em janeiro de 2023, em relação ao alcançado até dezembro de 2022.

O reconhecimento consistirá na concessão do selo "Unidade de Alta Produtividade" e traduzirá o alcance da média mensal das metas em cada um dos períodos de vigência do PIB.

O Grupo de Apoio e Monitoramento (GAM) gerencia o PIB, monitora os resultados, realiza estudos e lidera encontros virtuais com gestoras e gestores das unidades para esclarecer dúvidas e difundir regras de negócio.

Pelas regras do PIB, as metas de baixa são revistas bimestralmente, com atualização no portal, que disponibiliza também painel de acompanhamento das baixas, perguntas mais frequentes sobre o tema, os normativos e o guia de baixa processual.

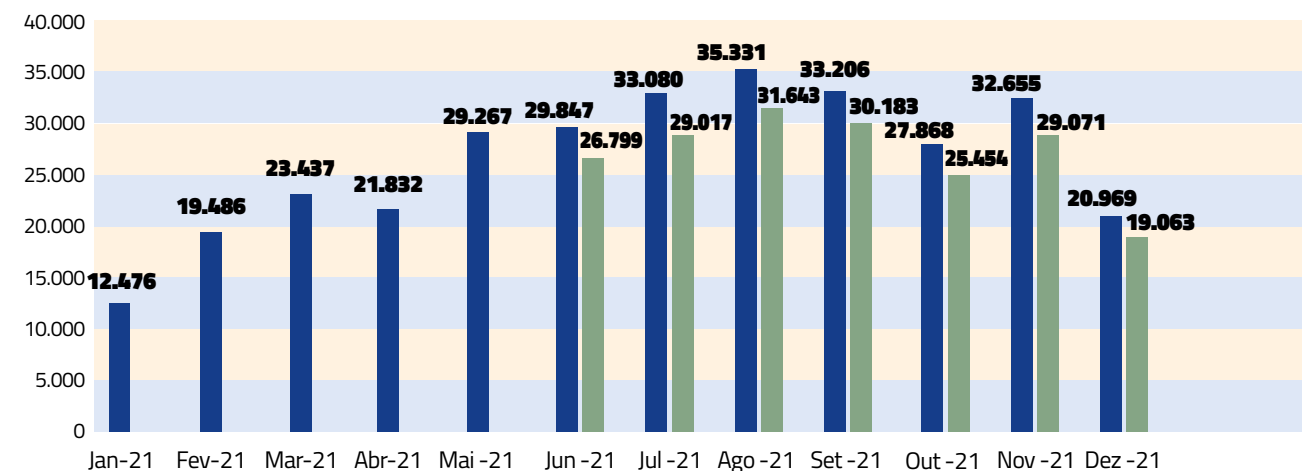
GAS 1º GRAU

Outro diferencial foi a instituição do Grupo de Assessoramento e Suporte (GAS), formado por juízes, juízas, servidoras e servidores, para aumentar o número de julgamentos de processos em primeira instância e, conseqüentemente, o volume de feitos para baixa processual. O GAS foi criado para incrementar a produtividade, reduzir o acervo e o tempo de tramitação processual.

O TJPA baixou 319.454 processos, 191.230 dos quais no âmbito do PIB, que teve início em junho/2021.

No período entre junho e dezembro, 90% das baixas produzidas no Estado aconteceu nas unidades acompanhadas pelo PIB.

O TJPA BAIXOU
319.454
PROCESSOS,
191.230
DOS QUAIS
NO ÂMBITO
DO PIB,
QUE TEVE
INÍCIO EM
JUNHO/2021



FONTE: POWER BI

A previsão inicial para o exercício era de que o PIB produzisse 217.246 baixas processuais, con-

forme meta fixada para cada unidade judiciária do Estado. O resultado final apresentou grau de cumpri-

mento de 88%, com produção de pouco mais de 191 mil baixas.

Meta do PIB Junho-Dezembro
217.246

Baixas do período
191.230

Grau de cumprimento
88,02%

FONTE: BANCO DE DADOS DO TJPA

O PIB é um importante instrumento de gerenciamento, especialmente para as unidades judiciárias com um número ele-

vado de processos julgados, mas pendentes de baixa processual. O constante monitoramento e adequação da estratégia incre-

mentam as baixas processuais e aumentam o nível de eficiência do Poder Judiciário.



FREEPIK

► *Presidente do TJPA, Desa. Célia Pinheiro coordena Reunião de Avaliação da Estratégia (RAE) em dezembro de 2021.*

**OS 12
MACRODESAFIOS
APROVADOS
FORAM DIVIDIDOS
EM TRÊS
PERSPECTIVAS
– SOCIEDADE,
PROCESSOS
INTERNOS E
APRENDIZADO E
CRESCIMENTO**

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

A base do atual Planejamento Estratégico teve início na 1ª Reunião Preparatória para o XIV Encontro Nacional do Poder Judiciário, realizada, virtualmente, pelo Conselho Nacional de Justiça, no dia 25 de maio de 2020, quando foram apresentadas as propostas de metas para a nova Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026. O evento contou com a participação de presidentes dos tribunais, de integrantes da Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário e das áreas de Gestão Estratégica.

Os 12 (doze) macrodesafios aprovados foram divididos em 03 (três) perspectivas – Sociedade, Processos Internos e Aprendizado e Crescimento.

Na perspectiva Sociedade, situa-se o macrodesafio Garantia dos Direitos Fundamentais e Fortalecimento da relação institucional do Poder Judiciário com a sociedade. Já na perspectiva Processos Internos, os macrodesafios são:

- Agilidade e Produtividade na prestação jurisdicional;
- Enfrentamento à Corrupção, à Improbidade Administrativa e aos Ilícitos Eleitorais;

- Prevenção de litígios e adoção de soluções consensuais para os conflitos;
- Consolidação do sistema de precedentes obrigatórios;
- Promoção da sustentabilidade;
- Aperfeiçoamento da Gestão da Justiça Criminal;
- Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária.

E na perspectiva Aprendizado e Crescimento, os macrodesafios são:

- Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas;
- Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira;
- Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de proteção de dados.

Alinhada à Estratégia Nacional, conforme a Resolução do CNJ n.º 325/2020, foi institucionalizado o Planejamento Estratégico Poder Judiciário do Estado do Pará por meio da Resolução n.º 09/2021 de 30 de junho de 2021. O Balanced Scorecard (BSC) continuou sendo a ferramenta metodológica de construção e monitoramento do Planejamento Estratégico 2021-2026,

com estipulação de macrodesafios, iniciativas estratégicas, metas e indicadores.

Vale ressaltar que o Plano Estratégico atual (2021-2026) surgiu do processo de revisão da estratégia estabelecida na vigência do Planejamento Estratégico anterior (2015-2020). Esse processo de revisão foi realizado de forma colaborativa, com oficinas presenciais, em 2019, nas cidades de Belém, Santarém e Marabá; consulta pública on-line no período de março a junho de 2020, além de oficinas remotas envolvendo a participação da Alta Administração, juízes e servidores, nos meses de março e abril de 2021.

Foram ainda revisadas a missão (razão de ser), a visão (expressa a situação desejada) e os valores (crenças) do Poder Judiciário.

O Mapa Estratégico do período 2021-2026 representa graficamente a estratégia definida pelo TJPA para o alcance dos resultados pretendidos, numa relação de causa e efeito que evidencia os desafios que devem ser superados para concretizar a missão e a visão de futuro para o próximo sexênio.



MAPA ESTRATÉGICO DO PODER JUDICIÁRIO 2021-2026

MISSÃO

Realizar a justiça por meio da efetiva prestação jurisdicional e do incentivo à

pacificação social, com vistas ao fortalecimento do Estado Democrático de Direito.

VISÃO

Ser reconhecido como instituição acessível,

confiável, célere e efetiva.

VALORES

Eficiência, Agilidade, Acessibilidade, Credibilidade,

Ética, Transparência, Inovação, Sustentabilidade.

GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

- Fortalecimento de ações destinadas ao enfrentamento da judicialização da saúde.
- Fortalecimento de políticas institucionais voltadas às crianças e adolescentes.
- Promoção do respeito e valorização da diversidade humana, de modo a contribuir para a construção de uma sociedade mais inclusiva.
- Fortalecimento de políticas institucionais voltadas à solução de conflitos fundiários urbanos, rurais, ambientais e minerários.
- Priorização de idosos e idosas em situação de vulnerabilidade.
- Fortalecimento de políticas institucionais voltadas à afirmação da igualdade de gênero.

FORTELECIMENTO DA RELAÇÃO INSTITUCIONAL DO PODER JUDICIÁRIO COM A SOCIEDADE

- Aprimoramento da comunicação interna e externa.
- Fortalecimento das relações interinstitucionais.

Sociedade

AGILIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

- Aprimoramento de rotinas e procedimentos do processo judicial eletrônico.
- Otimização da estrutura judiciária.
- Aprimoramento da gestão de unidades judiciárias.
- Implementação de medidas visando à redução do acervo de unidades judiciárias congestionadas.

ENFRENTAMENTO À CORRUPÇÃO, À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E AOS ILÍCITOS ELEITORAIS

- Aperfeiçoamento das políticas institucionais para gestão de processos de combate à corrupção e à improbidade administrativa.

PREVENÇÃO DE LITÍGIOS E ADOÇÃO DE SOLUÇÕES CONSENSUAIS PARA OS CONFLITOS

- Fortalecimento de políticas e ações de estruturação dos CEJUSCs.
- Fortalecimento de políticas e ações para resolução negociada de conflitos.

CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA DE PRECEDENTES OBRIGATÓRIOS

- Aprimoramento de ferramentas para facilitar a identificação e gestão dos precedentes obrigatórios, visando garantir a sua consolidação.
- Aperfeiçoamento de mecanismos para a efetivação da redução de demandas repetitivas e grandes litigantes.

PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE

- Implantação da política de sustentabilidade.

APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DA JUSTIÇA CRIMINAL

- Enfrentamento à violência doméstica e familiar, contra idosos e idosas, crianças e adolescentes e outros grupos vulneráveis.
- Fortalecimento da Justiça Restaurativa.
- Apoio e desenvolvimento de ações de ressocialização de apenados e apenadas, egressos e egressas.
- Aperfeiçoamento dos sistemas de controle e julgamento na área criminal.

APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E DA GOVERNANÇA JUDICIÁRIA

- Implantação da política de governança institucional.
- Aperfeiçoamento da infraestrutura do Poder Judiciário.
- Aprimoramento das estruturas administrativas e judiciais.
- Fortalecimento da gestão do 1º Grau de jurisdição.

Processos Internos

APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE PESSOAS

- Implantação de Modelo de Gestão por Competências.
- Melhoria nos métodos e práticas adotadas na gestão de pessoas.
- Fortalecimento da política de atenção à saúde e qualidade de vida.
- Aperfeiçoamento da formação de magistrados e magistradas, servidores e servidoras.
- Promoção de políticas de reconhecimento e valorização de magistrados e magistradas, servidores e servidoras.

APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

- Implantação da Política de Qualidade dos Gastos.
- Otimização da Gestão Orçamentária e Financeira.

FORTELECIMENTO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE TIC E DE PROTEÇÃO DE DADOS

- Aprimoramento do Domínio de Serviços de TIC.
- Aprimoramento do Domínio de Governança e Gestão de TIC.

Aprendizado e Crescimento

PLANO DE GESTÃO DO BIÊNIO 2021-2023

O Planejamento Estratégico se desdobra em planos bienais, correspondentes a cada período das gestões administrativas.

O Plano de Gestão 2021-2023 apresenta as ações do biênio sob a responsabilidade da atual gestão. Por meio dele, pretende-se garantir o alinhamento da atuação de gestores e gestoras, magistrados e magistradas, servidores e servidoras para viabilizar o atendimento dos objetivos estratégicos institucionais.

Alinhado à Estratégia Nacional do Poder Judiciário para o sexênio 2021-2026, os 12 macrodesafios re-

fletem múltiplos temas estratégicos, transversais e complementares, com a finalidade de alcançar a excelência dos serviços prestados em sintonia com a missão institucional, com os valores adotados e em busca de ser reconhecido como instituição acessível, confiável, célere e efetiva.

O Plano de Gestão do biênio 2021-2023 obedece às diretrizes nacionais do CNJ e foi produzido de forma coletiva por equipes de trabalho das áreas judiciais e administrativas, com o objetivo de agregar a diversidade de opiniões.

Foram construídas 65 ações desdobradas em cerca de 320 eta-

pas, cuja execução é acompanhada pelo Sistema de Monitoramento de Planejamento (Simplan). Reuniões de Avaliação da Estratégia (RAE) periódicas analisam a execução do Plano no âmbito do Colegiado de Planejamento e Gestão Estratégica, responsável pelo enfrentamento aos macrodesafios e ações do Plano. É nessa instância que são feitas as alterações e outras ações necessárias ao bom desempenho do Plano. Em 2021, houve três Reuniões de Avaliação da Estratégia. Atualmente a execução do Plano de Gestão 2021-2023 encontra-se do seguinte estágio:

- Fomentar a utilização do Incidente de Assunção de Competência - IAC.
- Implantar Política e Plano de Sus-

tentabilidade.

- Implantar Programa de Contratação Sustentável.
- Aprimorar procedimentos de ma-

nutenção predial.

- Aprimorar os artefatos de gerenciamento de serviços TIC e de governança de TIC.

PLANO PLURIANUAL- PPA 2020-2023

O Plano plurianual (PPA) é o principal instrumento de planejamento governamental, que demonstra a disponibilidade de recursos que serão utilizados, no período 2020-2023, e apresenta de forma regionalizada diretrizes, objetivos e metas da administração.

O PPA é uma exigência prevista nas Constituições Federal e Estadual. No âmbito do Judiciário paraense, o plano possui uma diretriz que se divide em programas que por sua vez se desdobram em ações orçamentárias, convertidas no orçamento anual e executadas por meio de produtos. É utilizado um glossário para definição dos ob-

jetivos das ações.

Em 2021, houve revisão no plano plurianual e alinhamento ao novo ciclo de planejamento (2021-2026), ressalta-se que a estrutura do PPA 2020-2023 possui uma diretriz estratégica denominada Sociedade de Direitos, que incorpora dois programas.

O primeiro, chamado Atuação Jurisdicional, desdobra-se em 38 ações, que têm o objetivo de aprimorar a gestão judiciária. Busca o aperfeiçoamento da gestão da infraestrutura física e tecnológica do Poder Judiciário, por meio do aparelhamento, melhoria da infraestrutura física e tecnológica e da

segurança.

Manutenção da gestão do Poder Judiciário é o segundo programa delineado no PPA 2020-2023, que engloba 38 ações e busca implementar atividades de gestão administrativa como folha de pagamento, plano de saúde, assistência médica e odontológica, auxílios e obrigações patronais.

O Poder Judiciário do Estado do Pará totalizou 76 ações no PPA 2020-2023, divididas em 3 unidades orçamentárias: Fundo de Reaparelhamento do Judiciário (FRJ), e Tribunal de Justiça do Estado (TJE) e Fundo de Apoio ao Registro Civil (FRC).

Ações planejadas: 65

Ações concluídas: 20

Ações em andamento: 45

Entre as ações concluídas, destacam-se:

- Ampliar a instalação de UPJs no 1º grau de jurisdição;
- Fomentar a utilização do IRDR;
- Implantar o Centro de Inteligência do Poder Judiciário no âmbito do TJPA;
- Aprimorar a Gestão da Memória e Documental;
- Otimizar o concurso de remoção

de servidores;

- Desenvolver sistema autômato de migração de processos;
- Implementar a solução de balcão virtual;
- Padronizar rotinas de trabalho nas unidades judiciárias;
- Aprimorar o Índice de Prioridade de Obras – IPO;
- Implantar painel da movimentação funcional dos magistrados;

- Implantar o Juízo 100% Digital;

- Implantar processo de desligamento de pessoal.
- Implementar painel de monitoramento de demandas de saúde.
- Regular a aplicação do acordo de não persecução penal (ANPP) no TJPA
- Fortalecer a comunicação interinstitucional com a Defensoria Pública e o Ministério Público

GESTÃO PARTICIPATIVA

No período de 23 de junho a 16 de julho de 2021, houve 2 consultas públicas no TJPA para colher contribuições de proposta de metas nacionais para 2022: uma de ampla abrangência, que recebeu a participação de 193 pessoas, dentre elas jurisdicionadas e jurisdicionados, operadoras e operadores de direito, órgãos do sistema de Justiça e sociedade civil. No mesmo período foi realizada outra consulta pública com magis-

trados e magistradas, servidoras e servidores. Foram registradas 123 participações, 29,27% dos quais de servidoras e servidores do interior e 51,22% da Região Metropolitana. Os magistrados e as magistradas estão representados na pesquisa no interior por 7,32% e na RMB por 18,70%.

A divulgação da consulta foi realizada por vários meios de comunicação, entre os quais: mídia digital (Site do Tribunal de Justiça, Insta-

gram do TJPA, Instagram da AMEPA, Instagram da Escola Judicial).

A consulta é o mecanismo de transparência e de gestão participativa, o que vem sendo incrementado para que ocorra de forma colaborativa, conforme dispõe a Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº. 221/2016. São passos a serem trilhados para o futuro da Justiça Brasileira, pensados e elaborados de forma democrática.

TJPA É DESTAQUE NACIONAL EM TRANSPARÊNCIA

O Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) alcançou o feito inédito na história da premiação do Ranking da Transparência do Poder Judiciário, sendo o único tribunal, desde que o ranking foi instituído por meio da Resolução nº 260/2018, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a alcançar 100% da pontuação, satisfazendo todos os 83 itens de avaliação. O TJPA alcançou a primeira colocação nacional entre todos os segmentos de Justiça.

Em 2021, durante a 2ª Reunião Preparatória para o 15º Encontro Nacional do Poder Judiciário, ocorrida em 24 de agosto, evento que reuniu representantes dos Conselhos e dos Tribunais de todos os segmentos de justiça, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) anunciou o resultado da 4ª edição do Ranking da Transparência, em que o Tribunal de Justiça do Estado do Pará foi agraciado com o 1º lugar geral, dentre os 92 Tribunais e Conselhos do país.

O CNJ coordenou a coleta dos dados enviados pelos tribunais e conselhos para a elaboração do Ranking. O TJPA e os demais órgãos do Poder Judiciário responderam a 83 itens, divididos em nove temas: gestão; audiências e sessões; serviços de informações ao cidadão (SIC)/ Ouvidoria; Tecnologia da Informação

e Comunicação; gestão orçamentária; licitações, contratos e instrumentos de cooperação; gestão de pessoas; auditoria e prestação de contas; sustentabilidade e acessibilidade.

Os tribunais deveriam comprovar, dentre outras informações, se divulgam endereços, telefones, horários de atendimento ao público e levantamentos estatísticos sobre a atuação do órgão em suas páginas na Internet e se disponibilizam ferramentas de pesquisa, assim como os rendimentos dos(as) magistrados(as) e servidores(as) dos tribunais e conselhos. As informações devem estar disponíveis nas páginas dos órgãos, em seus respectivos sítios eletrônicos.

Os órgãos também devem disponibilizar ao público informações relativas a licitações, íntegras de contratos firmados, de projetos, termos, acordos e convênios, desde que não tenham sido considerados sigilosos, além de outros questionamentos.

O Ranking da Transparência tem como objetivo estimular os órgãos a disponibilizarem suas informações de forma mais clara e padronizada à sociedade e, assim, facilitar o acesso aos dados dos tribunais e conselhos do país.



► Selo Prata concedido ao TJPA no Prêmio CNJ de Qualidade 2021



WILL MONTENEGRO

► Desembargadora Célia Pinheiro acompanhou de forma virtual o anúncio da primeira colocação nacional do TJPA, único no Brasil, ao satisfazer os 83 itens de avaliação do Ranking da Transparência do Judiciário

PRÊMIO CNJ DE QUALIDADE 2021

A Portaria nº 135, de 07/05/2021, do Conselho Nacional de Justiça instituiu e regulamentou o Prêmio CNJ de Qualidade ano de 2021, cuja participação dos tribunais é obrigatória, sem

necessidade prévia de inscrição.

Nessa edição de 2021, a premiação dos tribunais se dará nas categorias "Excelência", "Diamante", "Ouro" e "Prata", cujos requisitos fo-

ram distribuídos em 4 (quatro) eixos temáticos: o eixo da Governança, o eixo da Produtividade, o eixo da Transparência e o eixo dos Dados e Tecnologia.

PROCESSOS DE TRABALHO, CONTRATAÇÕES E NORMATIVO ADMINISTRATIVO

1. GESTÃO DE PROCESSOS DE TRABALHO

Em 2021, o Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística, em parceria com a Divisão de Acompanhamento, implantou a Gestão de Processos, responsável pelo levantamento, modelagem, padronização e documentação das políticas, manuais, procedimentos, fluxogramas, instruções de trabalho, formulários etc. do Tribunal de Justiça do Pará. O objetivo foi reestruturar o controle dos processos de trabalho, implantando-os de forma integrada para alcançar metas e objetivos estratégicos. A melhoria contínua de processos de trabalho efetiva a gestão como parte do cotidiano das atividades de servidoras, servidores, magistradas e magistrados, com práticas de padronização e da cultura organizacional deste Tribunal.

A implementação da Gestão de Processos obedecerá às seguintes etapas: planejamento, modelagem, simulação, execução, monitoramento, gerenciamento de riscos, monitoramento e, por fim, melhorias.

No decorrer deste período foram realizados o levantamento e a modelagem dos processos da Divisão de Acompanhamento no formato piloto e encontram-se na fase de revisão, conforme listados a seguir:

- 1.1. 1.1.1. Aposentadoria de magistradas e magistrados, servidoras e servidores;
- 1.2. Contratação de obras e serviços de engenharia;
- 1.3. Contratação de bens e serviços em geral;
- 1.4. Contratação de TIC;
- 1.5. Restituição de valores das contas vinculadas;
- 1.5.1. Pagamento de 13°;
- 1.5.1.1. 13° Direto ao empregado e à empregada;
- 1.5.1.2. 13° Com ou sem impacto;
- 1.5.1.3. Impacto do 13° com restituição anterior;
- 1.5.1.4. Impacto do 13° direto ao empregado e à empregada;

- 1.5.2. Pagamento de Férias;
- 1.5.2.1. Férias direto ao empregado e à empregada;
- 1.5.2.2. Férias com ou sem impacto;
- 1.5.2.3. Impacto das Férias direto ao empregado e à empregada;
- 1.5.2.4. Impacto das Férias restituídas anteriormente;
- 1.5.3. Pagamento de Indenização por Rescisão de Contrato de Trabalho;
- 1.5.4. Repactuação Contratual.

Em conjunto com a Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças estão sendo modelados os processos abaixo listados que se encontram entre as fases de elaboração, revisão e validação.

PROCESSO FASE

2.1. Análise de prestação de contas de receitas e despesas de serventias vagas	Validação
2.2. Análise da capacidade financeira de serventias vagas	Validação
2.3. Notificação de selos físicos não declarados	Validação
2.4. Fiscalização de serventia extrajudicial "in loco"	-
2.4.1. Registro Civil de Pessoas Naturais	Revisão
2.4.2. Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas	Revisão
2.4.3. Tabelionato de Notas	Elaboração
2.5. Fiscalização de unidade judiciária	-
2.5.1. Custas emitidas e não pagas	Revisão
2.5.2. Sem emissão de custas	Elaboração
2.5.3. Indícios de Fraudes	Revisão

A GESTÃO DE PROCESSOS REESTRUTURA E INTEGRA O CONTROLE DOS PROCESSOS DE TRABALHO PARA ALCANÇAR METAS E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

2. INSTITUIÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO PARA ELABORAÇÃO DA POLÍTICA DE GOVERNANÇA DAS CONTRATAÇÕES NO ÂMBITO DO TJPA

Através da Portaria nº 3815/2021-GP, publicada no DJe de 12/11/2021, foi criado o Grupo de Trabalho para elaboração da Política de Governança das Contratações com base na Resolução nº 347/2020-CNJ. Os resultados dos trabalhos e estudos do referido grupo serão submetidos à apreciação da Presidência do TJPA ao longo do próximo exercício.

3. IMPLANTAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA NORMATIVO ADMINISTRATIVO DO TJPA

O Sistema Normativo Administrativo atua como repositório dos documentos normatizados essenciais à organização, padronização e gestão das políticas, processos e controles, no âmbito das unidades organizacionais do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, visando a alcançar os macrodesafios do planejamento estratégico

O SINAD tem a responsabilidade de determinar e manter o procedimento de estrutura, dispo-

sição, codificação, ciclo de vida, armazenamento, confidencialidade e integridade dos documentos normatizados, quanto à elaboração, revisão, aprovação, publicação, eliminação, recuperação e acesso.

4. APRIMORAMENTO DO PLANO DE CONTRATAÇÕES

Conforme diretrizes da Resolução nº 347/2020-CNJ, o Plano de Contratações para o ano de 2022 já está sendo elaborado no ano corrente. Este é um trabalho conjunto desenvolvido pela Divisão de Acompanhamento e Unidades Administrativas do TJPA.

Gestão mapeará competências a partir de janeiro de 2022

A Secretaria de Gestão de Pessoas informatizou o Índice de Capacitação dos Servidores, para dar suporte à nova Avaliação Periódica.

Os estudos preliminares para contratar a consultoria e implementar a Gestão por Competências no âmbito do TJPA foram concluídos em 2021 e o processo de contratação está em fase de conclusão, com início do mapeamento de competências previsto para janeiro de 2022.

DESEMPENHO

O Índice de Capacitação dos Servidores e Servidoras do TJPA foi informatizado e já está disponível no Portal da Secretaria de Gestão

de Pessoas, para dar suporte à nova Avaliação Periódica, cuja metodologia adotada será a de 90º, com autoavaliação e indicadores objetivos.

ESTÁGIO PROBATÓRIO

A Avaliação de Estágio Probatório foi feita totalmente pelo Portal de Magistrados e Magistradas e Servidoras Servidores e os estudos de outras mudanças para melhorar o processo seguem em fase final de análise jurídica para submissão à presidência.

Nova regra no programa de

estágio condicionou a renovação dos Termos de Compromisso, em 2021, à apresentação do relatório do período anterior e do plano de atividades para o próximo período.

NÚMEROS

As tabelas apresentam os números relacionados ao programa de estágio de estudante, estágio probatório, avaliação de desempenho, progressões e licenças para estudo, visando a qualificar e valorizar servidores e servidoras.

PROGRAMA DE ESTÁGIO DE ESTUDANTES

DESCRIÇÃO	QUANT.
Classificados no Processo seletivo/2021	4.157
Candidatos Convocados	1.768
Inclusões no Programa	545
Total de Estagiários	613
Vagas abertas	58

ESTÁGIO PROBATÓRIO E PROGRESSÃO

DESCRIÇÃO	QUANT.
Homologação de Estágio probatório	267
Avaliação de Desempenho e progressões	1.616

LICENÇA PARA ESTUDO - CONCESSÕES EM 2021

DESCRIÇÃO	QUANT.
Doutorado	2
Mestrado	3
Total atual de servidores de Licença para Estudo	18

FONTE: SGP

AUTOMATIZAÇÃO ADMISSIONAL

A Secretaria de Informática vai migrar para o Sistema de Gestão de Pessoas (Mentorh) a lista atualizada de classificação dos candidatos do concurso público, fornecida pelo Cebraspe, para que se inicie a etapa final de testes e treinamento de servidores das unidades envolvidas com a automatização admissional.

LOTAÇÃO PARADIGMA

O aprimoramento da lotação paradigma, com foco nas Unidades de Processamento Judicial (UPJs) e nas equipes multidisciplinares, é

intersetorial e envolve a Secretaria de Informática e o Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística. Já há uma regra provisória para a lotação paradigma das UPJs e está em análise proposta alternativa da regra para as equipes multidisciplinares, cujos testes estão em andamento para possibilitar o avanço à próxima etapa.

GESTÃO DE PESSOAS

A proposta para instituir a Política e o Sistema de Governança em Gestão de Pessoas no âmbito do Judiciário do Pará está em análise pela Comissão de Organização Judiciária, Regimento Interno, Assuntos Administrativos e Legislativos e, em

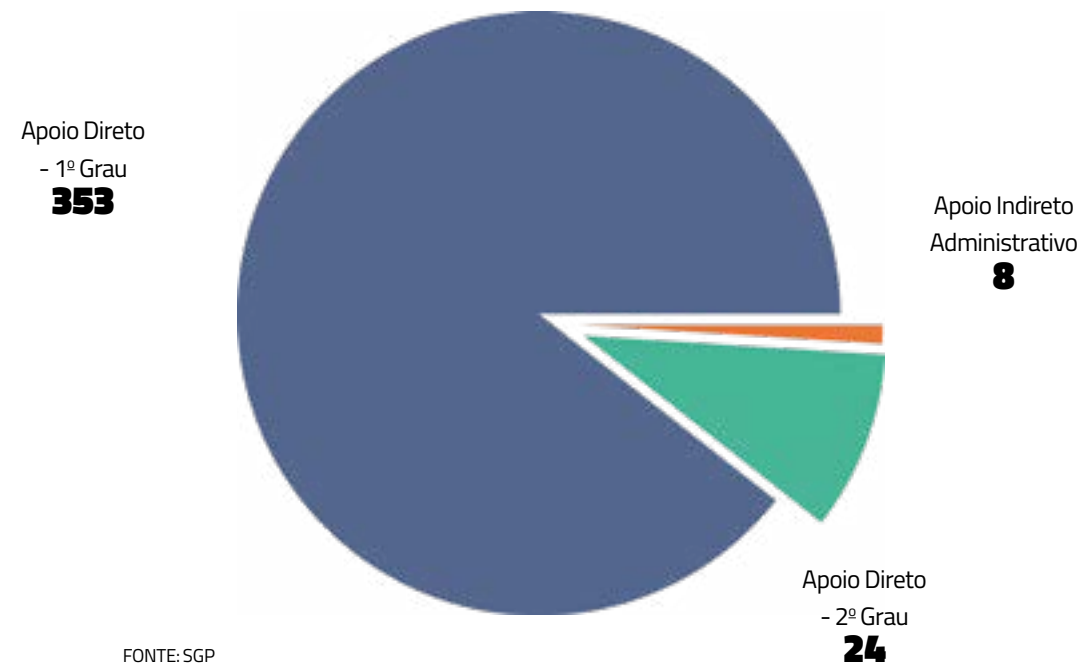
sendo aprovada, será submetida à deliberação do Tribunal Pleno, nos termos regimentais.

REMOÇÃO

As regras do concurso de remoção de servidores foram desenvolvidas e adaptadas ao Sistema de Gestão de Pessoas (Mentorh), onde foram feitos testes para aperfeiçoar o sistema, pronto para ser aplicado em um próximo certame.

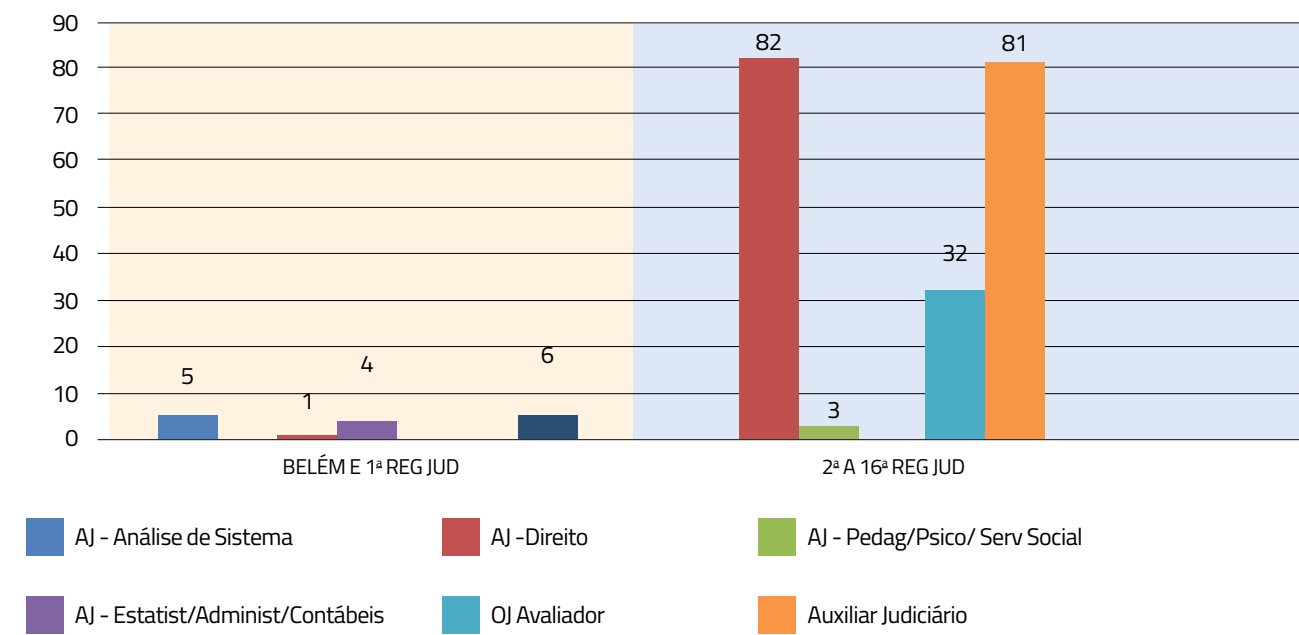
Os gráficos e tabelas apresentam a distribuição de magistrados e servidores nos 1º e 2º graus e nas unidades administrativas, da Comarca da Capital e Comarcas do Interior, onde se visualiza a prioridade ao 1º grau de jurisdição.

MAGISTRADOS - 2021

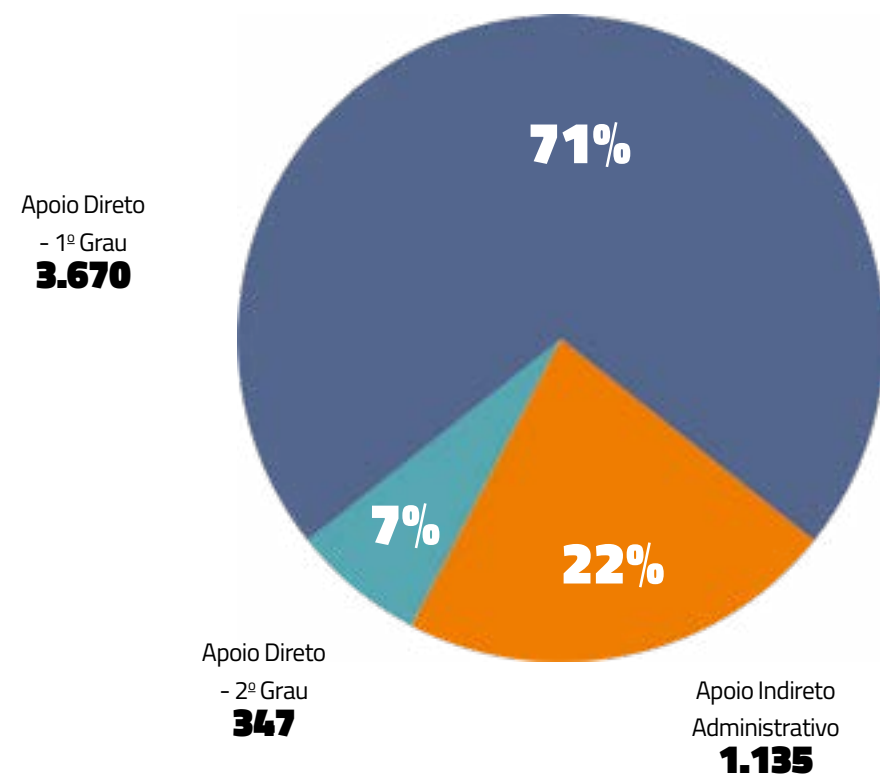


Para alcançar esses números, em 2021, foram preenchidas as vacâncias de 213 cargos das carreiras técnica e auxiliar. Os gráficos enfatizam a alocação de servidores nas Comarcas do Interior, nas diversas Regiões Judiciárias.

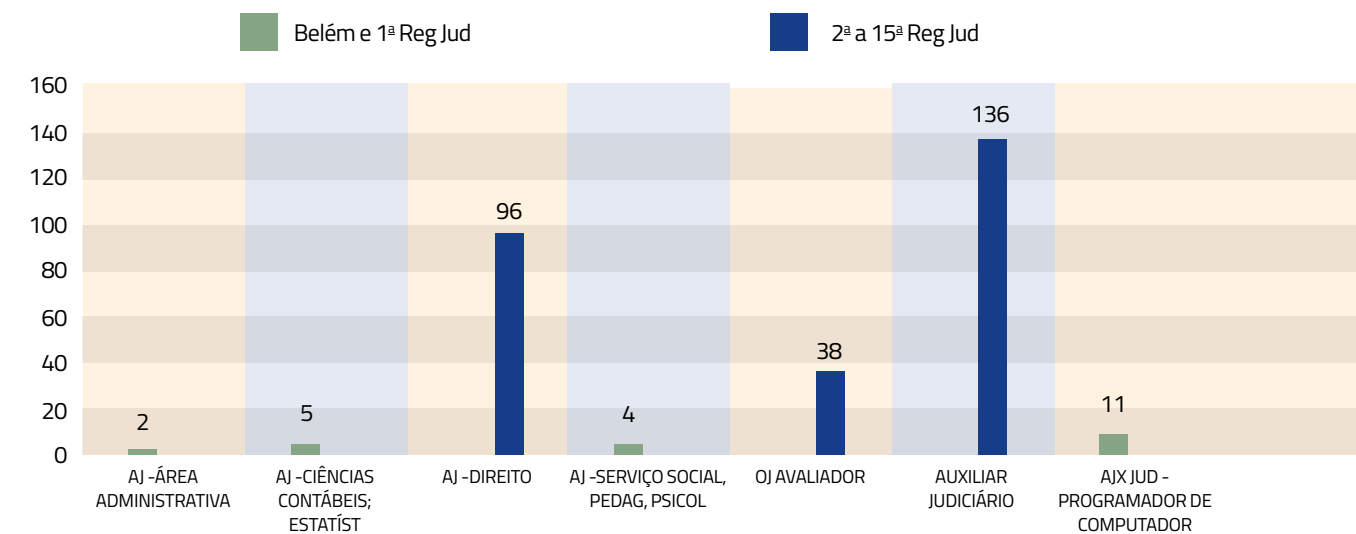
CARGOS PROVIDOS - 2021



SERVIDORES - 2021



CONVOCADOS - 2021



A Tabela de Remoção atesta a movimentação de servidores e servidoras entre Comarcas, apre-

sentando removidos e removidas em 2021, pelo Concurso de Remoção, e os habilitados e as habilita-

das no certame, em cadastro de reserva, e que aguardam a movimentação.

REMOÇÃO DE SERVIDORES E SERVIDORAS

Cargos	Removidos	A Remover
Analista Judiciário	14	
Analista Judiciário - Área Judiciária	60	5
Analista Judiciário - Ciências Contábeis	2	
Analista Judiciário - Pedagogia	1	
Analista Judiciário - Psicologia	1	
Analista Judiciário - Serviço Social	4	
Oficial de Justiça Avaliador	7	3
Auxiliar Judiciário	52	21
Agente de Segurança		1
Atendente Judiciário	1	
AUXILIAR DE SECRETARIA DE 1a ENTRÂNCIA	1	
DIRETOR(A) DE SECRETARIA DE 1o ENTRÂNCIA	1	
Total Geral	144	30

FONTE: SGP

TELETRABALHO

Em regime de teletrabalho, 129 servidores e servidoras desempenhavam suas atividades a distância, mas 17 retornaram ao trabalho presencial e 112 permanecem na modalidade remota. O teletrabalho envolve 61 servidores e servidoras na Região Metropolitana de Belém e 51 nas

Comarcas do Interior.

SAÚDE

Reduzir a incidência das 5 principais patologias causadoras de afastamento e constatadas no exame periódico e nos atestados de saúde protocolados, promover a qualidade de vida por meio de ações relacionadas à arte, ao esporte, à

segurança e à saúde do trabalho e à sustentabilidade e fortalecer a realização dos exames periódicos de saúde. Essas são as atribuições da Coordenadoria de Saúde para atender à iniciativa estratégica de "Fortalecimento da política de atenção à saúde e qualidade de vida", da qual fazem parte 8 etapas. As ações realizadas em 2021 podem ser verificadas na tabela.

EVENTOS DE SAÚDE

Ação 10.3: Fortalecimento da política de atenção à saúde e qualidade de vida.	Eventos Realizados	Público Beneficiado
Avaliação Ergonômica do posto de trabalho	02	13
Análise de Risco de Posto de Trabalho	02	00
Campanhas educativas: COVID-19; Janeiro Branco; Setembro Amarelo e Outubro Rosa	08	375 + Não mensurado. Veiculado na internet
Material Educativo virtual: Cartilhas, Folders, Cartazes, Guias, Artigo sobre COVID-19 e outras temáticas de saúde	14	Não mensurado. Veiculado na internet
Ginástica Laboral	07	92
Mutirão de Exames Periódicos de Saúde	14	48
Vacinação (H1N1)	03	472
Banners e Vídeos educativos veiculados no Instagram do TJPA	09	Não mensurado. Veiculado na internet
Webinário e Live e sobre COVID-19 e outras temáticas de Saúde	05	Não mensurado. Veiculado na internet
WebRadioJus: Entrevistas no Programa "Temas de saúde" e Podcast	26	Não mensurado. Veiculado na internet
TOTAL	90	1.031 + público da internet

FONTE: SGP

As ações se concentraram em Belém e região metropolitana, mas, para expandir o alcance territorial, promoveu-se webinários, lives, palestras com transmissão ao vivo, cartilhas, folders, especialmente relacionadas à saúde mental e à pandemia de Covid-19.

O Portal da Transparência do TJPA disponibiliza a página COVID-19, para divulgar informações sobre o novo coronavírus e a Covid-19, especialmente cartilhas educativas que podem ser acessadas pelo link: <http://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/institucional/>

COVID-19/604276-informativos-saude.xhtml. As publicações virtuais com materiais educativos foram disponibilizadas pelo Departamento de Comunicação nos portais externo e interno do TJPA.

BOAS PRÁTICAS

Foram destaque em 2021 as ações que integram o Eixo Temático: Boas Práticas, que são a **Campanha de Vacinação contra o H1N1** para imunizar o corpo funcional do TJPA; os **Exames Periódicos de Saúde**, para promover a saúde integral, e

a **Campanha do Outubro Rosa**, de prevenção ao câncer de mama e do colo do útero.

Essas ações se vinculam também ao Eixo Temático: Parcerias Institucionais, feitas, internamente, com o Departamento de Comunicação, Núcleo Socioambiental e direções dos Fóruns Cível e Criminal; e externas com a Secretaria de Saúde Municipal (Sesma) e empresas privadas (Laboratório Amaral Costa, Centro Universitário FIBRA, Universidade da Amazônia – UNAMA, Liga Interdisciplinar de Saúde da Mulher e da Criança – LISMUC e Clínica Harmonize).

TJPA incorpora conceito de qualidade às auditorias

Presidência aprova o Programa de Avaliação da Qualidade e Melhoria da Auditoria Interna, para avaliar as ações

A Secretaria de Controle Interno auditou, em 2021, a comunicação institucional do Judiciário paraense, sob a responsabilidade da Coordenadoria de Imprensa, o processo de gestão do Portal da Transparência, a cargo do Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística (DPGE), e o processo de pedidos de informação à Ouvidoria Judiciária. O objetivo foi identificar os riscos relevantes, potenciais pontos de fragilidade em relação às diretrizes nacionais, à governança e ao controle interno.

A Presidência do TJPA aprovou

o Programa de Avaliação da Qualidade e Melhoria da Auditoria Interna – PAQMAI, cujo objetivo é avaliar o grau de maturidade das atividades de auditoria interna.

Baseado no Modelo de Capacidade de Auditoria Interna (Internal Audit Capability Model – IA-CM) para o Setor Público, do Instituto de Auditores Internos (The Institute of Internal Auditors – IIA), PAQMAI insere o conceito de qualidade em todas as operações de auditoria interna, gerenciadas e executadas conforme uma metodologia pré-estabelecida que promova a qualidade por

A QUALIDADE NAS OPERAÇÕES DE CONTROLE INTERNO É BASEADA EM METODOLOGIA DE QUALIDADE POR PADRÃO E CONFORMIDADE COM AS NORMAS INTERNACIONAIS

padrão e a conformidade com as normas internacionais.

A auditoria na Folha de Pagamento, sob a responsabilidade da Coordenadoria de Administração de Pessoal e Pagamento da Secretaria de Gestão de Pessoas, identificou riscos e efetividade dos processos, além de fragilidades e pontos de melhoria. Constatou-se um nível de amadurecimento razoável e fragilidades sanáveis a partir das recomendações da SCI para alinhar o processo aos objetivos estratégicos da instituição e às diretrizes nacionais de gestão de pessoas.

SOFTWARES

A auditoria no processo de softwares avaliou a suficiência e a conformidade, com ênfase na efetividade de controles internos, em relação aos normativos de referência. Costatou-se a necessidade de aperfeiçoar as gestões de processos e de projetos para garantir a aplicação dos procedimentos formais previstos no Processo Padrão de Desenvolvimento de Software (PPDS). As recomendações propostas pela SCI alinham o processo ao objetivo estratégico da Instituição.

Sustentabilidade orienta política e plano de contratações do TJPA

Objetivo é monitorar práticas que garantam maior eficiência dos gastos públicos e da gestão dos processos de trabalho

A Secretaria de Administração, em parceria com o Núcleo Socioambiental, elaborou a Política de Sustentabilidade do Tribunal de Justiça do Pará e o Plano de Contratações Sustentáveis, ambos alinhados às diretrizes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Pesquisas em outros tribunais criaram a matriz de análise comparativa para definir os insumos necessários à elaboração da Política de Sustentabilidade, que define objetivos, responsabilidades, indicadores, metas, prazos de execução, mecanismos de monitoramento e avaliação de resultados.

O objetivo é monitorar práticas de sustentabilidade, racionalização e qualidade e garantir maior

eficiência do gasto público e da gestão dos processos de trabalho, conforme o Plano Estratégico Institucional (PEI) do Judiciário. O instrumento aponta as diretrizes dos planos de sustentabilidade (Plano de Logística Sustentável – PLS, Plano de Gestão de Resíduos Sólidos – PGRS e o Plano de Contratações Sustentáveis – PCS).

O Plano de Contratações Sustentáveis garante maior eficiência e sustentabilidade às contratações, em convergência com as três principais dimensões do desenvolvimento sustentável – econômica, social e ambiental.

O plano está alinhado aos compromissos e metas do Plano de Logística Sustentável (PLS), entre os

quais as contratações de serviços de impressão (outsourcing) e transportes, a instalação de estações de água tratada e implantação de estações de energia solar.

TRANSPORTES

A Divisão de Transportes adotou medidas para melhorar o Índice de Desempenho de Sustentabilidade (IDS), entre as quais a contratação única de mão de obra para a condução de veículos e novos contratos de abastecimento; manutenção e monitoramento/rastreamento de veículos oficiais (GPS).

Para catalogar informações e subsídios à tomada de decisões,



ÉRIKA NUNES

► O e-book “Entre atos e autos: Gestão Documental, História (s) e Memória (s) do Judiciário na Comarca de Bragança-PA (1839-2019)” comemora os 180 anos da comarca

a unidade também deu início à expansão do módulo de gestão de frota no Sistema GRP, a partir de um cronograma de treinamentos aos usuários e usuárias para fornecer as orientações necessárias

à inserção de registros de deslocamentos dos veículos oficiais.

Os novos instrumentos melhoraram a gestão administrativa da unidade e o atendimento das demandas, destacando-se a oti-

mização do tempo de espera, celeridade na entrega de documentos, maior abrangência de veículos monitorados e ganhos econômicos com os novos contratos, conforme resumo abaixo.

OBJETO DO CONTRATO	VALOR 2019	VALOR 2021	ECONOMIA EM R\$	ECONOMIA EM %
ABASTECIMENTO	1.518.805,89	1.049.119,23	469.686,66	45%
MANUTENÇÃO	1.462.082,93	1.375.457,84	86.625,09	6%
MONITORAMENTO	232.644,53	107.565,23	125.079,30	116%
MOTORISTAS/MOTOCICLISTAS	5.715.603,45	5.545.921,74	169.681,71	3%

FONTE: SEAD

LEILÃO

O 1º Leilão de Imóveis do TJPA foi concebido em formato eletrônico para possibilitar maior participação e ampla concorrência. Dos qua-

tro imóveis levados a hasta pública, dois foram arrematados e geraram arrecadação de R\$ 913.072,28, conferindo um percentual de ganho

em torno de 640% (seiscentos e quarenta por cento), conforme demonstrado abaixo:

IMÓVEL / COMARCA	AVALIADO (R\$)	ARREMATADO(R\$)	GANHO (%)
Residência Oficial do Magistrado de Vigia de Nazaré.	52.427,28	52.427,28	0,00%
Residência Oficial do Magistrado de Monte Alegre (somente terreno).	71.045,00	860.645,00	1.111%
Receita Total	123.472,28	913.072,28	639,50%

FONTE: SEAD

BENS INSERVÍVEIS

O TJPA doou 3.974 bens inseríveis a 15 instituições filantrópicas legalmente habilitadas, seis das quais na capital e nove no interior, envolvendo 23 Comarcas.

“E-CARTA”

A implantação do sistema de automação de cartas no Processo Judicial Eletrônico - Pje (e-Carta) garantiu substanciais melhorias aos serviços de correspondência. O serviço permite a recepção e envio de arquivos eletrônicos entre o TJPA e os Correios, de comunicações dos atos processuais destinadas às partes, possibilitando o envio de correspondências digitais aos Correios, via secretarias judiciais, e eliminando a rotina de entrega de correspondências às agências. O sistema reduz custos com transporte e dá maior eficiência aos procedimentos.

COTAÇÃO ELETRÔNICA

O Sistema de Cotação Eletrônica põe em prática o convênio firmado

com o Governo do Estado e Banpará para a aquisição de bens e contratação de serviços, nas hipóteses de dispensa de licitação. Na primeira sessão, em 5 de outubro de 2021, observou-se uma economia média superior a 30%.

GESTÃO DOCUMENTAL E MEMÓRIA

Cinco normativos de gestão documental e de memória criam e atualizam políticas e programas para atender às novas exigências do CNJ relacionadas ao tema, inclusive a portaria nº135/2021 que estabelece regulamento do Prêmio CNJ de Qualidade.

As resoluções nº12 e nº15 fixam diretrizes e normas de gestão da memória e documental, respectivamente, e a Resolução nº11 estabelece a Política de Preservação Digital, com a implementação de um repositório confiável (RDC-Arq) para preservar e dar acesso aos documentos eletrônicos produzidos pelo judiciário paraense. Com os normativos, o TJPA atende aos preceitos da preservação do patrimônio cultural e garante pontuação

ao Prêmio CNJ de Qualidade.

Também foram publicados os programas que definem procedimentos e operações técnicas à produção, à tramitação, ao uso, à avaliação e ao arquivamento de documentos e processos recebidos e tramitados no TJPA, físicos ou eletrônicos, bem como os relacionados à visita institucional e à criação do selo “Documento Histórico”:

DOCUMENTOS DIGITAIS

A implantação do Repositório Arquivístico Digital Confiável (RDC-Arq) tornou possível o acesso aos conjuntos documentais das áreas administrativa e judicial do TJPA, provenientes das atividades meio e fim, atendendo à necessidade de preservação digital de documentos para garantir sua cadeia de custódia.

A Política de Preservação de Documentação Digital (PPDD) estabelece princípios, objetivos, diretrizes e requisitos para a preservação de documentos digitais. Por meio da ferramenta AtoM, no sistema RDC-Arq, o TJPA seleciona os documentos que podem ser divulgados ao

A POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO DIGITAL (PPDD) ESTABELECE PRINCÍPIOS, OBJETIVOS, DIRETRIZES E REQUISITOS PARA A PRESERVAÇÃO DE DOCUMENTOS DIGITAIS

público, disponibilizando-os no portal do TJPA. A ampliação do acesso permite que usuários e usuárias, pesquisadoras e pesquisadores utilizem a documentação como fonte de pesquisa, ciência e cultura.

CONTROLE ELETRÔNICO

Houve expressivo aumento de produtividade nos serviços de Recebimento, Tramitação e Desarquivamento Processual. O resultado deve-se à readequação dos serviços e equipes envolvidas, compostas por servidores e servidoras, bolsistas do programa “Começar de Novo”, estagiários e estagiárias dos cursos de Arquivologia, História e Biblioteconomia. Eles fazem a tramitação processual via Sistema Libra, para a gestão e controle dos acervos recebidos das Comarcas, destinados ao Arquivo Regional de

Belém. Também são responsáveis pela digitalização e envio eletrônico de documentos para atender a pedidos de desarquivamento de processos judiciais físicos ainda não migrados para o Pje e que já estão no acervo do Arquivo. São mais de 2 milhões de processos judiciais e, em 2021, foram recebidos 156.821 processos físicos de vinte comarcas e 3.288 solicitações de desarquivamento de processos.

Foram analisados pelo Arquivo, em 2021, 17.251 processos judiciais, dos quais 15.833 seguirão os trâmites legais para eliminação definitiva, promovendo benefícios sociais, de economicidade e gestão institucional.

BIBLIOTECA

A Divisão de Biblioteca fez Pesquisa de Mapeamento das Necessidades Informacionais dos

servidores e servidoras, magistradas e magistrados do TJPA para aperfeiçoar a oferta de serviços e produtos, melhorar o atendimento e o relacionamento com o público institucional. O formulário online disponibilizado entre 8 de março e 8 de abril foi preenchido por 89 integrantes das unidades judiciárias e administrativas. A partir das respostas se desenvolveu novos serviços em áreas que careciam de aperfeiçoamento, destacando-se a ampliação da comunicação, aumento do acesso às bases digitais, consultas ao acervo, conhecimento dos serviços e produtos e novos boletins informativos.

Para a divulgação dos seus produtos/serviços foram criados o “Informativo do Acervo”, “Biblioteca e Você” e o “Boletim COVID-19”, além da manutenção de publicações já consolidadas, como o “Boletim Doutrinário” e o “Boletim Informativo”.

Foram desenvolvidas também peças para divulgar as bases digitais e as novas aquisições pelo WhatsApp, treinamento para uso dos serviços e para divulgação dos serviços/ produtos da Biblioteca no curso de ambientação para novos servidores e novas servidoras.

Durante o webinar da 19ª Semana Nacional de Museus e do Dia da Memória do Poder Judiciário foi apresentado vídeo institucional com a seleção da memória registrada nas revistas do Tribunal de Justiça do Pará, contribuindo para a divulgação desse conteúdo e para a valorização e preservação da memória bibliográfica institucional.

Para garantir acesso à comunidade externa, a página da biblioteca no Portal TJPA foi atualizada, com informações sobre as atividades e serviços da Divisão de Biblioteca e da Comissão de Súmula, Jurisprudência, Biblioteca e Revista – CSJBR.

DOAÇÃO

A Biblioteca enviou ao Núcleo Socioambiental, para doação, 58 caixas com livros e revistas, num total de 704 publicações, e também recebeu o certificado “Amigo da Leitura”, pela participação na campanha “Doe Livros, Doe Conhecimento”, da Imprensa Oficial do Estado (IOEPA).

CAPACITAÇÃO

Cursos de qualificação e treinamentos também contribuíram para melhorar os serviços oferecidos pela Biblioteca à comunidade institucional. Foram 15 cursos, num total de 64 horas/aula, que abrangeram a elaboração de projetos, uso de bases de pesquisa



ÉRIKA NUNES

digital, catalogação em formato MARC21, normalização bibliográfica e direitos autorais.

A unidade também promoveu, em parceria com a Escola Judicial, treinamento para informar sobre seus produtos/serviços, com orientações sobre o uso das bases de pesquisa digital RT On-line e Plataforma Fórum de Conhecimento Jurídico. Participaram magistradas e magistrados, servidoras e servidores do TJPA.

ACERVO DIGITAL

Mais 1.149 documentos foram incluídos, em 2021, no acervo do repositório Biblioteca Digital do TJPA (BD-TJPA), com documentos digitais produzidos pela instituição e documentos de propriedade autoral do TJPA digitalizados do acervo

físico. A ampliação foi possível devido à melhoria com a customização da página da BD-TJPA, que garante maior visibilidade às informações e torna possível o cumprimento das condições para participar do consórcio de bibliotecas jurídicas digitais - BDJur.

BRAGANÇA

O Tribunal de Justiça do Pará, em parceria com a Universidade Federal do Pará, lançou o e-book “Entre atos e autos: Gestão Documental, História (s) e Memória (s) do Judiciário na Comarca de Bragança-PA (1839-2019)”. A publicação, que comemora os 180 anos da Comarca de Bragança, é produto do Convênio de Cooperação Técnica assinado em 2017, para tratamento, catalogação e digitalização dos processos históricos da Comarca.

► A historiadora Cacilda Pinto profere palestra durante a celebração dos 50 anos do Museu do Judiciário Des. Agnano Monteiro Lopes

A publicação reúne artigos científicos de pesquisadores e pesquisadoras da UFPA e colaboradores e colaboradoras do TJPA, selecionados por coordenadores e coordenadoras das duas instituições. O diferencial é o registro histórico da atuação do Judiciário na Amazônia por meio do olhar de pesquisadores, pesquisadoras, historiadores e historiadoras. Isso torna possível perceber a evolução das leis, as modificações dos costumes e da cultura ao longo do tempo, registrados nos autos judiciais.

HISTÓRIA DO JUDICIÁRIO

O vídeo institucional “A História do Poder Judiciário Paraense” foi produzido para que o público conheça a história do Judiciário paraense e como suporte didático às ações

do TJPA. O vídeo narra a história do Judiciário brasileiro a partir do Brasil colônia, pontuando curiosidades, inovações ao longo do tempo e, sobretudo, a atuação da Justiça no cenário paraense. O uso de imagens do acervo institucional, a narração feita por servidora do TJPA e a produção pela Coordenadoria de Imprensa e Web Rádio Jus resultaram em custo zero para a instituição.

MUSEUS E MEMÓRIA

Em comemoração à 19ª Semana Nacional de Museus e ao Dia da Memória do Poder Judiciário, o TJPA promoveu nos dias 17, 18 e 19 de maio o webinar “Repensando as Políticas e Espaços de Memória no Judiciário Paraense”, em parceria com o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) e com o Tribunal

Regional do Trabalho da 8ª Região (TRT8). A abertura do evento foi transmitida virtualmente pela Escola Judicial do Pará (EJPA) e contou com a presença da presidente do TJPA, desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro, e da presidente da Comissão de Gestão Documental e Comissão de Gestão de Memória do TJPA, desembargadora Rosi Maria Gomes de Farias, além de magistradas e magistrados dos órgãos parceiros.

Dentre os palestrantes, o juiz de Direito do TJSP, Carlos Alexandre Bottcher, membro do Proname/CNJ, que proferiu a palestra “A importância das Resoluções do Proname/CNJ e do Manual de Gestão da Memória do Poder Judiciário”. Participaram do evento cerca de 163 pessoas.

MEMÓRIA VIVA

O programa “Arquivo Vivo”, que vinha sendo apresentado na Web Rádio Jus desde 2018, adquiriu uma nova roupagem e se transformou em “Memória Viva”, para atender à Resolução CNJ nº324/2020. A iniciativa é da Comissão da Gestão da Memória, em parceria com a Web Rádio Jus. Em 2021, participaram das entrevistas do programa a presidente do TJPA, Des. Célia Regina de Lima Pinheiro; o juiz de Direito do TJSP, Carlos Alexandre Bottcher, membro do Proname/CNJ; o artista plástico e professor universitário e atual diretor do Sistema Integrado de Museus e Memoriais do Pará (SIMM), Armando Sobral; a Des. Sulamir Monassa de Almeida, curadora do Memorial do TRT-8, dentre outros. O programa vai ao ar às terças, quintas e sábados, nos horários de 9h e 16h.

TJPA trabalha para consolidar o sistema de precedentes judiciais

Assegurar a observância e o respeito aos entendimentos previamente firmados pelo Judiciário garante isonomia e celeridade às decisões judiciais

A Coordenadoria de Recursos Extraordinários e Especiais (Cree) e o Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e de Ações Coletivas (Nugepnac) do Tribunal de Justiça do Pará atuaram, no exercício de 2021, para consolidar o sistema de precedentes obrigatórios e aprimorar o controle, a divulgação, a orientação e o estímulo à observância desses institutos, que garantem o respeito ao já decidido e a preservação dos entendimentos previamente firmados pelo Judiciário brasileiro.

Entre as ações destacam-se a redação e ampla divulgação de nota técnica sobre o sobrestamento, adequado cadastro nos sistemas de

gestão processual Libra e PJe, julgamento e aplicação dos precedentes qualificados de Repercussão Geral (RG), Recursos Repetitivos (RR), Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) e Incidente de Assunção de Competência (IAC).

Foi criado também boletim, divulgado no site do TJPA e por mala direta, com compilação semestral de informações sobre precedentes obrigatórios do Supremo Tribunal Federal (STF) ou do Superior Tribunal de Justiça (STJ), bem como do TJPA, no âmbito de IRDR e IAC, e grupos encaminhados pelo TJPA como Recursos Representativos de Controvérsia (RRC).

Foram produzidas edições

com ampla divulgação de boletins temáticos sobre assuntos relevantes à prestação jurisdicional no âmbito do TJPA, compilando precedentes judiciais qualificados obrigatórios do STJ, do STF e do próprio TJPA.

Um “Webinário”, promovido em parceria com a Escola Judicial do Poder Judiciário do Pará, no dia 6 de julho de 2021, tratou de precedente judicial qualificado obrigatório, por meio da “Caravana Virtual”, iniciativa que promove a troca de ideias entre os segmentos da Justiça, aprofunda o debate sobre temas como gestão de precedentes, demandas de massa e estruturação dos centros de inteligência locais.

UMA CARTILHA SOBRE O IRDR REUNIU DADOS EXPOSITIVOS SOBRE A IMPORTÂNCIA DESSE INSTITUTO E OS AVANÇOS QUE REPRESENTAM PARA REDUZIR O ACÚMULO DE PROCESSOS DE LITIGÂNCIA EM SÉRIE

ROBÔ

Uma outra iniciativa, que se constitui em projeto-piloto do robô de migração, foi a digitalização e virtualização dos processos físicos sobrestados sob gerenciamento do Nugepnac.

Para fomentar a utilização do IRDR e do IAC, criou-se modelo de petição e ofício de pedido de instauração dos respectivos incidentes, além de formulário “Sugestão de Questões para Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas”, para facilitar a comunicação e permitir que os públicos interno e externo contribuam para melhorar a prestação jurisdicional, indicando questões repetitivas a serem submetidas à técnica dos precedentes judiciais qualificados.

Uma cartilha sobre o IRDR reuniu dados expositivos sobre a importância desse instituto e os avanços que representam para reduzir o acúmulo de processos de litigância em série. As redes sociais também foram utilizadas, com a criação de grupos, para ampla divulgação e discussões a respeito de precedentes judiciais obrigatórios, em especial o IRDR.

Foi feita também a compilação de dados gerais sobre os Incidentes de Assunção de Competência (IAC) no âmbito do TJPA, abrangendo todos os ajuizados, admitidos, julgados e inadmitidos, bem como os suscitantes (juiz, juíza, desembargador, desembargadora, MP, DF e particular), o tempo entre a admissão e

o julgamento de mérito, a natureza dos IACs (público, privado e penal), além de quadro comparativo sobre o quantitativo de IACs admitidos pelos tribunais de Justiça de médio porte.

O Poder Judiciário do Pará implantou o Centro de Inteligência da Justiça Estadual do Pará, com organograma, atribuições, fluxo de trabalho e indicação de seus integrantes.

Nos sistemas eletrônicos utilizados pelo TJPA, foi aprimorado o “Portal do IRDR”, com ajustes necessários para sanear inconsistências e dificuldades do portal, possibilitando informações fidedignas e leiaute moderno, com informações completas de todos os IRDRs admitidos no âmbito da Corte estadual.

Coordenadoria fez 728 pagamentos de precatórios

Unidade cuida também de pagamento de obrigações de pequeno valor

No período entre fevereiro e outubro de 2021, a Coordenadoria de Precatórios fez 728 pagamentos de credores e credoras, além de recolhimentos e/ou repasses de tributos, 1.095 despachos, 327 decisões, 784 ofícios expedidos, 695 digitalizações e indexações (com 56 migrações manuais para o PJe).

A Coordenadoria de Precatórios processa e paga precatórios expedidos por varas da fazenda pública e cuida também de remanescentes requisições de pagamento de obrigações de pequeno valor (ROPV) expedidas antes da entrada em vigor do atual Código de Processo Civil.

Embora seja uma unidade essencialmente de execução, e não de

gestão de outras unidades do Tribunal de Justiça, a coordenadoria fez, internamente, ações de aprimoramento funcional, tais como:

Alteração de procedimentos e a inclusão de fases na tramitação dos feitos para adequá-los à Resolução nº 303/2019 do Conselho Nacional de Justiça, a exemplo da observância da competência do juízo da execução para a apreciação de pedido de registro de penhora e para o processamento de sucessão processual em caso de falecimento da parte credora, bem como da recomendação aos juízos da execução quanto à obrigatoriedade de intimação das partes antes da expedição de ofício precatório, além do aprimoramento e da ampliação das

A COORDENADORIA DE PRECATÓRIOS PROCESSA E PAGA PRECATÓRIOS E CUIDA TAMBÉM DE REMANESCENTES REQUISIÇÕES DE PAGAMENTO DE OBRIGAÇÕES DE PEQUENO VALOR (ROPV)

informações disponibilizadas no site do Tribunal de Justiça e da correção procedimental de precatórios com as suas retificações pelos órgãos jurisdicionais que os expediram;

Revisão e alteração dos modelos de atos praticados pela Coordenadoria de Precatórios.

Alinhamento com a Secretaria de Informática para a conclusão de um sistema eletrônico para a Coordenadoria de Precatórios, que trabalhava apenas com autos físicos, além de controles manuais de suas tarefas.

Início do processo de digitalização, indexação e migração dos autos físicos para tramitação eletrônica no sistema Pje.

Orientação para levantamento

de dados acerca dos precatórios já pagos ou com os respectivos valores provisionados, de modo a conferir maior segurança quanto à observância da ordem cronológica de apresentação por ocasião do pagamento.

Também foi elaborada minuta de resolução, com 48 artigos, para regulamentar a expedição, o processamento e o pagamento de precatórios e de requisições de obrigação de pequeno valor no âmbito do primeiro e segundo graus do Poder Judiciário do Pará, de forma complementar à Resolução CNJ nº 303/2019, conforme previsto no processo de acompanhamento de cumprimento de decisão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).



TECNOLOGIA

TJPA fortalece a estratégia de TIC e a política de proteção de dados

Esforço tem sido fundamental para garantir a transformação digital que permite a migração de processos físicos para o PJe

Fortalecer a estratégia nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação e a proteção de dados do Poder Judiciário, no âmbito do Tribunal de Justiça do Pará. Essa é a missão da Secretaria de Informática, cujo papel estratégico se configura, por exemplo, no esforço de transformação digital, que consiste na digitaliza-

ção e virtualização de processos físicos para a migração ao meio digital – ao Processo Judicial Eletrônico (PJe).

A Secretaria de Informática também atua na divulgação, formação e conscientização do público interno do TJPA com relação à Lei Geral de Proteção de Dados e em uma série de outras ações que

envolvem atendimento, registro e execução de atendimentos, treinamento e implantação de solução, manutenção de equipamentos, aplicações, implementação de projetos, suporte técnico, banco de dados, segurança e sistemas básicos, infraestrutura de redes e telecomunicações, tais como se-
guem:

ATENDIMENTO

BALCÃO VIRTUAL

O novo canal digital de atendimento ao público é uma ferramenta de videoconferência com lobby, que permite eventos virtuais online em larga escala, de acordo com as determinações do CNJ e da Presidência do TJPA.

LICENÇAS ADOBE PR

Ferramenta de apoio e impulsionamento à virtualização de processos nas centrais de digitalização, resultando em maior produtividade no esforço de digitalização de processos físicos.

CAPACITAÇÃO: WORKSHOP PRODUTIVIDADE COM MICROSOFT TEAMS

Criação de conteúdo de novos casos de uso do Microsoft Teams, para explorar o potencial dos recursos de produtividade da ferramenta,



DIVULGAÇÃO

► *Implantação do equipamento de segurança Waf no datacenter do Poder Judiciário do Pará*

impactando positivamente o dia-a-dia das unidades.

RENOVAÇÃO EXCEPCIONAL DO CONTRATO DE STREAMING DE SESSÕES PLENÁRIAS

Continuidade dos serviços de gravação e transmissão de sessões plenárias e de alguns eventos institucionais, o que inclui serviço de streaming no portal do TJPA, enquanto se avalia a contratação de solução atualizada aos novos cenários de uso de recursos audiovisuais no TJPA, envolvendo transmissão online de sessões plenárias, sustentação virtual, eventos e ensino a distância.

AQUISIÇÃO DE PERIFÉRICOS PARA APOIO AUDIOVISUAL

Atualização de dispositivos associados ao uso de recursos audiovisuais, para atender a demandas

de reuniões online, tribunais do júri, depoimento especial sem dano, gravações de audiências, agendamento online, além do Balcão Virtual.

RENOVAÇÃO DO CONTRATO DE LICENÇAS MICROSOFT

Adequação legal e continuidade do suporte às soluções de produtividade da Microsoft, o que inclui aplicações e infraestrutura de uso em nuvem.

PROJETO DE PROVA DE CONCEITO (POC) VDI CITRIX

Validação de novas formas de atendimento das demandas de serviços de microinformática por meio de uma solução de infraestrutura de área de trabalho virtual da Citrix.

PROJETO DE POC POLYCOM REALCONNECT/STUDIO X30

Validação de solução de

integração de infraestrutura da Polycom ao Microsoft Teams e da viabilidade de reunião com suporte nativo ao Microsoft Teams.

ADITAMENTO DO CONVÊNIO COM O MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Ampliação do escopo técnico em torno do convênio para aprimorar a qualidade dos serviços de videoaudiências em varas criminais da Capital e do Interior do Estado.

CAPACITAÇÃO: WORKSHOP IDENTIDADE E SEGURANÇA

Produção de conteúdo e divulgação de recursos tecnológicos de ferramentas do contrato da Microsoft, a fim de elevar o índice de garantia de identidade e a segurança do parque de microinformática.

CRIAÇÃO DAS CENTRAIS DE MANDADOS DA RMB NO SEEU

Parametrização ampla do Sis-

tema Eletrônico de Execução Unificada (SEEU), permitindo a remessa de mandados e ofícios a outras cen-

trais de mandados para o cumprimento de atos, inclusive de intimação dos diretores dos presídios.

REGISTRO E EXECUÇÃO DE ATENDIMENTOS

PROJETO DE DASHBOARDS COM MÉTRICAS DE ATENDIMENTO NO POWERBI

Visualização da informação, que impulsiona o monitoramento dos atendimentos tecnológicos e permite o levantamento instantâneo de informações quantitativas e qualitativas relacionadas ao ciclo de vida dos chamados técnicos abertos na Central de Serviços de Tecnologia.

PROJETO DE ATUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA DO REGISTRO DE ATENDIMENTOS: GLPI

Padronização e celeridade dos atendimentos tecnológicos, redução de custos (por meio da utilização de solução Open Source), melhor usabilidade, além de estar totalmente disponível na internet, o que possibilita a utilização do público externo.

IDENTIFICAÇÃO AUTOMÁTICA DO PARQUE COMPUTACIONAL DE MICROINFORMÁTICA

Monitoramento dos equipamentos de microinformática com

maior nível de detalhamento, possibilitando melhor visibilidade da alocação de recursos computacionais e obtenção de dados que apoiam manutenção e aquisições.

CONTROLE DE CUSTOS DE TERCEIRIZADOS NO ATENDIMENTO TÉCNICO

Aprimoramento e padronização do controle dos custos contratuais com viagens, pernoites e horas extras, para facilitar a fiscalização e prestação de contas de despesas relacionadas ao atendimento técnico.

ATUALIZAÇÃO DO PROCESSO DE REVISÃO PERIÓDICA DA BASE DE CONHECIMENTO

Padronização dos Procedimentos Operacionais Padrão de TIC, para melhorar o controle das etapas da criação de conteúdo técnico e facilitar a fiscalização.

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO TÉCNICO ESPECIALIZAÇÃO EM ITSM

Suporte e consultoria especializada nas manutenções corretivas

e evolutivas da Solução de Gerenciamento de Serviços de TIC (ITSM), para manter um ciclo de vida saudável da solução tecnológica e deixá-la aderente às boas práticas do mercado.

RENOVAÇÃO DO CONTRATO DE SUPORTE A SERVIÇOS DE TIC

Adequação legal e continuidade do Suporte a Serviços de TIC, mantendo a considerável força de trabalho especializada, responsável pelos atendimentos tecnológicos, apoio em eventos institucionais, manutenção de microinformática e infraestrutura, e de capacitação de usuários.

MAPEAMENTO DE MANUALIZAÇÃO DE PROCESSOS DE TIC

Melhor entendimento dos processos internos, padronização das atividades da Secretaria de Informática, a partir das boas práticas recomendadas pelo mercado de TIC e sugeridas pelo CNJ.

PRODUÇÃO DE CONTEÚDO PARA NIVELAMENTO TECNOLÓGICO

Avanço na criação de vídeos como mecanismo de rápido



DIVULGAÇÃO

► *Aquisição de equipamentos de informática melhorou os recursos tecnológicos disponibilizados aos servidores*

aprendizado e consulta, para ampliar a autonomia na resolução de dúvidas, culminando com a produção de 73 vídeos e centenas de peças de conteúdo textual revisadas, com foco no autoaten-

dimento via Central de Serviços de Tecnologia.

TREINAMENTO

Refinamento das habilidades do público interno (e externo, em

casos especiais) no uso de soluções tecnológicas do TJPA, que concluiu 51 turmas em matérias de Libra, SEEU, SigaDoc, Teams, Balcão Virtual, CMS Portal e, em especial, os diversos subdomínios do Pje.

MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS

350 MINI-PCS PARA 89 COMARCAS

Melhoria dos recursos tecnológicos em 89 comarcas do interior, cujos critérios de prioridade foram definidos a partir do levantamento das unidades com os equipamentos mais defasados e do número de servidores e servidoras na Comarca.

INSTALAÇÃO DE SERVIDORES DE IMAGEM PADRÃO NOS POLOS TÉCNICOS

Redução no tempo de atendimento de manutenções de microinformática, especialmente em atualizações de sistema operacional, garantindo mais estabilidade e segurança aos usuários de microcomputadores ou notebooks insti-

tucionais.

PROJETO DE ATUALIZAÇÃO DE PERIFÉRICOS: 495 NOVAS WEBCAMS

Distribuição de recurso necessário para implantação do serviço Balcão Virtual, além de melhoria na produtividade dos servidores a partir do uso de soluções audiovisuais.

TREINAMENTO E IMPLANTAÇÃO DE SOLUÇÃO

IMPLANTAÇÃO DO PJE EM ÓRGÃOS DO SISTEMA DE JUSTIÇA

Fortalecimento da Integração Interinstitucional no âmbito

do Poder Judiciário, como desdobramento da inclusão, no Pje, da Polícia Civil, Polícia Militar, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Defensoria Pública e Corpo de Bombeiros.



DIVULGAÇÃO

► *Atualização de equipamentos de microinformática atende ao esforço das centrais de digitalização em comarcas como a de Jacundá*

AQUISIÇÃO DE SCANNERS E MULTIFUNCIONAIS

Atualização de equipamentos de microinformática utilizados em atividades de impressão e de digitalização de documentos físicos, atendendo a demandas naturais do dia a dia e apoiando o esforço de digitalização de processos físicos em Comarcas menores.

ATUALIZAÇÃO DE MICROS

Entrega e configuração de notebooks modernos, para melhorar os recursos computacionais disponibilizados a magistradas e magistrados, incluindo as nomeações mais recentes, e agregar mobilidade tecnológica com recursos audiovisuais embarcados.

ATUALIZAÇÃO DE MICROINFORMÁTICA: DESENVOLVEDORES

Entrega de equipamentos de altíssima performance tecnológica para usuários e usuárias de aplicações intensas em processamento computacionais na Secretaria de Informática, Secretaria de Arquitetura e Engenharia, além do Departamento de Planejamento e Gestão Estatística.

APLICAÇÕES

PROJETO ROBÔ DE MIGRAÇÃO 4.0

Inovação tecnológica que viabiliza a migração de processos físico do Libra para o PJe em tempo reduzido, utilizando técnicas de processamento assíncrono para suportar uma alta carga de dados de migrações simultâneas.

INTEGRAÇÃO DO PJE COM O E-CARTA

Integração sistêmica que permite o envio de cartas de maneira sistematizada aos Correios, sem a necessidade de impressão, pois as cartas são recebidas de maneira digital, e com o registro automático do AR diretamente nos processos do PJe.

PROJETO JUÍZO 100% DIGITAL NO PJE

Adaptação sistêmica no PJe para tratar processos que tramitam em varas 100% digitais, garantindo acesso seguro à Justiça em meio à pandemia de covid-19 e contribuindo para a evolução e amadurecimento do modelo de trabalho remoto.

MELHORIA DE ETIQUETAS EM LOTE NO PJE

Melhoria sistêmica para permitir que processos sejam organizados em lote a partir da manipulação de etiquetas, o que melhora a produtividade das unidades judiciais.

NOVA APRESENTAÇÃO VISUAL DO PORTAL DO TJPA

Publicação de novo leiaute do portal, com um visual mais moderno e, principalmente, com acesso mais fácil ao conteúdo pelo público interno e externo.

NOVO DATAMART DE ARRECAÇÃO EXTRAJUDICIAL

Dados para acompanhamento das informações históricas relativas à arrecadação extrajudicial, tal como a arrecadação dos cartórios mês a mês, os possíveis valores relativos a selos não declarados a serem recuperados, boletos não pagos nos últimos anos, além de inadimplência.

COMANDOS DE PUBLICAÇÕES DE LP E LPEX - RES. 246 CNJ

Implementação no DW-Novos, que automatiza a geração dos indicadores estatísticos LP e LPEX, apresentados ao CNJ a cada semestre.

CONCURSO DE MAGISTRADOS E MAGISTRADAS VIA DW-NOVO

Adaptação do DW-Novos para prover de forma automática o levantamento quantitativo para os concursos de magistrados e magistradas.

IMPLEMENTAÇÃO DAS 63 VARIÁVEIS DE RH NO DW-NOVO

Estruturação de dados para

o projeto Justiça em Números, que visa a apresentar, de forma automatizada, as variáveis de RH às aplicações que necessitem delas para fins de visualização.

PROJETO ETL DE DADOS CRIMINAIS A PARTIR DO PJE

A captura de dados do PJe Criminal viabiliza a consolidação do banco de dados de presas e presos provisórios no TJPA e a consequente produção de relatórios para diversas situações do processo criminal, tais como indiciamento, condenações, absolvições, fuga, concessão de habeas corpus e demais informações relativas a eventos criminais.

PRISÕES PROVISÓRIAS

Com a consolidação dos dados de todos os sistemas processuais do TJPA é possível gerar gráficos e demais análises históricas sobre diversos eventos criminais, tais como prisões provisórias no 1º Grau, presos e presas em sede de Recurso no Tribunal, fugas, regimes aberto, semiaberto, fechado, livramento condicional, entre outras situações.

AUDIÊNCIAS

A consolidação de todas as informações sobre audiências judiciais viabiliza um melhor gerenciamento, independente de uso dos sistemas de origem, sendo possível controlar as pendentes, verificar a evolução ao longo do tempo e agrupar as informações por tipo, unidade, magistrado e magistrada responsáveis, por exemplo.

NOVO DATAMART DA OUVIDORIA JUDICIÁRIA

Consolidação do banco de dados relativo às manifestações recebidas pela Ouvidoria, além da produção de relatórios que garantem uma visão gerencial das manifestações e de seus respectivos atendimentos.

ADAPTAÇÃO DA COLETA DE METAS

As Metas do Conselho Nacional de Justiça são atualizadas constantemente durante todo o ano. Em 2021 isso já aconteceu seis vezes e todas as modificações foram devidamente realizadas, o que permitiu o correto alinhamento dos dados institucionais com a expectativa do CNJ, além de contribuir para a pontuação do Tribunal de Justiça no Prêmio CNJ de Qualidade.

OTIMIZAÇÃO DO DATAMART DE ACERVO PARA PROCESSOS CONCLUSOS

Melhoria garante visibilidade ao que está concluso para mero despacho, decisão interlocutória ou para Julgamento do feito e possibilita a análise da evolução dessa situação ao longo dos anos.

ADAPTAÇÃO DO SEEU AO PADRÃO DO CNJ: COMPLEMENTOS PROCESSUAIS

Adaptação dos dados do SEEU - fora dos padrões do CNJ - para incluí-lo no DW, o que viabiliza análises de diversas situações processuais, independente dos sistemas de origem (Libra, SEEU ou PJe), propiciando uma visão sistêmica aos gestores e gestoras.

MELHORIAS NO PASSO 3 DO MÓDULO DE PRODUTIVIDADE: PROVIMENTO N. 49 CNJ

A correção na geração de variáveis do Justiça em Números relativas à Turma Recursal reforçou o compromisso com a qualidade e confiabilidade dos dados de produtividade, enviados mensalmente ao CNJ.

NOVO DATAMART DE TAREFAS DO PJE

A consolidação das informações sobre tarefas do Pje permite verificar a evolução e movimentação de processos, o cumprimento de tarefas ao longo dos meses, a leitura de quais delas demandam maior tempo de conclusão e a verificação de quais ainda não foram finalizadas, dentre outras análises de produtividade.

NOVO DATAMART DA META 12

O Datamart da Meta 12 permite o acompanhamento e gestão do impulsionamento de processos relativos a ações ambientais pelas unidades judiciárias, assim como o fornecimento dessas informações ao CNJ.

NOVA VERSÃO CONTAINERIZADA DO SISTEMA DE INTEGRAÇÃO COM O DATAJUD

Modernização tecnológica para gerar, validar, acompanhar e enviar, de forma automática, os dados processuais mais recentes ao CNJ, via DATAJUD.

SANEAMENTO DOS DADOS DE PRECEDENTES OBRIGATÓRIOS: PRÊMIO CNJ DE QUALIDADE

O saneamento dos dados relativos a precedentes obrigatórios

faz parte da estratégia do CNJ para gerar informações dos tribunais através do DATAJUD, além de conferir maior pontuação ao TJ no Prêmio CNJ de Qualidade.

INTEGRAÇÃO DO DW-NOVO NO PROJETO "CONCILIAR É LEGAL"

Criação de variáveis para representar diversas análises e visões baseadas em dados para o projeto "Conciliar é Legal", cujo objetivo é se aprofundar nas informações relacionadas às distribuições, decisões, sentenças e audiências de conciliação.

NOVO DATAMART DE EVENTOS DE SAÚDE

Esforço de consolidação de dados relacionados aos eventos de saúde do Tribunal de Justiça, que vão além do índice de absenteísmo, entregando uma visão refinada para a Gestão de Pessoas.

REFORMULAÇÃO DO DATAMART DE PRECEDENTES OBRIGATÓRIOS

Otimização atende às expectativas da Coordenadoria de Recursos Especiais e Extraordinários e apresenta os processos suspensos por precedentes obrigatórios, a evolução desta pendência ao longo dos anos e os impulsionamentos nestes processos.

AJUSTE NO ETL DO DATAMART DE MANDADOS

Otimização na coleta de dados dos mandados judiciais, para viabilizar informações refinadas de forma mais rápida e permitir que os relatórios estejam disponíveis antes no início do expediente.

AJUSTE NO ETL DO SISTEMA PJE

Otimização no processamento e consolidação dos dados do sistema Pje reduz em 50% o tempo de coleta e tratamento de dados e dá acesso aos dados atualizados na manhã do dia posterior.

SANEAMENTO DE DADOS PARA ENVIO AO DATAJUD

Melhor qualificação dos dados da instituição e aumento da pontuação do Tribunal de Justiça no Prêmio CNJ de Qualidade.

DESLIGAMENTO DO DW ANTIGO

A migração de uma tecnologia de consolidação de dados exige extrema cautela, pois o antigo DW funciona em paralelo com o novo, por um longo tempo, para pequenas operações, validando a consistência dos dados que orientam as decisões de gestão.

SIGADOC

A coleta diária de dados do SIGADOC e o consequente tratamento deles no DW-Novo otimiza as consultas e evita sobrecargas ao ambiente de produção.

AMPLIAÇÃO DO DW-NOVO: ODS DE BENS E MATERIAIS

O consumo dos dados relativos aos bens e materiais no sistema GRP/Thema e sua replicação no novo DW viabilizou relatórios inexistentes no sistema, culminando na construção de painéis gerenciais, no novo DataMart, para controle e tomada de decisão.



DIVULGAÇÃO

► A Des. Célia Pinheiro visita a Secretaria de Informática para estimular o esforço de transformação digital

IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS

MELHORIA PARA INCLUSÃO DE ARQUIVOS PESADOS NO PROTOCOLO INTEGRADO NO LIBRA

Permite que usuários do Protocolo incluam arquivos até 15MB na funcionalidade de Protocolo Integrado.

DEVOLUÇÃO DE MANDADO NO LIBRA

Mandados presentes no relatório "Mandados Distribuídos e Não Cumpridos há mais de 30/60 dias" podem ser devolvidos, independentemente de oficial de Justiça estar em atividade ou em inatividade.

PENDÊNCIA DE MIGRAÇÃO NO LIBRA

As pendências podem ser verificadas antes de se fazer a migração do processo, evitando retrabalhos ou pesquisa para vistas sobre a situação do processo.

MELHORIA EM GUIAS DE RECOLHIMENTO OU PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS NO LIBRA

Otimiza o controle do acervo de Guias de Recolhimento ou de Penas e Medidas Alternativas pendentes de migração ao SEEU.

MELHORIAS DE EMISSÃO E CONSULTA NA CENTRAL DE CERTIDÕES

Inclusão do dado "Tipo de Parte Requerido" para emissão de Certidões Criminais, que passam a listar os processos com o referido dado, além de correções na exibição em duplicidade dos processos migrados para o Pje ou SEEU.

ATUALIZAÇÃO DO MODELO DE ASSINATURA DIGITAL NO SISTEMA DE DEPÓSITOS JUDICIAIS

O novo modelo garante maior agilidade nos atos envolvendo assinatura digital, pois a solução utiliza

OTIMIZAÇÃO NO PROCESSAMENTO E CONSOLIDAÇÃO DOS DADOS DO SISTEMA PJE REDUZ EM 50% O TEMPO DE COLETA E TRATAMENTO DE DADOS E DÁ ACESSO AOS DADOS ATUALIZADOS NA MANHÃ DO DIA POSTERIOR.

autenticação por login e senha de rede, ao invés de tokens de certificados digitais, o que reduz custos com aquisição de certificados digitais.

PROJETO DE EXPORTAÇÃO AUTOMÁTICA DE DADOS DE ARRECADAÇÃO PARA O THEMA

Integração dos sistemas de arrecadação (GDR, Arrecadação Judicial e Arrecadação Extrajudicial) ao sistema de custas do Tribunal (GRP/THEMA) para troca de dados operacionais, entregando automatização e celeridade aos processos de trabalho da equipe de Contabilidade da Seplan.

PROJETO DE COMERCIALIZAÇÃO UNITÁRIA DE SELOS DIGITAIS

Adaptação sistêmica que permite a venda unitária de Selos Digitais por unidade e amplia a arrecadação, alterando o modelo anterior que limitava as vendas a lotes mínimos de 50 unidades e inviabilizava pequenos usos desse serviço.

IMPLEMENTAÇÃO DAS REGRAS DO PROVIMENTO 88/2019 DO CNJ

Adaptação sistêmica que possibilita aos Cartórios Extrajudiciais e à Seplan o cadastro e controle das operações ou propostas suspeitas passíveis de comunicação à Unidade de Inteligência Financeira, conforme estabelecido pelo Provimento 88.

BALANÇO CNJ: ENVIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CARTÓRIOS EXTRAJUDICIAIS VAGOS

Adaptação sistêmica que possibilita aos Cartórios Extrajudiciais vagos o envio da prestação de contas para o controle da Seplan, em conformidade com as regras estabelecidas pelo CNJ.

IMPLEMENTAÇÃO DE RELATÓRIOS DE REGULARIDADE NA ARRECADAÇÃO EXTRAJUDICIAL

Melhoria que possibilita maior controle e regularização no recolhimento das taxas FRI, FRC e CNJ dos cartórios extrajudiciais.

MELHORIA NA EMISSÃO DE DIVERSAS CUSTAS NA ARRECADAÇÃO JUDICIAL

Permite o cancelamento específico de custas em aberto durante a criação dos tipos Custa Final, Custa Juizado e Intermediária de Consolidação, oferecendo a possibilidade de selecionar quais as custas que devem ser consideradas.

REATIVAÇÃO AUTOMÁTICA DE BOLETOS FINALIZADOS

Libera o usuário e a usuária da obrigação de reativar manualmente as custas que foram incluídas nas custas finais ou intermediárias de consolidação.

MELHORIA DE COBRANÇA AUTOMÁTICA DE JUROS E MULTA NA GERAÇÃO DE BOLETOS

A geração de boletos no âmbito da Arrecadação Judicial resulta no aumento da arrecadação de taxas extrajudiciais de pagamentos em atraso, com cobrança de multa e juros, conforme regras e portarias do TJPA.

SUORTE TÉCNICO

AQUISIÇÃO DE SWITCHES COM TECNOLOGIA FIBRE CHANNEL

Atualização dos equipamentos de comunicação de redes de armazenamento, introduzindo a fibra óptica para o aumento exponencial na velocidade dos acessos aos dados institucionais pelos sistemas judiciais, administrativos e de arrecadação.

PROJETO DE REESTRUTURAÇÃO DAS REDES DE ARMAZENAMENTO DC

Nova arquitetura tecnológica de intercomunicação entre os recursos de armazenamento, com ganhos de confiabilidade e escalabilidade no armazenamento dos dados institucionais centralizados de Data Center.

AQUISIÇÃO DE EXPANSÃO DA CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO PARA O PJE

Incremento bruto de capacidade de armazenamento para arquivos do PJe, especialmente ante os esforços de digitalização de processos, e melhorias técnicas na resiliência da infraestrutura e velocidade no acesso aos dados de processos virtuais.

PROJETO DE RECUPERAÇÃO DE DESASTRES PARA DATA CENTER

Nova arquitetura tecnológica de infraestrutura, sustentação e continuidade do negócio, envolve recursos de backup, processamento, comunicação e armazenamento, com melhorias exponenciais nos tempos de recuperação do ambiente tecnológico e retenção de dados em casos de incidentes tecnológicos.

PROJETO DE REESTRUTURAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE REDE DE COMUNICAÇÃO

Novo desenho tecnológico contendo elementos de conectividade entre prédios da RMB, especialmente entre os DataCenters do TJPA, agrega agilidade, escalabilidade e confiabilidade ao tráfego dos dados institucionais.

PROJETO DE REESTRUTURAÇÃO DA INFRAESTRUTURA ORACLE

Arquitetura tecnológica atualizada que busca reduzir pela metade custos com suporte Oracle, além de flexibilidade de entregas de ambientes tecnológicos, redução na complexidade de manutenção de infraestrutura de hardware

e melhorias exponenciais nos tempos de recuperação em sinistros físicos e lógicos.

CONTRATAÇÃO DE NOVAS LICENÇAS DO FIREWALL PRINCIPAL

Continuidade do funcionamento do principal elemento de proteção de borda da infraestrutura do TJPA, com as definições de segurança mais atualizadas, além do suporte de especialistas para atualizações e melhorias da solução.

AQUISIÇÃO DE SOLUÇÃO DE WEB APPLICATION FIREWALL

Solução tecnológica de proteção especializada para sistemas institucionais disponibilizados na internet ao público interno e externo - a exemplo do PJe - e de balanceamento de carga para otimizar a distribuição e utilização dos recursos usados pelos sistemas.

CONTRATAÇÃO DE DEEP SECURITY E PROTEÇÃO DE ENDPOINTS

Solução tecnológica de proteção contra malwares desconhecidos, aplicada tanto em servidores que compõem a infraestrutura do Tribunal (Deep Security) como em equipamentos de microinformática utilizados pelos quadros técnico e judiciário do TJPA (Proteção de Endpoint).

AQUISIÇÃO DE SOLUÇÃO DE GESTÃO DE IDENTIDADES

Solução tecnológica que gerencia a utilização de credenciais no âmbito do TJPA, protegendo as sessões, os servidores e equipamentos de microinformática, aplicando privilégio mínimo, rotação de senhas e prevenção a ataques "Pass-the-Hash".

HARDENING E OTIMIZAÇÃO DE REGRAS DO PALO ALTO: CICLO 1

Prática de gestão que incrementa a segurança cibernética ao desabilitar regras nunca utilizadas e que estavam sem utilização por muito tempo, fechando brechas de acesso.

MIGRAÇÃO DE LINKS PRODEPA PARA VPWS

Procedimento técnico relacionado à ativação de links Prodepa do tipo VPWS, com o objetivo de melhorar a conectividade e facilitar o cumprimento das tarefas institucionais desempenhadas nas localidades em que foram implantadas.

PROJETO DE PROVA DE CONCEITO (POC) DE ANÁLISE DE VULNERABILIDADES TENABLE

Validação de ferramenta de análise de vulnerabilidades, visando à proatividade na prevenção e correção de vulnerabilidades na infraestrutura do Tribunal.

BALANCEAMENTO DE USO DE LINKS DE INTERNET NO PALO ALTO

Melhor utilização dos links de internet frente às crescentes demandas, que não deixa recursos ociosos e que geram custos ao Tribunal.

PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DA SOLUÇÃO DE WAF

Esforço técnico de instalação de hardware para a proteção especializada aos sistemas web institucionais disponibilizados na internet e configuração de recursos de balanceamento de carga, para resistir a um alto volume de consultas processuais realizadas por robôs.

APRESENTAÇÃO EXECUTIVA SOBRE A (LGPD) À PRESIDÊNCIA DO TJPA

Essa apresentação informou a presidência do TJPA sobre as questões essenciais da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e das demandas criadas pelo CNJ para os tribunais, por meio de suas resoluções, e ofereceu subsídios para a tomada de decisões.

ADEQUAÇÃO À LGPD

Atendimento às resoluções CNJ 363 e 370, além de adequação e conformidade do TJPA à Lei 13.709/2018 (LGPD), com a consequente conscientização do público interno sobre a necessidade de atenção à privacidade e à proteção de dados em suas atividades institucionais.

FORMAÇÃO CONTINUADA EM LGPD

Atendimento às determinações do CNJ quanto ao treinamento do público interno sobre a LGPD, nas atividades judicantes e no trabalho usual durante o qual operam com dados pessoais.

WEBINÁRIOS SOBRE A LGPD NO TJPA: E-DIÁLOGOS

Atendimento às determinações do CNJ sobre divulgação e conscientização sobre a Privacidade e Proteção de Dados, por meio de quatro webinários sobre o assunto, incluindo divulgação Institucional das atividades do Comitê Gestor de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais.

ELABORAÇÃO DA POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS NO TJPA

Esforço de instrução de normativo interno para avançar sobre a temática da Privacidade e Proteção dos Dados Pessoais no TJPA, em atendimento às determinações do CNJ, além do planejamento para adequação do TJPA à LGPD.

ELABORAÇÃO DE PORTARIAS DO COMITÊ GESTOR DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Atendimento às determinações do CNJ para o avanço na adequação à LGPD e às práticas e conceitos de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais.

PORTAL SOBRE A LGPD NO SÍTIO ELETRÔNICO DO TJPA

Divulgação de informações sobre a LGPD para o público e aos jurisdicionados, conforme determinações do CNJ; acessível em: <https://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/institucional/LGPD/720286-conhecendo-a-lgpd.xhtml>.

PROTOCOLO DE PREVENÇÃO A INCIDENTES CIBERNÉTICOS

Atendimento às determinações sobre Segurança Cibernética no Poder Judiciário, por meio da preparação das balizas normativas para os manuais técnicos sobre o tema, cujo objetivo é aumentar o nível de segurança institucional contra incidentes e ataques.

APLICAÇÃO DE ATIVIDADE SISTÊMICA NO NUPEMEC

Criação de um conjunto coeso



DIVULGAÇÃO

► *Desa. Célia Pinheiro esteve com os servidores e as servidoras da Casa Amarela, acompanhada pelo secretário de Informática, Diego Leitão*

de registro e normatização de processos de aplicação de atividades sistêmicas (Constelação Familiar) no âmbito pré-processual e processual, dando transparência ao público que acompanha o serviço do Nupemec.

CURSO EAD DE FORMAÇÃO CONTINUADA SOBRE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Atende às determinações do CNJ para fortalecer os mecanismos de proteção e de segurança da informação, por meio de treinamentos e divulgação de conteúdos de conscientização ao público interno do TJPA, para os cuidados nas atividades profissionais e na vida privada.

PRODUÇÃO DE CONTEÚDO PARA DISCIPLINA DE TIC

Preparação de material didático para que novos juizes e novas juizas auxiliares compreendam como a Tecnologia da Informação e Comunicação é estratégica a suas atividades, na medida em que os processos eletrônicos avançam para se tornar hegemônicos na rotina de trabalho do TJPA.

AQUISIÇÃO DE CERTIFICADO DIGITAL E-CNPJ

Garantia da identificação legal e inequívoca do TJPA perante os órgãos de receitas federais e estaduais, e-Social, Conectividade Social ICP - FGTS da Caixa Econômica Federal e outros serviços que requeriram o uso deste certificado para comunicações digitais, tais como

os internos - e-Carta, PJeToken, Integração Sefa-Sefin e Sistema de Depósitos Judiciais.

CONTRATAÇÃO DE CERTIFICAÇÃO DIGITAL ICP-BRASIL POR REGISTRO DE PREÇOS

Continuidade na emissão e renovação de certificados digitais para uso nos sistemas internos e externos, proporcionando segurança na comunicação por meios eletrônicos.

DOCUMENTOS DE CONHECIMENTO DE CERTIFICAÇÃO DIGITAL

Registro de práticas complexas e burocráticas para esclarecer o serviço de Certificados Digitais, cujo principal impacto positivo é



DIVULGAÇÃO

► *Projeto-piloto de modernização do parque tecnológico foi realizado na Comarca de Salinópolis com a substituição de computadores por notebooks.*

a economia com diárias e ajuda de custos para deslocamento nas emissões e renovações remotas, bem como a otimização do tempo de trabalho com viagens na fase de validação presencial.

TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO DE CERTIFICAÇÃO DIGITAL

Realocação da responsabilidade da certificação digital para a equipe do macroprocesso de serviço, descentralização do conhecimento por meio de repasses a outros servidores, servidoras, terceirizadas e terceirizados e unificação das bases de conhecimento.

PROJETO DE POC NSX PARA BALANCEAMENTO DE CARGA E FIREWALL DE APLICAÇÃO WEB

Validação de solução tecnológica de mercado para camada de proteção especializada em aplicações web, com mecanismos de balanceamento de carga e liberação de recursos computacionais inter-nos utilizados para esses fins.

BALANCEAMENTO DE USO DE LINKS DE INTERNET NO FIREWALL PRINCIPAL

Otimizações na disponibilidade e utilização dos links de internet frente às crescentes demandas por esse recurso, especialmente com a constante digitalização da prestação jurisdicional.

INSTALAÇÃO DE AGENTES DEEP SECURITY NO DATACENTER PRINCIPAL

Procedimento técnico para proteger os servidores de Data-Center contra os mais diversos tipos de ameaças digitais, resultando em maior disponibilidade dos serviços tecnológicos institucionais.

INSTALAÇÃO DO WILDCARD SSL NOS SISTEMAS EXPOSTOS À WEB

Procedimento técnico para tornar o acesso aos sistemas institucionais mais seguros, por meio de mecanismos de criptografia, além de provar que os referidos sistemas são autênticos e confiáveis.

BANCO DE DADOS

RENOVAÇÃO DO CONTRATO DE SUPORTE ORACLE

Continuidade do suporte às soluções Oracle Database Enterprise Edition, dando sustentação às tecnologias utilizadas nos sistemas essenciais para o TJPA.

MIGRAÇÃO DOS SERVIDORES DOS SGBDS PARA AS NOVAS BLADES

Procedimento técnico para movimentação dos Sistemas Ge-

renciadores de Bancos de Dados da infraestrutura antiga para a nova, objetivando extrair maior desempenho dos recursos tecnológicos e otimização no trabalho de sustentação do ambiente tecnológico.

MIGRAÇÃO DE DADOS PARA O STORAGE DORADO

Procedimento técnico para movimentação dos metadados institucionais da infraestrutura antiga

para a nova, que conta com discos extremamente rápidos, impactando positivamente o acesso aos dados.

ATUALIZAÇÃO DAS VERSÕES DOS SGBDS

Procedimento técnico que visa a agregar maior segurança, resiliência e performance aos Sistemas Gerenciadores de Banco de Dados, a partir da atualização à última versão homologada pelos fabricantes.

SEGURANÇA E SISTEMAS BÁSICOS

INSTALAÇÃO DO NOVO STORAGE ALL FLASH DORADO6000 V3

Procedimento técnico para dar maior capacidade de armazenamento e performance no acesso às informações utilizadas pelos sistemas judiciais, administrativos e arrecadadores.

CONFIGURAÇÃO DAS NOVAS BLADES LENOVO

Aumento da capacidade de processamento e melhoria de estabilidade e segurança na infraestrutura que atende aos sistemas judiciais, administrativos e arrecadadores.

MIGRAÇÃO DO AMBIENTE VIRTUALIZADO PARA A NOVA INFRAESTRUTURA

Transferência de todos os recursos virtualizados para a nova infraestrutura (de armazenamento e de processamento), beneficiando-se dos atributos de capacidade

e desempenho dela.

ATUALIZAÇÃO DE VERSÃO DE SOLUÇÃO DE CONTAINERIZAÇÃO

Melhoria operacional da solução tecnológica para processamento e entrega de infraestrutura em container, paradigma no qual se baseiam os sistemas do TJPA.

COMISSIONAMENTO DE SERVIDORES CIFS E NFS

Melhoria nos controles de acesso aos arquivos de processos e de outras mídias digitais armazenadas nos servidores que usam tecnologias CIFS e NFS, desabilitando os acessos diretos aos Storages, o que garante camadas adicionais de segurança e proteção dos dados.

CONTRATAÇÃO DE CONTAINERIZAÇÃO

Serviços técnicos cujas tecnologias Jboss e Openshift são

capazes de sustentar e evoluir da melhor forma a infraestrutura de aplicações do TJPA, melhorando a qualidade dos serviços tecnológicos e da experiência do público interno e externo.

RENOVAÇÃO DO CONTRATO DE LICENCIAMENTO REDHAT

Continuidade do suporte às soluções Linux RedHat, essenciais à manutenção e segurança da infraestrutura tecnológica do Data-Center.

PROJETO DE PROVA DE CONCEITO (POC) DYNATRACE APM

Validação de novas tecnologias para visibilidade de critérios de performance de aplicação, que focam em análises de ocorrências preditivas em sistemas, no sentido de dirimir falhas de funcionamento e de segurança cibernética.

AQUISIÇÃO DE FERRAMENTA DE APM

Permite que se analise performance e segurança de aplicação, identificando pontos de falha em toda a cadeia de aplicação. Por meio dessas análises é possível melhorar a qualidade das aplicações e aumentar a produtividade.

DESCOMISSONAMENTO DO METROCLUSTER NETAPP

Movimentação de dados brutos entre dispositivos de armazenamento, com foco na reconstrução das estratégias de replicação de dados, o que implicará ainda mais es-

paço de armazenamento disponível para as aplicações menos críticas e salvaguarda de backups.

WORKSHOP SEGURANÇA DE ENDPOINTS MDM, CARBON BLACK E NSX

Conteúdo em torno de tecnologias VMware para a segurança de microcomputadores, combinada com recursos de cibersegurança e de resiliência de ambientes tecnológicos de grande porte.

WORKSHOP DE DEVOPS NO CONTEXTO DO OPENSIFT

Conteúdo afeto à containeri-

zação via Openshift para equipes de desenvolvimento e suporte, abordando o método Integração Contínua e Entrega Contínua (CI / CD), que poderá ser aplicada às práticas da Secretaria de Informática.

ATUALIZAÇÃO DOS SERVIDORES WINDOWS [PREVISTO PARA DEZEMBRO]

Procedimento técnico para aumentar a segurança e evitar falhas conhecidas nos servidores Windows, a partir da atualização deles à última versão homologada pelos fabricantes.

INFRAESTRUTURA DE REDES

PADRONIZAÇÃO DE CONFIGURAÇÃO DOS UTM/ SDWAN

Procedimento técnico para melhorar a experiência do público, tornando a alternância do circuito principal para o circuito de redundante de forma automatizada.

ATIVAÇÃO DE 2 FIBRAS INTERLIGANDO DIRETAMENTE A SEDE AO DATACENTER

Aprimoramento na infraestrutura de comunicação entre os DataCenters do TJPA, entregando alta disponibilidade na rede de fibra óptica própria que atende aos prédios da RMB.

PROJETO MAPA DE CONECTIVIDADE DE TODOS OS PRÉDIOS DO TJPA [100%]

Customizações na ferramenta de IPM da Secretaria de Informática, permitindo maior controle

e documentação de como os ativos de rede que atendem os prédios estão interligados, diminuindo consideravelmente o tempo de recuperação de incidente de rede.

INSTALAÇÃO DA REDE SEM FIO (WI-FI) DA SGP

Instalação e configuração dos dispositivos de rede sem fio fornecidos juntamente com a entrega da obra do prédio da Secretaria de Gestão de Pessoas, promovendo mobilidade ao público.

PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DOS UTM/ SDWAN: FASE 1

Implantação de solução física e lógica que possibilita a conexão simultânea de dois ou mais links de dados nos prédios do TJPA, bem como o uso de recursos de agregação desses links ou ainda migração

automática em caso de indisponibilidade de um dos links.

ATIVAÇÃO DOS LINKS FIBRA E RÁDIO DA PRODEPA

Procedimento técnico para habilitar os circuitos de dados da Prodepa nos prédios do interior, entregando maior conectividade às comarcas atendidas pela operadora.

CONTRATAÇÃO DE CIRCUITOS DE DADOS DE FORNECEDORES COM MAIOR BANDA

Oferta de serviço de internet de baixo custo e de qualidade superior aos circuitos satélites para comarcas do interior, que, combinado aos dispositivos UTM/SDwan implantados, garantem um bom desempenho na conectividade de rede e com a segurança adequada para o TJPA.



DIVULGAÇÃO

► *Secretário de Informática, Diego Leitão, acompanhou a execução do projeto-piloto na Comarca de Salinópolis, com servidores e servidoras da unidade judiciária*

TELECOMUNICAÇÕES



DIVULGAÇÃO

► *Organização de materiais e equipamentos para execução do projeto-piloto na Comarca de Salinópolis*

NOVA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE DADOS E VOZ PARA TELEFONIA MÓVEL

Atendimento às demandas de telefonia móvel no TJPA, especialmente ao atendimento ao público externo via aplicativo WhatsApp.

ADITAMENTO DO CONTRATO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA FIXA

Ainda que com reduzido uso, a manutenção do canal de comunicação de telefonia fixa entre as unidades institucionais é essencial para a prestação jurisdicional.

CONTRATAÇÃO COMPLEMENTAR DE SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL

Considerando que o Pará é atendido por múltiplas operadoras de telefonia móvel, e que o nível de qualidade dos serviços é diferente no território, a contratação complementar atende a municípios com baixa cobertura de sinal da operadora principal, evitando descontinuidade do serviço.



INFRAESTRUTURA

Novas obras ampliam o espaço institucional do Poder Judiciário

Além da conclusão do Anexo I, no prédio sede, mais quatro obras foram entregues na capital e no interior



Cinco obras concluídas, no valor total de 10,1 milhões, entre as quais a construção do Anexo I, do prédio sede, no valor total de R\$ 8,3 milhões. O edifício de dois pavimentos abriga no térreo um auditório com 612 lugares na plateia e até 16 autoridades à mesa, mais dois oradores.

São 346 lugares fixos, espaço para 14 cadeirantes e 252 cadeiras móveis, que podem ser redistribuídas a três salas multiuso, entre outros ambientes.

No andar superior está a Corregedoria-Geral de Justiça do TJPA.

Os 2,2 mil m² de área construída adicionaram mais 30 novas vagas de estacionamento ao TJPA. Reuso da água de chuva e tratamento do esgoto gerado são algumas das medidas ambientais incorporadas à concepção do novo edifício, que atende às condições de acessibilidade.

UPJS

A instalação de três Unidades de Processamento Judicial (UPJ) das Varas Cíveis e Empresariais exigiu adequações no 1º e 2º andares do Fórum Cível de Belém, um investimento de R\$ 750 mil.

ANANINDEUA

A recomposição da estrutura do Bloco III do Fórum de Ananindeua, no valor total de R\$ 85 mil, ajustou a capacidade de carga estrutural aos esforços exigidos pela frequência do público ao local. Os reforços estruturais em espaços pontuais foram definidos a partir de análise técnica e monitoramento das manifestações patológicas do prédio, observadas ao longo de anos naquele espaço público.

MUANÁ

A reforma do Fórum da Comarca de Muaná, no Marajó, foi um investimento de R\$ 710 mil, após o incêndio que destruiu o prédio. A partir da estrutura existente, fez-se um acréscimo para atender às necessidades de um Fórum de Vara Única, cuja área construída hoje é de 294 m².

PRÉDIO

O Prédio das Desembargadoras e Desembargadores foi submetido à pintura interna nas áreas de acesso e circulação, além de recuperação e pintura das passarelas de ligação entre o anexo e o Lauro Sodré. O investimento foi de R\$ 277 mil. O imóvel estava em avançado processo de deterioração, pela exposição ao sol, à chuva e aos fungos.

► Após incêndio que destruiu o prédio, o Fórum de Muaná, no Marajó, foi reconstruído

OBRA DO FÓRUM DE ALTAMIRA FOI RETOMADA

Há um total de R\$ 19,8 milhões em obras em andamento, entre as quais a principal delas foi retomada: a construção do novo Fórum da Comarca de Altamira, em parceria com a Norte Energia S.A, responsável pelo financiamento dos R\$ 19 milhões para a construção da infraestrutura física do prédio. Localizado no quilômetro 4, da BR-230, a Rodovia Transamazônica, a nova edificação, com 3,3 mil m² de área construída e três pavimentos, terá capacidade para 10 varas e um Centro Judiciário de Solução de Conflitos (Cejus).

A obra é feita a partir de um Termo de Cooperação Técnico-Financeira, entre o Tribunal de Justiça do Pará e a empresa Norte Energia S.A.

ACESSIBILIDADE

A Vara de Execução Penal e Medidas Alternativas (VEPMA) está sendo submetida à reforma para adaptar o imóvel às condições de acessibilidade do seu público, o que inclui instalação de plataforma de percurso vertical, construção de banheiros adaptados, entre outras adequações.

ESGOTO

O aumento do público que frequenta prédio-sede causou um colapso no escoamento do sistema de esgoto, o que exige coletas semanais com caminhões limpa-fossa. A construção da nova Estação de Tratamento de Esgoto pretende resolver esse problema e ao mesmo tempo reparar o pavimento do estacionamento próximo à entrada da presidência e da área de circulação de serviços, Deterioradas pelo trânsito de veículos e pela acomodação do solo, elas apresentam piso irregular pelo acúmulo de água da chuva e ausência de blocos intertravados.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ATENDE SERVIÇOS DE ENGENHARIA

Um total de R\$ 5,3 milhões foram investidos para atender a 155 Ordens de Autorização para serviços de manutenção da estrutura existente e pequenas intervenções, por

meio da Ata de Registro de Preços de Manutenção Predial (ARP). Para reduzir custos, acelerar o atendimento e melhorar o controle e o gerenciamento dos serviços, o atendimento

considera uma subdivisão do Estado em pólos, cujos valores e número de Ordens de Autorização emitidas no exercício de 2021 podem ser conferidas na tabela abaixo.

SERVIÇOS DE ENGENHARIA POR POLO MANUTENÇÃO

POLO MANUTENÇÃO	Nº OAS	VALOR (R\$)
BELÉM, ANANINDEUA E ICOARACI	25	R\$ 997.701,12
RMB (EXCETO BELÉM, ANANINDEUA E ICOARACI)	5	R\$ 192.164,40
NORDESTE 1	38	R\$ 1.231.518,99
NORDESTE 2	38	R\$ 1.775.502,30
OESTE	26	R\$ 366.714,83
SUDESTE	23	R\$ 748.779,54
TOTAL	155	R\$ 5.312.381,18

FONTE: SECRETARIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA (SEA)

BELÉM

A Região Metropolitana de Belém recebeu aproximadamente 1,3 milhão de reais dos recursos destinados a serviços de engenharia ou

em execução por meio da Ata de Manutenção Predial, dos quais Belém recebeu o maior valor, 978 mil reais, devido ao grande número de

prédios na capital. A tabela abaixo separa os serviços na Região Metropolitana de Belém e os realizados nas Comarcas do Interior.

SERVIÇOS DE ENGENHARIA – REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM

LOCALIDADE	VALOR (R\$)
ANANINDEUA	R\$ 181.956,55
BENEVIDES	R\$ 47.878,33
BELÉM	R\$ 815.744,57
SANTA IZABEL DO PARÁ	R\$ 141.921,93
TOTAL	R\$ 1.187.501,38

FONTE: SECRETARIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA (SEA)



ÉRIKA NUNES

Desa. Celía Pinheiro ao lado do Des. Leonardo de Noronha Tavares durante inauguração do Anexo I do Judiciário

INTERIOR

Foram destinados aproximadamente 4,1 milhões de reais em serviços de engenharia realizados e/ou em execução em 70 Comarcas do interior.

SERVIÇOS DE ENGENHARIA – INTERIOR

LOCALIDADE	VALOR (R\$)	LOCALIDADE	VALOR (R\$)
ABAETETUBA	R\$ 35.240,31	BUJARU	R\$ 128.324,74
ACARÁ	R\$ 2.324,76	CACHOEIRA DO ARARI	R\$ 211.586,57
AFUÁ	R\$ 67.964,05	CAMETÁ	R\$ 99.402,75
ALENQUER	R\$ 15.079,93	CANAÃ DOS CARAJÁS	R\$ 62.334,04
ALMEIRIM	R\$ 89.556,78	CAPANEMA	R\$ 38.971,90
ALTAMIRA	R\$ 5.479,69	CAPITÃO POÇO	R\$ 18.351,79
ANAPU	R\$ 45.585,19	CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	R\$ 49.492,61
BAGRE	R\$ 52.397,85	CURUÇÁ	R\$ 91.860,27
BAIÃO	R\$ 46.777,15	CURRALINHO	R\$ 121.071,77
BARCARENA	R\$ 52.864,71	DOM ELISEU	R\$ 60.000,00
BONITO	R\$ 191.439,65	ELDORADO DOS CARAJÁS	R\$ 40.000,00
BRAGANÇA	R\$ 134.947,52	GARRAFÃO DO NORTE	R\$ 179.446,10
BREU BRANCO	R\$ 2.597,84	GOIANÉSIA DO PARÁ	R\$ 12.571,52

FONTE: SECRETARIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA (SEA)



▶ A obra do Fórum de Altamira, em parceria com a Norte Energia S/A, já foi retomada e está em andamento

LOCALIDADE	VALOR (R\$)	LOCALIDADE	VALOR (R\$)
GURUPÁ	R\$ 71.596,99	PRIMAVERA	R\$ 45.000,00
INHANGAPI	R\$ 21.110,94	SALINÓPOLIS	R\$ 79.372,63
IPIXUNA DO PARÁ	R\$ 2.263,33	SALVATERRA	R\$ 11.630,83
ITAITUBA	R\$ 43.860,39	SANTA MARIA DO PARÁ	R\$ 95.000,00
JACAREACANGA	R\$ 32.500,00	SANTARÉM	R\$ 26.479,76
JACUNDÁ	R\$ 70.000,00	SANTARÉM NOVO	R\$ 139.081,46
MÃE DO RIO	R\$ 39.770,21	SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ	R\$ 3.335,54
MARABÁ	R\$ 48.947,87	SÃO CAETANO DE ODIVELAS	R\$ 68.270,17
MARACANÃ	R\$ 232.248,51	SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA	R\$ 1.397,92
MARAPANIM	R\$ 72.000,00	SÃO DOMINGOS DO CAPIM	R\$ 33.249,39
MEDICILÂNDIA	R\$ 9.140,28	SÃO FRANCISCO DO PARÁ	R\$ 55.000,00
MOCAJUBA	R\$ 49.383,20	SÃO JOÃO DO ARAGUAIA	R\$ 45.000,00
NOVA TIMBOTEUA	R\$ 28.403,83	RIO MARIA	R\$ 50.000,00
ÓBIDOS	R\$ 9.663,24	SOURE	R\$ 3.003,74
ORIXIMINÁ	R\$ 1.777,03	TAILÂNDIA	R\$ 2.753,39
OURÉM	R\$ 151.266,73	TOMÉ-AÇU	R\$ 20.395,56
PACAJÁ	R\$ 56.662,55	TUCURUÍ	R\$ 55.322,80
PARAGOMINAS	R\$ 48.949,20	ULIANÓPOLIS	R\$ 15.751,17
PARAUPEBAS	R\$ 124.933,48	VIGIA	R\$ 135.422,37
PEIXE-BOI	R\$ 2.017,67	VITÓRIA DO XINGU	R\$ 8.298,64
PORTEL	R\$ 47.772,54	XINGUARA	R\$ 81.180,33
PORTO DE MOZ	R\$ 40.000,00		
PRAINHA	R\$ 84.879,09	TOTAL	R\$ 4.119.762,27

FONTE: SECRETARIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA (SEA)

FORAM INVESTIDOS R\$ 5,3 MILHÕES EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E PEQUENAS INTERVENÇÕES, POR MEIO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL (ARP)

MANUTENÇÃO

A manutenção de equipamentos e instalações exigiu pouco mais de R\$ 3 milhões em investimentos, num total de 30 contratos, conforme mostra a tabela abaixo:

GRUPO	Nº CONTRATOS	VALOR (R\$)
INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	8	R\$ 871.884,92
INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS	2	R\$ 214.305,00
PLATAFORMAS E ELEVADORES	9	R\$ 567.658,86
SEGURANÇA	2	R\$ 463.200,00
SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO	9	R\$ 955.313,02
TOTAL	30	R\$ 3.072.361,80

FONTE: SECRETARIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA (SEA)

MAIS SETE SALAS DE DEPOIMENTO ESPECIAL FORAM INSTALADAS

Foram instaladas salas de depoimento especial em mais sete Comarcas do interior - Bragança, Marituba, Benevides, Santa Izabel do Pará, Óbidos, Conceição do Araguaia e Irituia - atendendo ao processo de expansão do número de salas com estrutura e funcionamento adequado

ao emprego das técnicas de entrevista investigativa, garantindo ambiente acolhedor, conforto e privacidade na coleta do depoimento das vítimas. A Secretaria de Engenharia elabora projetos e executa serviços de engenharia para adequar o espaço físico da unidade a essas exigências.

EM ANDAMENTO

Entre os projetos em andamento estão a construção do Anexo do Fórum de Marituba, o novo Fórum da Comarca de Concórdia do Pará e o Anexo do Fórum de Castanhal.



**SERVIÇO
JURISDICIONAL**

Casa de Justiça aproxima a comunidade do Judiciário

Projeto Pai Presente assegura o reconhecimento voluntário de paternidade e solução adequada de conflitos



RICARDO LIMA

► Casa de Justiça e Cidadania faz exame de DNA para reconhecimento de paternidade e ajuda na resolução negociada de conflitos

A Casa de Justiça e Cidadania garante atendimento aos direitos fundamentais dos cidadãos e cidadãs de forma célere e gratuita, na forma de reconhecimento voluntário de paternidade biológica, por meio do projeto Pai Presente, além de exames de DNA e orientação jurídica, via acordo de cooperação técnica com as universidades Fabel e Cesupa. O trabalho da Casa de Justiça e Cidadania aproxima a comunidade paraense da Justiça ao garantir cidadania por meio da solução adequada de conflitos.

Entre janeiro e outubro de 2021, excetuando-se o período de

lockdown e expediente interno, o projeto Pai Presente formalizou oito reconhecimentos voluntários de paternidade, vinte reconhecimentos voluntários de paternidade carcerária, 81 orientações jurídicas presenciais e aproximadamente 123 orientações jurídicas por telefone, além de oito visitas aos centros penitenciários, durante as quais foram coletadas 11 assinaturas em termos de reconhecimento de paternidade e ainda se aguarda a autorização da Secretaria de Administração Penitenciária (Seap) para a coleta de mais sete assinaturas. Durante a pandemia de covid-19 foi interrompida a coleta para exame de DNA.

O TRABALHO DA CASA DE JUSTIÇA E CIDADANIA APROXIMA A COMUNIDADE PARAENSE DA JUSTIÇA AO GARANTIR CIDADANIA POR MEIO DA SOLUÇÃO ADEQUADA DE CONFLITOS

► Des. Célia Pinheiro em visita à Casa de Justiça e Cidadania, no bairro da Pedreira, em Belém.



ÉRIKA NUNES

JUIZADOS ESPECIAIS

Juizado em Dia torna Justiça mais acessível, célere e eficaz

Projeto consiste em três ações voltadas a atender às demandas da sociedade civil por direitos e cidadania



ÉRIKA NUNES

► *Desa. Maria de Nazaré Gouveia coordena os Juizados Especiais do Judiciário paraense*

Atender às demandas da sociedade civil e reconhecer direitos para o exercício pleno da cidadania, norteando suas ações pelo conceito de que a Justiça deve chegar a todos os rincões do Estado e a atividade jurisdicional deve-se amoldar aos novos tempos e gerar um mecanismo mais célere e satisfatório para o

cumprimento dessa missão.

A ação denominada Gabinete Virtual prolatou 2.281 sentenças, até junho de 2021, em seis unidades do Judiciário. Junto com as ações "Secretaria Virtual" e as "Jornadas de Conciliação, Instrução e Julgamento", o "Gabinete Virtual" integra o projeto Juizado em Dia, cujo objetivo é contribuir para mudar o

paradigma na atuação jurisdicional e atender aos anseios da sociedade por justiça acessível, célere e eficaz. O projeto acelera a prolação de sentenças, execuções dos atos de secretaria e promove audiências de instrução e julgamento. A ação está associada às metas do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

ANO	AÇÃO	NÚMERO DE UNIDADES ATENDIDAS	RECURSOS HUMANOS	RESULTADO
2021	GABINETE VIRTUAL	6	8	2.281 sentenças prolatadas

FONTE: COORDENADORIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS

O projeto Jornada de Conciliação, Instrução e Julgamento promoveu 674 sessões até outubro de 2021, com o objetivo de agilizar o cumprimento das metas do CNJ e reduzir o tempo de tramitação dos processos sob o rito da Lei 9.099/95. As audiências foram realizadas por meio de videoconferência

COMARCAS	PERÍODO	PROCEDIMENTOS REALIZADOS
BAIÃO	14 a 17/06/2021	Audiências Cíveis Realizadas: 140 Acordos: 1 Sem Acordo: 62 Ausências: 77
5º JEC	21 a 24/06/2021	Audiências Realizadas: 96 Acordo: 07 Sem Acordo: 56 Ausências: 32 Redesignada: 01
SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ	12 a 16/07/2021	Audiências Realizadas: 48 Acordo: 09 Sem Acordo: 09 Ausências: 30
MONTE ALEGRE	09 a 12/08/2021	Audiências Realizadas: 144 Acordo: 12 Sem Acordo: 98 Ausências: 34
CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	23 a 26/08/2021	Audiências Realizadas: 144 Acordo: 23 Sem Acordo: 103 Ausências: 18
IGARAPÉ MIRI	04 a 07/10/2021	Audiências Realizadas: 37 Acordo: 13 Sem Acordo: 03 Ausências: 21
NOVO PROGRESSO	26 a 17/10/2021	Audiências Realizadas: 65 Acordo: 04 Sem Acordo: 17 Ausências: 43 Desistência: 1

FONTE: COORDENADORIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS

CONSENSO

Nupemec promove a conciliação para solucionar e pacificar conflitos

O objetivo é garantir mais celeridade à aplicação da Justiça e reduzir a judicialização de contendas

O Núcleo Permanente de Solução de Conflitos e Cidadania do Tribunal de Justiça do Pará (Nupemec) atua na prevenção de litígios e adoção de soluções consensuais para os conflitos, na garantia de direitos fundamentais, no fortalecimento da relação do Judiciário com a sociedade e na agilidade e produtividade à prestação jurisdicional.

De 7 a 11 de junho, a V Semana Estadual de Conciliação mobilizou 158 unidades na capital e interior do Estado, atendendo 7.129 pessoas. Das 5,7 mil audiências designadas – 2,9 mil virtuais e 2,8 mil presenciais – foram realizadas 4,8 mil – 2,4 mil virtuais e 2,4 mil presenciais. Foram homologados 1,6 mil acordos – 699 virtuais e 932 presenciais. O valor médio por acordo homologado foi de R\$ 2,9 mil. A proporção foi de 84% de audiências realizadas e 34% de acordos homologados. Houve mais

209 ações de cidadania – 79 virtuais e 130 presenciais.

A abertura foi feita em parceria com a EJPA, no Webinário sobre “Métodos Autocompositivos em Tempos de Pandemia: O Futuro da Justiça Consensual”, com a participação do Ministério Público, Defensoria Pública, Procuradoria Geral do Estado (PGE) e OAB. A pauta de conciliação em parceria com a PGE teve 110 processos atendidos e 47 acordos e o mutirão sistêmico atendeu a 30 casais.

O encerramento foi com o 1º Casamento Comunitário Virtual, celebrado em 12 de junho, Dia dos Namorados, em parceria com o Cartório do 2º Ofício de Registro Civil – Guedes de Oliveira.

CURSOS

O Nupemec também promoveu os seguintes cursos e workshops:



ÉRIKA NUNES

► *Desa. Célia Regina Pinheiro, entre a Desa. Dahil Paraense, coordenadora do Nupemec, e a juíza Ana Lúcia Lynch, à esq., além das juízas Antonieta Ferrari Miléo, Ana Patrícia Nunes e Cristina Collyer, à dir., durante o casamento comunitário no Anexo I do TJPA*

De tratamento adequado de conflitos e interesses, de conciliação e mediação judicial, gestão de Cejuscs e PJE.

2º GRAU

O Programa de Conciliação no 2º Grau teve 130 processos designados e 130 audiências realizadas

JORNADAS

Promoção de Jornadas de Conciliação e Mediação, em parceria com a Coordenadoria dos Juizados Especiais e as Comarcas do Acará, Baião, Igarapé-Miri, Monte Alegre, Novo Progresso, Ourilândia do Norte, Santo Antônio do Tauá, São Caetano de Odivelas, São Félix do Xingu, São Miguel do Guamã, Conceição do Araguaia.

Comarcas da Capital: 5º Juizado Especial Cível.



ÉRIKA NUNES

Casais selaram a união no encerramento da Semana Nacional de Conciliação no Pará

CARAVANAS

Realização de caravanas de mediação judicial em apoio às unidades do Interior

Comarca de Tailândia

Período: 14 a 17 de setembro

- Processos: **48**
- Audiências designadas: **48**
- Audiências realizadas: **21**
- Acordos: **17**

Comarca de Altamira

Período: 18 a 22 de outubro

- Processos: **23**
- Acordos: **10**

Comarca de São Félix do Xingu

Período: 08 a 12 de novembro

- Processos: **84** processos

Plataforma Consumidor.gov.br

● Reclamações finalizadas:

15.028

● Índice médio de solução:

79,09%

Cejusc Virtual

● Audiências realizadas: **1.093**

● Acordos: **2.243**

● Índice de resolatividade: **205**

CONCILIAÇÃO

A XVI Semana Nacional de Conciliação, realizada de 8 a 12 de novembro, foi aberta com o webinário “As soluções não adversariais em matérias de Saúde”, com participantes do Ministério Público, Defensoria Pública, PGE, OAB e Belém. Foram realizadas audiências de conciliação e mediação em todas as Comarcas do Pará, nos 1º e 2º Graus de jurisdição, com 4.636 audiências agendadas em 108 unidades judiciárias do Estado. No encerramento

da Semana, no dia 12, foi realizado um casamento comunitário presencial, com 42 casais.

GRANDES LITIGANTES

Em 31 de agosto, o Nupemec promoveu reunião com os grandes litigantes privados, com base na lista de 30 maiores litigantes do Judiciário paraense, definida pelo Núcleo de Monitoramento do Perfil de Demandas (Numopede). Foi apre-

sentada a política de pacificação social no Pará, sua estrutura funcional, a partir da gestão do Nupemec e da execução pelos Cejuscs. Também foram apresentadas ações institucionalizadas para a resolução de demandas, judiciais e extrajudiciais, entre as quais as semanas estaduais e nacionais de Conciliação, os mutirões e pautas concentradas de demandas processuais e pré-processuais realizados pelos Cejuscs e ações de cidadania.

PAUTA CONCENTRADA

Pauta concentrada presencial em demandas de Saúde

● Processos: **50**

Dia: 09 de novembro

IMPLANTAÇÃO DE CEJUSCS

Tratativas para Instalação de Postos Avançados de Cejusc

● Comarca de Ananindeua Com a Empresa SICREDI

Tratativas para instalação de CEJUSC

Em parceria com a Assembleia Legislativa do Pará Em parceria com a Defensoria Pública

● Cejusc Empresarial (Recomendação 71, CNJ)
● Cejusc Saúde (Recomendação 100, CNJ)

OUTRAS QUESTÕES

- Regulamentação da Remuneração de Conciliadores e Mediadores Judiciais do Estado do Pará.
- Proposta de padronização de funcionamento dos Cejusc.
- Parceria com o Ministério Público para atuação nas sessões de conciliação e mediação, realizadas nos Cejusc e no Programa de Conciliação e Mediação do 2º Grau.
- Parceria com a Defensoria Pública e o Ministério Público para realização de Dinâmicas de Sensibilização Sistemática.



ÉRIKA NUNES

1º CEJUSC

Mantém pautas diárias de mediações e conciliações e nas semanas estaduais e nacionais de Conciliação, nas modalidades presencial e virtual (através da Plataforma TEAMS) com o percentual de 68,6% de acordos realizados em processos das sete Varas de Família da capital. Em parceria com a Defensoria Pública, o Cejusc recebeu também 112 acordos de demandas pré-processuais para sentenças homologatórias pelo juiz coordenador. Os atendimentos são feitos de forma presencial ou virtual e ainda pelo Balcão Virtual e aplicativo WhatsApp. O Cejusc conta com 18 mediadores.

2º CEJUSC

Realizou 208 sessões presenciais, 152 das quais obtiveram êxito

na conciliação e 56 terminaram sem acordo; as 54 sessões virtuais realizadas terminaram em acordos. As supervisoras fizeram cursos de aprimoramento nas escolas judiciais do Pará, Tocantins e Minas Gerais e na Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam). A coordenadora participou do curso da Enfam sobre gestão do Cejusc. O projeto de implantação de sessões virtuais de mediação ampliará o público-alvo.

3º CEJUSC

Palestras para alunos e alunas no Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ) da UNIFAMAZ para apresentar o Cejusc, os métodos de resolução adequada dos conflitos e a política de pacificação; atendimento às demandas espontâneas enviadas pelo NPJ

e Defensoria Pública e designação das mediações e conciliações; recebimento das demandas distribuídas pelo Central de Atermação e Distribuição (CAD); realização da pauta do projeto Linha Direta, da Equatorial, em convênio com o Cejusc/UNIFAMAZ; realização da pauta processual da 1ª Vara do Juizado Cível; pauta processual de ações de cobrança de condomínio; realização da Semana Nacional de Conciliação.

5º CEJUSC

Promove sessões de conciliação e mediação pré-processuais demandadas pela Central de Atermação e Distribuição, por solicitações virtuais via e-mail, enviadas pelo Nupemec, e por demandas espontâneas. Foram realizadas

► O Nupemec conduz a política de soluções alternativas de conflito do Judiciário paraense e estimula a conciliação

também jornadas de conciliação em parceria com as comarcas de Baião, Santo Antônio do Tauá, Igarapé-Miri, Monte Alegre, Conceição do Araguaia e 5 Juizados Especiais, e, também, no projeto Linha Direta, em parceria com a Equatorial, conciliando demandas contra a empresa. Houve conciliações em parceria com a Procuradoria Geral do Estado nos processos envolvendo Igeprev e piso salarial, bem como jornadas com as comarcas de Ananindeua, Novo Progresso, Abaetetuba, Acará, Oriximiná e São Caetano de Odivelas.

6º CEJUSC

Houve treinamentos de ma-

nuseio do Microsoft Teams para as sessões virtuais; de manuseio dos sistemas de gestão eletrônica de processos (PJe), nas especificidades relacionadas ao Cejusc, e de atendimento ao público, além da formação de bancos de dados de audiências virtuais para facilitar a identificação das demandas. Foi feita também pesquisa de satisfação entre participantes das sessões virtuais e presenciais. Realização de cinco pautas concentradas em mediação, quatro das quais presenciais e uma virtual, de processos da 5ª Vara de Família da Capital, com 65 sessões designadas, 36 sessões realizadas e 26 acordos; pauta concentrada em mediação virtual de 48 processos da 2ª

Vara da Comarca de Tailândia, com 21 sessões e 17 acordos; sessões de mediação/conciliação pré-processuais; atendimento de clientela do NPJ da Faculdade de Belém - FABEL, com sessões de mediação pré-processuais; recebimento de processos judiciais enviados por juízes e juízas para tentativa de mediação/conciliação; projeto "Contas em Dia", que possibilita às pessoas superendividadas a negociação de suas dívidas. Aplicação do projeto "Justiça sem descartáveis" para o público interno durante as pautas concentradas presenciais, com a disponibilização de copos plásticos reutilizáveis nas sessões, a serem devolvidos ao final para higienização e posterior utilização.

7º CEJUSC

Atende às demandas pré-processuais do público na unidade, via telefone/WhatsApp ou as enviadas pela Central de Atermação. Parcerias permitem a atuação de mediadores e mediadoras em demandas processuais na 2ª, 4ª e 5ª Varas de Família de Belém, bem como em demandas no 2º Grau, no gabinete da Desembargadora Rosileide Maria da Costa Cunha. Atua também na auto-composição que envolve o acampamento Terra Cabana e as ocupações Nelson Mandela, em Benevides/PA, em casos já judicializados, na busca por uma solução consensual para a garantia dos direitos humanos das mais de 200 famílias residentes no local do conflito. Entre 29 de setembro e 1º de outubro, promoveu curso de formação em Conferência Vítima-Ofensor, como parte da estratégia de implantação da Justiça Restaurativa, contando com a formação dos servidores e servidoras que atuam no Cejusc, na Coordenação da Justiça Restaurativa e de um grupo de mediadoras e mediadores voluntários, em parceria com a Coordenação da Justiça Restaurativa e a direção do curso de Direito da Universidade Federal do Pará (UFPA) e com o Prof. Dr. Nilson Medeiros, da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa).

1º CEJUSC DE ANANINDEUA

Foi feito mutirão de conciliação com percentual de 100% de acordos, totalizando R\$ 108.441,08 em valores acordados. Das 11 sessões agendadas, 8 foram realizadas e 8 acordos homologados. Participaram

6 mediadores e mediadoras e 1 instrutora judicial; pauta concentrada durante a Semana Estadual de Conciliação teve 80% de acordos; certificação de 10 mediadores e mediadoras após estágio supervisionado; acompanhamento de turma com 4 alunos e alunas em fase de certificação; audiências 100% on line no setor processual; adaptação de uma sala no setor pré-processual, como brinquedoteca, para acolher crianças que acompanham jurisdicionadas e jurisdicionados. O Cejusc agendou 802 sessões, 543 das quais foram realizadas, com 495 acordos, um percentual de 91% de resolutividade. Foram atendidas 1.642 pessoas; foram feitas seis sessões diárias durante a Semana Nacional de Conciliação, entre 8 e 12 de novembro.

1º CEJUSC DE SANTARÉM

Promove sessões de mediação e conciliação mensalmente, na modalidade virtual, utilizando a plataforma TEAMS. Acordo de Cooperação Técnica com a Cooperativa de Crédito – Sicredi Norte MT/PA, vai garantir mutirões de conciliação na área pré-processual e processual, assim como a perspectiva de formalização da parceria com a mesma entidade de um posto avançado de Soluções de Conflitos – PASC. Duas servidoras do Cejusc fazem a atualização/capacitação no curso de Formação de Mediadores e Conciliadores Judiciais.

1º CEJUSC DE MARABÁ

Foi feita a distribuição de folders

informativos impressos e entrevista às emissoras locais pela magistrada coordenadora; palestra na Faculdade Carajás aos alunos de Direito, para esclarecer sobre o funcionamento do Cejusc; pesquisa de satisfação com participantes das sessões virtuais e presenciais e treinamentos no manuseio do Microsoft Teams; dos sistemas de gestão eletrônica de processos (PJe), nas especificidades relacionadas ao Cejusc, e de atendimento ao público, além da formação de bancos de dados de audiências virtuais para facilitar a identificação



DIVULGAÇÃO

► Cejuscs garantem agilidade e produtividade à prestação jurisdicional

das demandas, dar pronta resposta a advogados, advogadas e partes e constituir estatística mensal. Foram feitas sessões de mediação para processos da 1ª e 2ª Varas Cíveis e 1º Juizado Especial Cível da Comarca de Marabá; sessões de mediação pré-processuais; atendimento à clientela do NPJ da Faculdade Carajás, com sessões de mediação pré-processuais; recebimento de acordos extrajudiciais do Procon, para homologação, e homologação de acordos extrajudiciais de demandantes constantes, a exemplo do Residencial Cidade Jar-

dim. Houve participação em curso de formação em Justiça restaurativa e a equipe de servidores e servidoras do Cejusc participa de formação em mediação e conciliação.

1º CEJUSC DE PARAUPEBAS

Promove sessões de mediação e conciliação por meio virtual pelo menos três vezes por semana e sessões presenciais em situações pontuais, para garantir o acesso à clientela. Foram 269 sessões no

exercício; 11 alunos e alunas do curso de Formação de Mediadores, Mediadoras, Conciliadores e Conciliadoras Judiciais encerraram o estágio supervisionado e estão em fase de certificação, incluindo duas servidoras da unidade; o atendimento online disponibilizado à clientela facilitou o agendamento de demandas por e-mail, sem a necessidade de comparecimento na unidade. Por meio do WhatsApp são fornecidas informações sobre a documentação necessária à abertura de procedimento pré-processual e orientação



ÉRIKA NUNES

► Cejusc promovem audiências de conciliação de modo virtual para garantir direito aos jurisdicionados

jurídica; o atendimento extrapola os residentes na Comarca e inclui o público dos municípios de Canaã dos Carajás, Xinguara, Curionópolis, Eldorado dos Carajás e Marabá; o contato direto com grandes empresas da região responsáveis pela comercialização de imóveis busca solucionar renegociações de dívidas e contribuir para que haja uma menor judicialização dos conflitos; atuação em audiências de conciliação de processos oriundos da 3ª Vara Cível e Empresarial de Parauapebas; na Semana Nacional da Conciliação, atuou em demandas processuais de grandes litigantes enviadas pelo Nupemec e em demandas pré-processuais, especialmente em casos de renegociação de débitos.

1º CEJUSC DE PARAGOMINAS

Realização de audiências diárias de mediação e conciliação, inclusive na modalidade virtual, bem como atendimento, agendamento e homologação dos acordos. A Defensoria faz uma triagem para analisar os casos passíveis de acordo pré-processual, encaminhando as partes ao Cejusc para designação de audiência de mediação e conciliação; atendimento às demandas do Cejusc Virtual e de escritórios de advocacia, que promovem a mediação de demandas e as enviam ao Cejusc para homologação. As audiências de conciliação processuais são feitas com ações distribuídas pela 1ª e 2ª Varas Cíveis e Empresarial da Co-

marca; durante as semanas estadual e nacional de conciliação, há mutirões processuais e pré-processuais; acompanhamento de mediadores, mediadoras, conciliadores e conciliadoras em formação, até a etapa de certificação, com a ajuda da equipe de instrutores e instrutoras designada pelo Nupemec.

1º CEJUSC DE MARITUBA

Atende a demandas pré-processuais e a demandas processuais das Varas Cíveis de Marituba. Reuniões têm sido feitas para ampliar a atuação do Cejusc, que trabalha com reconhecimento de paternidade e realização de DNA no pré-processual; retificação de registros de pessoas

não possam comparecer presencialmente e mediadores, mediadoras, conciliadores e conciliadoras; Cejusc implementou o pré-processual 100% PJe; regularização e acordos com as Varas para obtenção do selo 100% PJe; atendimento ao público presencial ou através do balcão de atendimento virtual via whatsapp exclusivo ou por meio da plataforma Microsoft Teams; formação de bancos de dados, através do cadastro do PJe, de audiências presenciais e virtuais para facilitar a identificação das demandas. O Cejusc também aprimora e incentiva a realização de mutirões temáticos e diagnóstica e mapeia as demandas repetitivas dos grandes litigantes. O secretário e as estagiárias do Cejusc estão em processo de formação no curso de mediação e conciliação e o magistrado coordenador e servidora municipal, que é mediadora judicial reconhecida pelo CNJ, fazem curso de atualização em justiça restaurativa.

1º CEJUSC DE ABAETETUBA

Faz audiências presenciais e virtuais, atendendo a demandas processuais da 1ª e 2ª Varas Cíveis de Abaetetuba e pré-processuais da Defensoria Pública, além de

atendimentos diretos. O percentual de acordos realizados está em torno de 44%, tanto em demandas pré-processuais quanto processuais. Há 24 conciliadores, conciliadoras, mediadoras e mediadores em formação, no curso da Escola Judicial do Poder Judiciário do Pará. Essa primeira turma de alunos e alunas proporcionou um aumento da quantidade de audiências. Dos alunos e alunas, 21 estão na fase de co-mediação e 3 na fase de observação, e contribuem muito para a implantação e desenvolvimento das atividades. Para os próximos anos, a meta é aumentar o corpo de conciliadores, conciliadoras, mediadoras e mediadores judiciais, por meio de divulgação para atrair mais pessoas aos cursos de formação ministrados pelo Nupemec.

Outro objetivo é ampliar a divulgação das atividades nos meios informativos do município, para atrair maior atendimento de demanda pré-processual. A busca por novas parcerias com outras instituições de ensino do município visa à expansão do funcionamento, com a possível criação de um posto avançado, proporcionando assim maior oferta de atendimento à população.

INTERMEDIACÃO

Ouvidoria Agrária estimula o diálogo para solucionar conflitos fundiários

Comissões cuidam da mediação de conflitos e do combate à grilagem de terras no Estado



ÉRIKA NUNES

A Ouvidoria Agrária atua para solucionar conflitos fundiários e estimula a sociedade a resolver conflitos direta ou indiretamente ligados ao ambiente e às relações sociais no meio rural.

A Ouvidoria conta com duas comissões com expertise em questões fundiárias, cujas missões são manter a paz do campo e as garantias dos direitos fundamentais e coibir ações fraudulentas.

A Comissão de Mediação de Conflitos Fundiários (CMCF) intermedeia disputas de interesses possessórios em busca de soluções consensuais em torno da ocupação da terra. Em 2021, houve avanços sobretudo nas ações operacionais de reintegrações de posse, entre os quais se destacam:

- O Ouvidor Agrário acompanhará as operações de reintegração de

posse executadas pela Polícia Militar, conforme acordo firmado com o comando da PM.

- Mediação para a saída pacífica das famílias que ocupavam o imóvel denominado Parque das Palmeiras.

- Reunião com o Conselho Nacional dos Direitos Humanos para tratar de soluções e medidas preventivas em situações de conflitos coletivos fundiários, pelo uso, posse ou propriedade de imóvel urbano ou rural, no contexto da pandemia de covid-19.

A Comissão de Monitoramento, Estudo e Assessoramento das Questões Ligadas à Grilagem (CP-MEAQLG) atua na prevenção dos conflitos fundiários, promove estudos e propõe medidas aos poderes constituídos para o ordenamento fundiário de grandes áreas rurais.

Em 2021, os principais temas tratados foram:

- Projeto Sig Fundiário para digitalizar e sistematizar as informações do acervo fundiário dos cartórios de registros de imóveis e das autarquias fundiárias para serem utilizados exclusivamente pelos parceiros do projeto, entre os quais as promotorias de Justiça Agrária e demais instituições integradas ao projeto após a aprovação da comissão gestora
- O Grupo de Trabalho do Marajó estuda o ordenamento territorial e a regularização fundiária daquela região, cuja discussão foi fomentada pela palestra intitulada "Títulos de Terra no Marajó e Demarcação de Terreno de Marinha".
- Esclarecimentos da Corregedoria

► Galeria dos Ouvidores Agrários do TIPA é encabeçada pelo Des. Otávio Marcelino Maciel

Geral de Justiça sobre o Provimento Conjunto nº 004/2021-CJCI-CJRM e Procedimentos de Requalificação de Matrículas Imobiliárias, bem como de Cancelamento de

Matrículas de Imóveis Rurais. ● Apresentação da proposta de Sistema de Controle de Matrículas pela Corregedoria Geral de Justiça, para estudo dos membros e

consolidação de informações. ● Apresentação do Sistema de Informações Fundiárias (Sicarf), desenvolvido pelo Instituto de Terras do Pará (Iterpa).

VARAS AGRÁRIAS E JUIZADOS ESPECIAIS

As Varas Agrárias e Juizados Especiais mantêm diálogo direto com a Ouvidoria nas reuniões das

comissões, propondo soluções e alternativas para as contendas agrárias em suas áreas de jurisdic-

ção, nos municípios de Castanhal, Altamira, Marabá, Redenção e Santarém.

CASAMENTO COMUNITÁRIO

O projeto Casamento Comunitário promove a qualidade de vida e a seguridade de direitos às famílias do campo. A iniciativa viabiliza às de baixo poder aquisitivo a possibilida-

de de regularizar títulos de terra, enquanto moradia e/ou fonte de renda, considerando-se o casamento como um dos seus pré-requisitos. A realização deste projeto deve-se à

necessidade de regularizar o estado civil dos casais, que vivem maritalmente ou não, para fins de garantia dos direitos patrimoniais, sucessórios e previdenciários.

Comissão atua para garantir mais eficiência à governança judiciária

Processos analisados e enviados à deliberação do Pleno deram origem a 17 resoluções, um anteprojeto e uma emenda regimental

A Comissão Permanente de Organização Judiciária, Regimento, Assuntos Administrativos e Legislativos (COJ) compete opinar e votar sobre todos os assuntos relativos à organização judiciária e aos serviços auxiliares da Justiça de primeiro e segundo grau.

À comissão também compete submeter textos ao Tribunal Pleno após a aprovação de seus membros, além de propor alterações de ordem legislativa ou de atos normativos do próprio Poder Judiciário; controlar e acompanhar projetos enviados à Assembleia Legislativa, emitir parecer sobre proposta de alteração do Regimento Interno e manter atualizado seu texto, de acordo com alterações

decorrentes de emendas.

Até outubro de 2021 houve sete reuniões ordinárias e duas extraordinárias, nas quais foram analisadas 19 propostas de atos normativos.

Entre 3 de março e 20 de outubro, a COJ recebeu 30 processos administrativos, 19 dos quais foram analisados, sete estão em estudo, três foram arquivados por determinação da Presidência e um foi devolvido para adequações.

Os 19 processos analisados foram enviados ao Pleno e deram origem a 17 resoluções, um anteprojeto de Lei e uma Emenda Regimental, conforme demonstrativo a seguir:

1. Altera a regulamentação do plano judiciário em 1º e 2º graus.

2. Dispõe sobre a criação e o funcionamento do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e de Ações Coletivas (Nugepnac) e da respectiva Comissão Gestora.

3. Dispõe sobre a criação do Centro de Inteligência da Justiça Estadual do Pará (Cijepa).

4. Reconfigura o Núcleo de Cooperação Judiciária e define os parâmetros de designação e atuação dos juízes de cooperação, em conformidade com as diretrizes do CNJ para os procedimentos de cooperação judiciária nacional.

5. Dispõe sobre o Planejamento e Gestão Estratégica no âmbito do Poder Judiciário do Pará para o sexênio 2021-2026.

DE 30 PROCESSOS ADMINISTRATIVOS RECEBIDOS, 19 FORAM ANALISADOS, SETE ESTÃO EM ESTUDO, TRÊS FORAM ARQUIVADOS E UM FOI DEVOLVIDO PARA ADEQUAÇÕES

6. Redefine competência das Varas da Fazenda Pública da Capital.

7. Institui a Política de Preservação de Documentação Digital do Poder Judiciário do Pará.

8. Institui a política de Gestão da Memória do Poder Judiciário do Pará.

9. Dispõe sobre a Central de Comunicação Interna e de Apoio à Magistratura.

10. Regulamenta a publicação dos atos através do Diário de Justiça Eletrônico Nacional (DJEN).

11. Institui a Política de Gestão Documental do Poder Judiciário do Pará.

12. Altera a regulamentação de julgamento de processos no 2º

grau do Tribunal de Justiça do Pará por meio eletrônico, utilizando a ferramenta do Plenário Virtual.

13. Regulamenta as condições especiais de trabalho para magistrados(as) e servidores(as) com deficiência, necessidades especiais, doença grave ou que sejam pais, mães ou responsáveis por dependentes nessa mesma condição.

14. Regulamenta a aplicação do acordo de não persecução penal (ANPP) no âmbito do Poder Judiciário do Pará.

15. Institui a Política de Privacidade e Proteção dos Dados Pessoais no Poder Judiciário do Pará.

16. Dispõe sobre o Procedimento Administrativo de Cobrança de

custas e outras despesas processuais pendentes em processos judiciais transitados em julgado.

17. Dispõe sobre os Núcleos de Justiça 4.0 do 1º grau de jurisdição.

18. Anteprojeto de Lei altera a redação da Lei Estadual que dispõe sobre o Regimento de Custas e outras despesas processuais.

19. Emenda Regimental nº. 22, de 8 de setembro de 2021, altera a redação do Regimento Interno do TJPA, disciplinando a escolha e convocação de Juízas (es) de Direito para substituição em segundo grau, nos casos de vaga ou afastamento de Desembargador (a), a qualquer título, por período superior a 30 (trinta) dias.

GMF garante direitos e aperfeiçoa a justiça criminal

Implantação da biometria, proteção à maternidade e monitoramento dos prazos de internamento de adolescentes são algumas das ações em 2021

O Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução e Medidas Socioeducativas do Tribunal de Justiça do Pará (GMF) atua nos macrodesafios de garantia dos direitos fundamentais e aperfeiçoamento da Justiça Criminal.

No exercício de 2021, no que se refere à garantia dos direitos fundamentais, o GMF executou as seguintes ações:

BIOMETRIA

Projeto de Implantação da biometria para Pessoas Privadas de Liberdade (PPL), com o objetivo de garantir a emissão de documentos civis no sistema carcerário do Estado, nas audiências de custódia – Em fase de implantação. O kit biométrico foi entregue em agosto e a capacitação de servidores e servidoras foi feita em outubro, aguardando apenas o termo

de adoção dos equipamentos para a distribuição às comarcas do Estado.

MATERNIDADE

Proteção da maternidade no âmbito da execução penal e do cumprimento das medidas socioeducativas, com o objetivo de garantir o cumprimento das medidas legais relacionadas às condições carcerárias e de cumprimento de medidas socioeducativas para grávidas e lactantes – Monitoramento mensal a partir dos dados enviados pela Secretaria de Administração Penitenciária do Estado (Seap) e Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará (Fasepa) do quantitativo de presas e apreendidas grávidas e lactantes para preenchimento de dados no site do CNJ. Em caso de atrasos, o GMF aciona os respectivos órgãos e seus sistemas de controle interno.

HIGIENE

Fiscalização das Unidades Prisionais, com o objetivo de verificar se as condições sanitárias dos estabelecimentos penais cumprem as disposições legais e regulamentares, com cobrança de providências quando constatadas irregularidades na limpeza e higiene que possam colocar em risco a saúde das PPL – Fiscalização mensal a partir do relatório de inspeção do juízo criminal, cujos dados alimentam o Cadastro de Inspeção dos Estabelecimentos Penais (CNIIEP) do CNJ.

COMBATE À COVID-19

Acompanhamento do Comitê de Combate à Covid-19, com o objetivo de prevenir e combater a doença no sistema prisional – Monitoramento quinzenal a partir dos dados fornecidos pela Seap sobre quantidade de PPL, servidores e servidoras com Covid-19, número de óbitos e disponibilidade de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) para o enfrentamento da infecção.

ESCRITÓRIO SOCIAL

Implantado em 21 de junho deste ano, o Escritório Social uma iniciativa em parceria com o projeto Fazendo Justiça, do CNJ, para proporcionar aos egressos e egressas do sistema carcerário informações úteis sobre cursos e serviços que facilitem a adaptação em sociedade – O GMF faz o monitoramento da execução da política.

COMBATE À TORTURA

Protocolo de Combate à Tortura, com o objetivo de adotar medidas efetivas de combate à tortura e maus tratos às PPL, em parceria com várias instituições do Estado. Documento do Acordo de Cooperação Técnica (ACT) está no setor de contratos e convênios para as adequações das formalidades necessárias para a assinatura pelas instituições envolvidas do termo oficial.

O GMF FISCALIZA MENSALMENTE AS UNIDADES PRISIONAIS PARA VERIFICAR SE AS CONDIÇÕES SANITÁRIAS CUMPREM AS DISPOSIÇÕES LEGAIS E REGULAMENTARES

APERFEIÇOAMENTO DA JUSTIÇA CRIMINAL

Nesse macrodesafio, o GMF executou as seguintes ações:

ADOLESCENTES

Monitoramento constante dos prazos de internação provisória de adolescentes, com o objetivo de evitar extrapolações que contrariem as disposições legais e regulamentares, por meio de cobranças às instituições responsáveis.

INCLUSÃO

Promoção de webinar com o tema “Políticas de Inclusão no Sistema Prisional e Socioeducativo”, com o objetivo de divulgar entre magistrados e magistradas do Estado políticas de êxito nessa área, em parceria com a Escola Judicial do Pará.

GESTÃO DE VAGAS

Estudar a viabilidade de implantação da Central de Regulação de Vagas, para a gestão e coordenação das vagas em unidades de internação, semiliberdade e internação provisória do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo, em Santarém e Marabá sob orientação do CNJ, com o objetivo de conhecer as metodologias para sua implantação – Um grupo de estudo com a participação do GMF, da Presidência do TJPA e da Corregedoria, foi constituído para analisar os impactos e desdobramentos da ação.

MARABÁ

Articulação com o objetivo de implantar a Política de Alternativas Penais na Comarca de Marabá, no sudeste do Estado – Houve várias

reuniões com os parceiros – Prefeitura, OAB, Ministério Público, Defensoria, Seap e Programa Fazendo Justiça -, além de webinar com informações a respeito do tema para sensibilizar os atores envolvidos.

ALTERNATIVAS PENAIS

Articulação com o objetivo de implantar a Política de Alternativas Penais na Comarca de Belém – Estudos estão sendo realizados para implantação da Central Integrada de Alternativas Penais (Ciape), com a exclusão de medidas de competência da Vara de Execução Penal e Medidas Alternativas (VEPMA), após constatação da impossibilidade de integração entre Ciape e VEPMA. O GMF também se reuniu com juizes e juizas das varas de juizados especiais e de violência doméstica para tratar do assunto.

APOIO

Central abre espaço para despachos de juízas e juizes no prédio-sede do TJPA

Pesquisa com magistradas e magistrados orientou algumas inovações no trabalho de apoio operacional e administrativo à atividade judicante

A Central de Comunicação Interna e de Apoio à Magistratura (CCIAM) está vinculada à Presidência e foi criada para apoiar, operacional e administrativamente, a atuação de magistradas e magistrados no desempenho de suas funções judicantes. A CCIAM gerencia os sistemas auxiliares da justiça - SISBAJUD, INFOSEG/SINESP, CCS-BACEN, RENAJUD, SERASAJUD, INFOJUD, REGIN e CAGED.

Os atendimentos são realizados por e-mail, plataforma TEAMS,

SigaDoc e WhatsApp. Para fins de registros estatísticos, de junho em diante os atendimentos para acesso aos sistemas auxiliares da Justiça foram transferidos para a Central de Serviços, possibilitando o monitoramento, a geração de dados consolidados e uma maior eficiência nos atendimentos.

Considerando que os atendimentos são diários, até o encerramento deste relatório foram contabilizados 810 atendimentos detalhados ao lado:

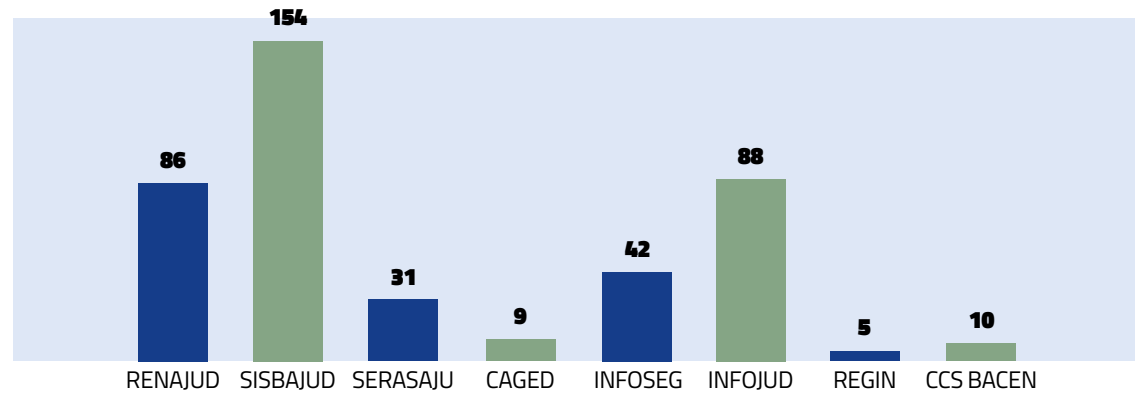


ATENDIMENTOS REALIZADOS POR E-MAIL E TEAMS

RENAJUD	86	THEMA	2	CORREIÇÃO	1
SISBAJUD	154	SISPE	3	BNMP 2.0	29
INFOPEN	9	SISTAC	2	PJE COR	3
SNA	14	PERICIA NET	2	BIBLIOTECA VIRTUAL DO TJ	2
SERASAJUD	31	AUXÍLIO SAÚDE	2	SISREG	1
CAGED	9	META 4 CNJ	1	CRC JUD	2
PJE	8	CADASTRO DE MAGISTRADO	12	CNJ CORPORATIVO	3
INFOSEG	42	INFORMAÇÕES	51	IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	1
INFOJUD	88	CAPJUS	9	PJE MÍDIAS	1
CNIB	16	MALOTE DIGITAL	4	THEMA	1
SREI	6	CNCIAI	3	PREC-WEB	2
REGIN	5	CNIUIS	3	INFODIP	1
SIEL	15	CNIEP	4	CERTIFICADO DIGITAL	1
SDJ	7	MEDIG2	3	LOTACIONOGRAMA	3
SEEU	8	SERVEX	3	ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA	1
BENS APREENDIDOS	1	SISTAC	2	GRATUITA - AJG	
LIBRA	5	SNBA	3	MENTO RH	2
PESQUISA	4	SNCI	3	Total	708
PROJUDI	3	CCS BACEN	10	Quantidade de chamados	102
PROAD	3	BACENJUD	18	Total Geral	810

PERÍODO: 01/01/2021 A 30/09/2021
 FONTE: CONTROLE ESTATÍSTICO DA CCIAM

**SISTEMAS GERENCIADOS PELA CCIAM
PERÍODO: 01/01/2021 A 30/09/2021**



FORNTE: CONTROLE ESTATÍSTICO DA CCIAM

PESQUISA

Após pesquisa qualitativa no Microsoft Forms para melhor atender a magistradas e magistrados, a Central disponibilizou, como

primeira iniciativa, espaço estruturado com mobiliário e computadores nos quais magistradas e magistrados podem desenvolver suas

atividades quando estiverem no edifício-sede, podendo despachar processos ou mesmo participar de reuniões.



A segunda iniciativa, a partir de junho, foi a articulação de um banco de julgados de 1º grau, em andamento na Secretaria de Informática, que permitirá consultar decisões à semelhança das consultas de jurisprudência.

A terceira inovação consistiu na transformação das comunicações formais internas em conteúdo visual, facilitando a leitura e otimizando o tempo, em atendimento à demanda de magistradas e magistrados na pesquisa.

Desde maio foram veiculados 17 cards eletrônicos contendo os principais julgados dos tribunais superiores, disponibilizados no grupo do whatsapp do NUGEPNAC.





**BOAS
PRÁTICAS**



Projeto capacitou mais de 2,6 mil profissionais da educação no Estado

Parceria com o TerPaz, programa do Governo do Pará, ampliou o alcance do projeto “Minha Escola, Meu Refúgio”

A capacitação e formação de educadores, educadoras, gestores, gestoras, coordenadores e coordenadoras pedagógicas de diversas instituições de ensino, em formatos virtual, presencial e híbrido, e a institucionalização da parceria com o Governo do Pará, por meio do Programa Ter Paz, com as secretarias de Segurança Pública e Defesa Social (Segup) e de Educação (Seduc), foram

as principais ações do projeto “Minha Escola, Meu Refúgio”, de combate à violência e ao abuso sexual contra crianças e adolescentes.

Palestras mensais em instituições de ensino, rodas de conversa, análise de casos práticos, distribuição de cartilhas, links de vídeos, revistinhas em quadrinhos etc, disseminam conhecimentos jurídicos, de psicologia, pedagogia e serviço social a diretores, diretoras, coor-

denadoras e coordenadores pedagógicos, professores e professoras.

O trabalho de prevenção envolve também crianças na primeira infância, até 6 anos de idade, além do combate à violência sexual, com atividades lúdicas com desenhos, vídeos, cartilhas etc, de acordo com a faixa etária.

Em 2021, foram alcançados 809 profissionais da educação, o que perfaz um total de 2.659 pessoas capacitadas. Os eventos virtuais envolveram 1.985 visualizações.

A tabela abaixo mostra as atividades e ações do Projeto Minha Escola, Meu Refúgio em 2021.

DATA	INSTITUIÇÃO	PÚBLICO ALVO	FREQUÊNCIA
13/05/2021	Live com apresentação do conteúdo do Projeto Minha Escola, Meu Refúgio – Universidade da Amazônia (Unama)	Alunos do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da UNAMA	45 participantes Formato virtual
14/05/2021	Capacitação sobre prevenção e enfrentamento do abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes – Projeto Minha Escola, Meu refúgio.	Colaboradores das Unidades Sorena e São Rafael	26 participantes Formato virtual
17/05/2021	Seminário “A escola como local de refúgio de crianças e adolescentes – Projeto Minha escola, Meu refúgio”	Profissionais da Educação	431 visualizações
18/05/2021	Mesa Redonda: “Enfrentamento à violência sexual contra criança, sua voz precisa ser ouvida, denuncie!” – Socialização do Projeto Minha escola, meu refúgio	Professores da SEMEC / Belém	437 professores Formato virtual
18/05/2021	Live sobre a campanha “18 de maio contra o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes” - Semas/Castanhal	Comunidade do município de Castanhal-PA	460 visualizações
19/05/2021	Live com o tema “Direitos em Ação: Abuso Sexual Não!” - Rede Cáritas Belém.	Conselheiros Tutelares de Belém, Ananindeua e Marituba, além dos agentes da Cáritas Belém.	43 participantes Formato virtual
25/05/2021	Vídeoaula “Crianças também se protegem: contação de história para alertar crianças sobre o que é abuso sexual”.	Alunos do 1º ao 3º ano da EEEIF Barão do Rio Branco.	45 Formato virtual
27/05/2021	Live “Enfrentamento do abuso e exploração sexual infantojuvenil”, canal CTE/SEDUC	Comunidade escolar da EEEIF Barão do Rio Branco	316 visualizações Formato virtual
28/05/2021	Capacitação sobre “Atendimento qualificado às vítimas de violência sexual: Socializações do projeto Minha escola, meu refúgio”.	Servidores da Semas e Conselheiros Tutelares do Sistema de Garantias de direitos sociais	15 participantes Formato virtual
18/06/2021	1º Workshop projeto Minha escola, meu refúgio – parceria 1ª VCCCA – TJE-PA (1ª VCCA) e TerPaz	Profissionais da Educação – Seduc/PA	43 participantes Evento presencial
20/08/2021	2º Workshop projeto Minha escola, meu refúgio – parceria 1ª VCCCA – TJE-PA e TerPaz/SEDUC	Profissionais da Educação Seduc/PA	50 participantes Evento presencial
17/09/2021	3º Workshop projeto Minha escola, meu refúgio – parceria 1ª VCCCA – TJE-PA e TerPaz/ SEDUC	Profissionais da Educação Seduc/PA	47 participantes Evento presencial
24/09/2021	Roda de conversa: enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes – sua voz precisa ser ouvida.	Formação continuada dos gestores escolares do distrito Daben- Semec / Belém.	26 gestores de escolas municipais Evento presencial

FONTE: PROJETO MINHA ESCOLA, MEU REFÚGIO

Trabalho voluntário garante assistência a famílias no Aurá

Pandemia de covid-19 não interrompeu trabalho social iniciado há seis anos com famílias de alunos de escola na área do antigo lixão



ÉRIKA NUNES

Doações de máscaras de proteção, de kits de higiene, de cestas básicas, de material escolar, garantia de reforço alimentar e escolar, mobilização em torno do bazar permanente para a venda de comidas com renda revertida para o trabalho social e retomada dos atendimentos médico, nutricional e odontológico. Essas foram as principais atividades do Comitê de Ação Social e Cidadania neste exercício de 2021.

A iniciativa de voluntariado reúne magistradas, magistrados, servidoras, servidores, colaboradoras e colaboradores vinculados ao Tribunal de Justiça do Pará, todos empenhados na promoção de

cidadania, dignidade e qualidade de vida para as famílias dos 230 estudantes matriculados na Escola Municipal Santana do Aurá. Há seis anos, os voluntários do Comitê de Ação Social e Cidadania atuam na área do antigo lixão do Aurá, por meio do projeto "Acreditar no Amanhã", garantindo à comunidade do entorno atividades esportivas e de lazer, além de ações de cidadania, cursos profissionalizantes para pais e mães dos estudantes e uma série de outros benefícios. Nos últimos dois anos, por causa da pandemia, grande parte das atividades presenciais foi suspensa, mas ainda assim o comitê assegurou as seguintes ações:

O QUE FOI FEITO EM 2021

- 460 máscaras de proteção doadas em março para os alunos e alunas da Escola Santana do Aurá.
- Kits de higiene às 230 famílias assistidas pelo projeto.
- 230 cestas básicas por mês, doadas a cada família de estudantes.
- A partir de agosto, doação de gêneros alimentícios à Escola

► Des. Leonardo Tavares recebe a doação de alimentos feita pelo sistema Fiepa/Sesi para as famílias do Aurá

Salesiana do Trabalho, parceira do projeto, onde estudam 46 estudantes de Santana do Aurá para a conclusão do ensino fundamental e ingresso nos ensinos médio e profissionalizante; e a partir de setembro doação de gêneros à escola municipal de Santana do Aurá.

- Além de gêneros alimentícios, doação de material escolar ao Salesiano, entre os quais cadernos, borrachas, lápis, canetas, régua,

apontadores, mochilas, estojos e uniformes.

- Contratação de professora, em outubro, para garantir aulas complementares aos alunos do 3º, 4º e 5º anos do fundamental.
- Venda de 100 exemplares do livro "Recortes do Passado de um Juiz na Amazônia", doados pelo desembargador aposentado e já falecido Manoel de Christo Alves Filho, cuja renda foi revertida para o

projeto "Acreditar no Amanhã".

- Bazar permanente, com venda de comidas típicas e renda revertida para o projeto.
- Em novembro retomaram os atendimentos médico, odontológico e nutricional, sob a responsabilidade do projeto Gaia, do Núcleo de Inovação e Empreendedorismo Júnior, do Centro Universitário do Pará (Cesupa).

EXPEDIENTE

Supervisão editorial
Departamento de Comunicação
Adil Bahia - diretor

Coordenação editorial
Coordenadoria de Imprensa
Will Montenegro - coordenador

Érika Nunes - sub-coordenadora

Edição e texto final
Edir Gaya

Edição de arte
Airton Nascimento

Revisão
Lais Zumero

Fotografia
Airton Nascimento
Andrea Cordeiro
Érika Nunes
Ricardo Lima
Will Montenegro

Apoio administrativo
Regina Silva

Supervisão técnica
Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística
Fábio Djan Oliveira de Lima - Diretor

Coordenação técnica
Coordenadoria de Gestão Estratégica
Luciana Sá Fernandes - coordenadora
Alcimar Martins Júnior
Kelly Regina Lima de Lima
Fabianne Cabral Pinto de Almeida

